

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

IRACEMA FERNANDES MASSARONI

GESTÃO DE SERVIÇOS: BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Rio de Janeiro

2016

IRACEMA FERNANDES MASSARONI

GESTÃO DOS SERVIÇOS: BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Calil Júnior

Rio de Janeiro

2016

IRACEMA FERNANDES MASSARONI

GESTÃO DOS SERVIÇOS: BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a para a obtenção do título de mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dra. Elisa Campos Machado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dra. Mariza Costa Almeida
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Dra. Ana Lígia Silva Medeiros
Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB

Prof. Dra. Jaqueline Santos Barradas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M414g	<p>Massaroni, Iracema Fernandes Gestão dos serviços: Biblioteca Parque da Rocinha / Iracema Fernandes Massaroni. – Rio de Janeiro, 2016. 133f. : il. color, 23 cm</p> <p>Orientador: Alberto Calil Júnior. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2016.</p> <p>1. Bibliotecas públicas. 2. Bibliotecas - Administração. 3. Qualidade dos serviços. 4. Bibliotecas Parque. I. Calil Júnior, Alberto, orient. II. Título.</p>
-------	---

AGRADECIMENTO

A DEUS, por ter colocado pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta.

Ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), pelo apoio a minha participação no mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior, por seu apoio e sua dedicação e competência, fatores fundamentais para a conclusão desse trabalho.

A todos os professores do mestrado que de alguma forma contribuíram para a minha formação.

Ao meu querido esposo, Afonso, por ser tão importante na minha vida. Sempre ao meu lado, me fazendo acreditar que posso mais do que imagino. Devido ao seu amor, companheirismo, amizade e compreensão, esse trabalho pôde ser concretizado.

A minha mãe, Thacy (*in memorium*), meu infinito agradecimento, pelo seu amor incondicional.

As amigas Elaine Magalhães, Teresa Silva, Julia F. Barbosa, Amanda Dias, Nicole Sieiro, Evelyse, Ligia Alves da Cruz pelo apoio e incentivo. Em especial a Rosângela Macedo de Sant Ana, que esteve tão próxima e participativa no desenvolvimento desse trabalho, e a Camila, pelo apoio nos momentos mais difíceis. Obrigada pela amizade!

Aos meus amigos de mestrado, que não me deixaram desistir, e me deram forças para concluir.

Finalmente, a Ana Lígia Medeiros pelo apoio e incentivo.

“O desafio é muito grande, administrar os saberes de ontem e
desvendar os de hoje”.
(PEPULIM, 2001, p. 8)

RESUMO

Em uma organização, quer seja pública ou privada, é fator preponderante a qualidade dos serviços. Não há diferença quando se trata de gerir serviços oferecidos em uma biblioteca, que tem como objetivo principal ofertar serviços de informação com qualidade à comunidade de forma rápida e eficiente. A Metodologia utilizada neste estudo foi baseada em pesquisa qualitativa e a fonte de investigação de caráter indutivo. O presente estudo procura dar suporte à busca pela qualidade de serviços nas bibliotecas públicas, em especial a rede de Bibliotecas Parque - com ênfase na Biblioteca Parque da Rocinha - objetivando fazer uma análise da gestão dos serviços, produtos e ações desenvolvidos na Biblioteca Parque da Rocinha por uma Organização Social (OS), para que esta possa suprir de forma eficiente e eficaz as carências intelectuais e sociais dos moradores da comunidade e seu entorno, bem como apontar a relevância, para os bibliotecários e o *staff* da instituição, de seguir normas e diretrizes por meio de um manual prático elaborado pela OS que gerencia o equipamento.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Gestão de Serviços. Qualidade dos Serviços. Bibliotecas Parque.

ABSTRACT

In any kind of organization, public or private, an important factor is the quality of the services offered. It is not so different from managing services in a library whose main objective is to offer information services with quality to the community in a quick and efficient. The methodology used will be based on qualitative research and the source of investigation will be of inductive character. This study seeks to support the search for quality of services in public libraries, especially the network Park Libraries - with emphasis on Rocinha Park Library - aiming to analyze the management of services, products and activities developed in the Library Park Rocinha for a social Organization (OS), so that it can meet efficiently and effectively the intellectual and social needs of community residents and its surroundings, as well as point out the relevance to the librarians and staff of the institution, to follow rules and guidelines through a practical handbook prepared by the OS that manages the equipment.

Key words: Public Libraries. Service Management. Quality of Services. Park Library

LISTA DE FIGURA

Figura 1	1° Andar da BPR.....	36
Figura 2	2° Andar da BPR.....	36
Figura 3	3° Andar da BPR.....	37
Figura 4	4° Andar da BPR.....	38
Figura 5	5° Andar da BPR.....	38
Figura 6	5° Andar da BPR: Varanda de Convivência.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPE	Biblioteca Parque Estadual
BPN	Biblioteca Parque de Niterói
BPR	Biblioteca Parque da Rocinha
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CEBAS	Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
IDG	Instituto de Desenvolvimento e Gestão
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
OS	Organização Social
SEC	Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	JUSTIFICATIVA	13
3	OBJETIVO	14
4	METODOLOGIA	15
5	BIBLIOTECA PÚBLICA	17
6	GESTÃO DE SERVIÇOS PARA BIBLIOTECAS	22
6.1	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	24
6.2	TERCEIRO SETOR.....	27
7	CAMPO EMPÍRICO	31
7.1	BIBLIOTECAS PARQUE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	34
7.2	BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA.....	35
8	ANÁLISE E RESULTADOS	41
8.1	ANÁLISE DAS METAS.....	47
8.2	CONSIDERAÇÕES.....	57
	REFERÊNCIA	60
	ANEXO A – Folder Rede de Bibliotecas Parque.....	74
	ANEXO B – Relatório de prestação de contas anual – 2015 – Bibliotecas Parque.....	101

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas exercem um papel fundamental na sociedade brasileira, pois contribuem para a disseminação da informação, proporcionando desenvolvimento social e cultural a população. Suas funções básicas, foram ampliadas à medida que o Estado, por meio de políticas públicas criou equipamentos culturais para o desenvolvimento de atividades diversificadas.

A globalização, o surgimento de novas mídias, o mundo conectado em rede são fatores que contribuem para que essas instituições almejem ofertar novos espaços interativos, produtos e serviços, no intuito de otimizar tempo e oferecer à sociedade um serviço eficiente e de qualidade.

A sociedade contemporânea, cada vez mais complexa, necessita de instituições que a possibilitem adquirir novos conhecimentos e, nessa busca, as bibliotecas públicas são as entidades que cumprem esse papel.

Outrossim, acompanhando a esse conjunto de transformações na sociedade, foram sendo gestados e implementados modelos administrativos. Muitos desses modelos, trazem em seus princípios primordial, o alcance dos objetivos e metas organizacionais de modo a atender às expectativas da sociedade.

Nesta perspectiva, a presente dissertação se insere no debate ao buscar refletir sobre os processos de implementação da Rede de Bibliotecas Parque no Estado do Rio de Janeiro, analisando um modelo de gestão de equipamento cultural público por uma OS.

2 JUSTIFICATIVA

O estudo mostra-se relevante na medida em que, o processo de implementação das Bibliotecas Parque, que nada mais são do que bibliotecas públicas, no Estado do Rio de Janeiro, vêm sendo pautado, tanto pelo governo do Estado, quanto pela grande mídia, como algo inovador, exaltando as ações culturais desenvolvidas nestas bibliotecas para a comunidade.

A relevância também se coloca em virtude da escassez encontrada na literatura no que se refere a gestão das bibliotecas públicas, em especial das Bibliotecas Parque, que por serem consideradas como um equipamento cultural relativamente novo, mas que só recentemente começou a ser difundido pela mídia e que tem como um dos seus principais objetivos a disseminação da cultura, com utilização de uma tecnologia avançada e considerada como de ponta, ofertando serviços de interação social como, cursos profissionalizantes, oficinas, eventos culturais, capacitando usuários, em sua maioria, moradores da comunidade.

3 OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a gestão de serviços da Biblioteca Parque da Rocinha.

A pesquisa encontra-se estruturada em oito seções:

- Na seção um - Introdução apresenta-se a temática do estudo e os aspectos envolvendo as bibliotecas públicas.
- A seção dois – Aborda-se a justificativa da pesquisa.
- A seção três – Define o objetivo da pesquisa.
- A seção quatro – Metodologia – Expõe os procedimentos metodológicos, com base na pesquisa bibliográfica e análise dos documentos.
- A seção cinco – Discorre sobre a Biblioteca Pública, seu papel social e as atividades desenvolvidas neste equipamento cultural.
- A seção seis – Gestão de Serviços para Bibliotecas – tema do estudo em questão, conceitua a gestão de serviços, com base nos teóricos do campo da biblioteconomia.
- A seção sete – Campo Empírico – Apresenta a Rede de Bibliotecas Parque e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG.
- A seção oito – Os resultados analisados são apresentados, tendo como técnica adotada para tal procedimento a análise de conteúdo, constituída dos documentos: Contrato de Gestão e do Relatório de Prestação de Contas Anual 2015 - Bibliotecas Parque.

4 METODOLOGIA

Buscando conhecer mais profundamente a realidade do objeto de estudo foi necessário utilizar alguns procedimentos que possibilitassem um melhor entendimento acerca das problemáticas do objeto em questão. Durante esse caminho, realizou-se o percurso metodológico através de pesquisas bibliográficas, análises dos documentos e observação participante no local onde ocorre o fenômeno.

As pesquisas bibliográficas permitiram não só o estudo da produção teórica sobre o objeto de estudo, como também possibilitaram uma reflexão mais elaborada e fundamentada sobre o tema envolvido.

Para fundamentar as pesquisas bibliográficas as bases de informação consultadas foram: BRAPCI, Scielo, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, anais do ENANCIB e anais do CBBB, recuperando-se assim as seguintes tipologias documentais: artigos de periódicos, comunicações em anais de congressos, teses e dissertações, da área de conhecimento da biblioteconomia, ciência da Informação e administração pública, objetivando apresentar o que diz a literatura sobre o tema proposto.

Foi realizada uma análise dos seguintes documentos: Contrato de Gestão SEC/Nº 00212013 e Plano de Trabalho Anual 2015 – Bibliotecas Parque – Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG, coletados para elucidar o objeto de estudo, que, segundo Markoni e Lakatos (2003, p. 174):

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

Optou-se pela abordagem qualitativa, cujo termo encontra-se bem caracterizado por Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir

unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

A fonte de investigação utilizada foi de caráter indutivo, que segundo Richardson (2011, p. 35) “é um processo pelo qual, partindo de dados ou observações particulares, podemos chegar a proposições gerais; [...] fundamenta-se em premissas – fatos observados - que servem de base para o raciocínio”.

Em razão da autora deste estudo fazer parte do quadro de colaboradores da Biblioteca Parque da Rocinha, foi possível fazer uso da observação participante, cuja análise ocorreu *in loco*, que de acordo com Maciel e Mendonça (2000, p. 8) “O reconhecimento de problemas, sua localização e seu possível equacionamento só podem ser realizados a partir da perspectiva do observador dentro da estrutura onde eles ocorrem”.

O referido método é o mais aplicado no ramo das Ciências Sociais e, neste sentido, foi conveniente para o estudo da gestão de serviços, tendo a Biblioteca Parque da Rocinha como foco principal, sendo que o método apresenta alguns aspectos interessantes “Por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso” (GIL, 2008, p. 16). Por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.

Para embasar o estudo recorreu-se aos teóricos do campo da biblioteconomia, pois seus estudos são importantes na análise dos modelos de administração e gestão de serviços registrados pelos mesmos, que serão utilizados para apreender as especificidades do objeto de estudo.

Realizou-se uma leitura do Contrato de Gestão buscando compreender as particularidades do modelo de uma Organização Social, a frente do gerenciamento da Rede de Bibliotecas Parque, como forma de prestação de contas para a Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Dando continuidade ao estudo e para alcançar o objetivo proposto, a seguir apresenta-se a relevância da biblioteca pública para a população.

5 BIBLIOTECA PÚBLICA

Local de aprendizagem permanente, que de acordo com o Manifesto da UNESCO (1994, p. 91) “biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os generos”.

A biblioteca pública é um local de desenvolvimento constante da cultura. Ela proporciona a igualdade de acesso às fontes de informações, em seus mais diversos suportes, fortalecendo a prática da cidadania e a formação da identidade cultural de uma sociedade. No caso brasileiro, a biblioteca pública representa, para a grande maioria da população, a oportunidade de acesso ao livro, a leitura e a informação. Em uma sociedade na qual parte considerável dos sujeitos sofre os efeitos das desigualdades de acesso ao sistema de educação formal, estes aparelhos representam a possibilidade de acesso a informação.

Conforme salientam Fernandez e Machado (2015, p. 165):

O Brasil figura hoje entre as 7 maiores economias do mundo. Aumentou a capacidade de consumo das pessoas mais pobres, mas não diminuiu a distância entre as desigualdades, quando falamos de desenvolvimento humano e ambiental. O acesso a direitos (educação, saúde, saneamento, moradia, ambiente saudável) ainda não é universal: para todos sem distinção e com qualidade.

Para as autoras:

Hoje, a biblioteca pública é o equipamento cultural mais democrático e democratizado neste país, e espaço estratégico para contribuir com o combate às desigualdades, promovendo o acesso a outros direitos. É o lugar onde se permite, possibilita e promove o acesso à cultura letrada de forma livre e libertária, partindo da democratização da literatura às informações para o exercício da cidadania ativa, [...] (FERNANDEZ; MACHADO, 2015, p. 166).

Nesse sentido, o Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas (1994, p. 23), declara que as missões básicas relacionadas à informação, educação e cultura são a essência dos serviços da biblioteca:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
4. Estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens;
5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
6. Propiciar acesso às expressões

culturais das artes em geral; 7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural; 8. Apoiar a tradição oral; 9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária; 10. Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse; 11. Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador; 12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário.

Ainda de acordo com o Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas (1994, p. 37), os serviços oferecidos pela biblioteca devem ser acessíveis a todos os membros da comunidade:

Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Tal supõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores. Tal implica igualmente serviços destinados àqueles a quem é impossível frequentar a biblioteca.

A preparação do espaço físico da biblioteca é de fundamental importância para que seu usuário possa usufruir e interagir com o ambiente da melhor forma possível. Esse espaço deve ter áreas separadas para: armazenamento do acervo (local do acervo), espaço de leitura, pesquisa e referência, atividades culturais, área de circulação e de lazer, serviços internos.

Seu acervo deve levar em consideração as necessidades informacionais da sua comunidade, de acordo também com os recursos financeiros disponíveis. Além dos livros, colocar à disposição de todos que a frequentam outros materiais informativos como filmes, fotografias, gravuras, folhetos, jornais, internet, acesso a outras fontes de informação através de sistemas informatizados.

Para que seus serviços sejam adequados e acessíveis a todos, é muito importante que a biblioteca conte com profissionais adequados para o seu pleno funcionamento. Além de bibliotecários, esse espaço deve contar com pedagogos, assistentes sociais, animadores culturais, entre outros profissionais que irão assegurar à qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca.

Em se tratando da responsabilidade de implementação e manutenção das bibliotecas públicas, é possível afirmar que há um consenso sobre quem seriam os responsáveis por estes aparelhos. Resultado de um longo processo de debates e negociações internacionais, que foram materializadas nos diversos Manifestos sobre as bibliotecas

públicas e temas correlatos, elaborados no âmbito da UNESCO e da IFLA (envolvendo governos e organizações da sociedade civil, dos países ligados a ONU):

A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação.

No entanto, é importante frisar, que para além de uma responsabilidade formal, há o componente da responsabilidade social. Paralelamente as ações das autoridades locais e nacionais, é preciso ressaltar a ideia da biblioteca pública como um espaço que é público.

Neste sentido, Machado, Elias Jr. e Rosa (2014, p. 119), afirmam que:

[..] entender a biblioteca pública como um espaço que é público, é mais do que nunca, considerar que a mesma é o resultado de um conjunto de relações que convergem para a conformação desse espaço. As bibliotecas públicas, não são espaços vazios nos quais indivíduos e coisas (registros gráficos do conhecimento, em particular) são alocados para atender a determinadas funções que a elas são atribuídas, mas o resultado de um conjunto de relações entre elementos (sujeitos e objetos) que conformam uma espécie de configuração, repleta de conflitos e tensões, em que os papéis atribuídos a biblioteca pública, enquanto uma instituição social, e as apropriações que os diversos sujeitos fazem desses espaços estão em constante diálogo.

Apesar de ter uma missão tão importante junto à sociedade, a biblioteca pública enfrenta uma série de dificuldades para manter esse espaço vivo e atuante. A falta de recursos financeiros, a infraestrutura precária, acervo muitas vezes desatualizado, quadro de funcionários reduzido, são alguns dos problemas enfrentados pelos profissionais, que administram esse espaço, impossibilitando a prestação de serviços de qualidade por esta instituição.

A despeito dessas dificuldades, no caso brasileiro, em muitas localidades a biblioteca pública acaba sendo um dos principais espaços para a aproximação dos cidadãos com as práticas culturais e com o universo da leitura. Em tese, aberta a todos, potencialmente se transforma em um centro de informação e de cultura.

Na visão de Machado; Elias Jr. e Rosa (2014, p. 166) a biblioteca pública é:

[..] o equipamento cultural mais democrático e democratizado neste país, e espaço estratégico para contribuir com o combate às desigualdades, promovendo o acesso a outros direitos. É o lugar onde se permite, possibilita e promove o acesso à cultura letrada de forma livre e libertária, partindo da

democratização da literatura às informações para o exercício da cidadania ativa, como afirmam Reis, Silva e Massensini (2011, p.17), “informação e cidadania são termos que se complementam e ambos dizem respeito à possibilidade de exercer sua função de cidadão, à medida que o sujeito está no gozo de seus direitos civis, políticos e sociais”. O acesso e a aprendizagem da cultura escrita, em geral, e da literatura, em especial, cumpre um importante papel no desenvolvimento integral da pessoa, na medida em que supre a nossa necessidade de fantasia, permite o exercício da alteridade, nos ajudando a compreender quem somos e a nos integrarmos ao mundo e à sociedade. Além disso, contribui para que incorporemos o acúmulo do conhecimento universal produzido pelos seres humanos ao longo dos tempos.

Assim, esses espaços tem o potencial para a promoção da cultura e da cidadania – a partir de “ações culturais” - envolvendo os grupos sociais e sujeitos que estão no seu entorno e, colaborando assim, com os processos de transformação social e de empoderamento dos cidadãos.

A literatura do campo informacional aponta para a presença e a relevância da chamada ação cultural no cotidiano das bibliotecas públicas e da sua relação com a comunidade. Conforme Coelho Netto (2011, p. 32-33):

Ação cultural é o conjunto de procedimentos envolvendo recursos humanos e materiais, que visa pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural. Para efetivar-se, a ação cultural conta com agentes culturais previamente preparados e leva em conta públicos determinados, procurando fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte. [...] Sob um ângulo específico, define-se a ação cultural como o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura.

Tais atividades podem acontecer tanto dentro quanto fora das bibliotecas, o mais importante é atingir, não só aqueles que frequentam esses espaços, como aqueles que ainda não usufruem desse ambiente enriquecedor. Quanto mais eventos, maiores são as chances de atrair cada vez mais novos usuários, futuros leitores.

Como agente transformador, o bibliotecário pode assumir o papel do profissional cultural opinando, formulando e criando atividades que atraiam a participação do público promovendo a frequência diária do espaço. Para Oliveira (2010, p. 125) o profissional da informação deve “ser proativo, lidar com imprevistos, ter criatividade, cultura geral, sensibilidade, trabalhar com profissionais de outras áreas, buscar parceiros, ter uma equipe envolvida e altamente comprometida”.

Nesse sentido, reforçar-se a assertiva de que o bibliotecário deve estar preparado para atuar na gestão dos serviços da biblioteca, incluindo da biblioteca pública, pois a tendência atual leva ao estabelecimento de ações que envolvem serviços e produtos que, além de validar o esforço investido, favorece sua autonomia.

Assim, a fim de resolver problemas gerenciais e buscando desonerar os cofres públicos o governo federal no bojo da reforma administrativa, vê a necessidade dentro da nova administração pública formar parcerias com entidades do Terceiro Setor.

Dentro desse contexto, para embasar a pesquisa, vale ressaltar a importância da gestão de serviços, pertinente para a qualidade dos serviços.

6 GESTÃO DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS

Para introduzir o conceito de gestão faz-se necessário a compreensão do conceito de administração, que em Chiavenato (2004, p. 11):

A palavra administração vem do latim ad (direção, tendência para) e minister (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função sob o comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação em seu significado original. A tarefa da Administração passou a ser a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação e garantir a competitividade em um mundo de negócios altamente concorrencial e complexo. A Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais.

Para Pinheiro (2005, p. 22) gestão é:

Organizar e conduzir a combinação dos meios físicos (terrenos, edifícios, equipamentos), humanos, financeiros e técnicos (Know How, patentes) com vista à realização de determinados fins (a produção de bens ou serviços). [...] significa, também, procurar a combinação que permita o melhor resultado possível para uma dada quantidade e qualidade dos meios disponíveis (PINHEIRO, 2005, p. 22 apud VILAR, 1997, p. 11).

Dessa forma, a administração constituiria, então, a manutenção dos princípios e atribuições em função da missão, determinados na organização da biblioteca. Segundo Pinheiro (2005, p. 19):

administrar em biblioteconomia, significa pôr e manter em marcha a biblioteca. **Prever** é determinar o objetivo, estabelecendo programa de ação, considerando seu alcance e determinando seus meios; **Organizar** é determinar a tarefa e distribuir as pessoas na biblioteca para que atuem de acordo com os meios; **Dirigir** significa dar orientação e distribuir o trabalho, subsidiando cada um com que lhe cabe; para isso, é necessário saber explicar com linguagem clara; **Coordenar** é comprometer harmoniosamente as ações sem perda de esforço, isto é orientá-las segundo o mesmo fim com elementos confluentes; **Controlar** é supervisionar e verificar para que cada um cumpra seu dever. Prevenir o erro, corrigir os cometidos e explicar suas causas para que não se repitam são os objetivos e a função do controle. Assegurar a continuidade da organização através de técnicas e princípios (PINHEIRO, 2005, p. 22, grifo autor).

Assim, para Maciel e Mendonça (2000, p. 7) “Seja qual for a categoria e a realidade em que se enquadra, a biblioteca deve ser vista como uma organização, como uma empresa, a maioria das vezes, com fins – não – lucrativos, com resultados programados e avaliados constantemente”.

Nesse sentido, Santos, Fachin e Varvakis (2003, p. 85), sinalizam que:

O setor de prestação de serviços tem crescido continuamente na economia mundial. Diante dessa situação, a comunidade acadêmica e os profissionais das diversas áreas do conhecimento começaram a voltar suas atenções para as particularidades da gestão de serviços. A busca de melhoria da qualidade, tão comum em empresas industriais, passou a ser prioridade também nas organizações prestadoras de serviços. Assim, a gestão de processos passa a ter papel crucial nas organizações de serviços, principalmente para as organizações voltadas à prestação de serviços de informação, como no caso das bibliotecas.

Nessa perspectiva, a biblioteca comporta tanto acervo físico como digital, fornecendo informações diversas, de forma atualizada e instantânea. Essas inovações implicam sobremaneira no profissional que atua diretamente nesses equipamentos, de forma que ele possa traçar um planejamento estratégico, no desenvolvimento dos produtos e serviços ofertados.

Desta forma, a gestão de bibliotecas contempla a necessidade de se analisar/avaliar o ambiente e elaborar estratégias de melhoria contínua dos serviços prestados, não sendo estas tarefas fáceis de pôr em prática, pois necessitam ser sistematizadas e realizadas de modo essencialmente técnica.

Em se tratando de qualidade de serviço, Lancaster (1996, p. 1) argumenta que a medição da qualidade só é viável através de avaliação “uma avaliação é feita não como um exercício intelectual, mas para reunir dados úteis para atividades destinadas a solucionar problemas ou tomar decisões”. O autor considera a biblioteca como “uma interface entre os recursos de informação disponíveis e a comunidade de usuários a ser servida”, isto é, qualquer que seja a avaliação, deve medir o sucesso dessa interface.

Segundo Estabel e Moro (2014, p. 58):

a qualidade dos serviços da biblioteca está voltada, então, para identificar, de forma consistente, as necessidades do usuário, partindo da percepção e das expectativas que este apresenta em relação ao funcionamento e à prestação de serviços e recursos.

Desse modo, os gestores e colaboradores necessitam utilizar instrumentos de avaliação de seus desempenhos e da qualidade dos serviços que prestam a sociedade e, mediante esta avaliação será possível obter elementos para respaldar decisões, planejar, avaliar, analisar cenários e sobretudo, oferecer serviços que atendam às necessidades informacionais exigidas pela modernidade.

Desde o início do século XXI, em decorrência de várias mudanças nos setores econômicos, sociais, políticos e trabalhistas, novos conceitos são elaborados para administrar as organizações, o que provocou uma quebra de paradigmas, entretanto, essas inovações contribuíram para que as teorias pudessem ser aprimoradas, processo este que vem ocorrendo desde a Revolução Industrial e perduram até a atualidade, haja vista, o processo da globalização que determinou mudanças rigorosas no paradigma organizacional, intervindo nos modelos, conteúdos e conjunturas.

Assim sendo, apresentamos comentários avaliativos sobre administração pública visando colaborar com os gestores responsáveis pela sua operacionalização na perspectiva de que as ações e serviços desenvolvidos sob o novo modelo de gestão pública venham a ser vitoriosos e que apresentem maior qualidade e efetividade para a população.

6.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As organizações públicas quanto as privadas sofreram mudanças radicais, pelas quais não lhes cabiam muitas opções, ou seja, ou se adaptavam aos novos padrões mundiais de produção de bens e serviços ou ficavam sujeitas a segregarem-se e tentarem se manter no mercado, cada vez mais competitivo e pressionado pela sociedade que exigia muito mais do que padrões de qualidade, impulsionados pela ampla comunicação.

Nesse sentido, Silva (2012, p. 22) alerta para o fato de que a expressão Administração Pública pode ser caracterizada através de dois sentidos:

“Administração Pública” como sendo o conjunto de órgãos públicos, autarquias, fundações etc., enfim, toda a estrutura que forma o aparelho do Estado. É por intermédio da Administração Pública que o Estado se manifesta frente aos seus súditos, materializando-se mediante a ação destas diversas organizações formais, com suas características e prerrogativas específicas. Aqui vamos encontrar o campo de estudo próprio da disciplina denominada Direito Administrativo. b) “Administração Pública” como sendo “o modo de gestão” do aparelho do Estado, ou seja, a forma como são aplicados os processos de planejamento, organização, direção e controle

pelas diversas entidades que formam o Estado. Aqui encontramos o campo de estudo da disciplina denominada igualmente de Administração Pública.

Segundo o autor, a administração (ou gestão) pública abarca um amplo campo do processo administrativo do Estado, sendo então imprescindível compreender o processo de evolução pelo qual as organizações governamentais atravessam.

Não obstante, Silva (2013) ao se referir a administração pública no sentido de ciência da administração, o Estado a representa através da criação e funcionamento das organizações públicas, que se assemelham as organizações privadas, ao passo que também necessitam da aplicação dos processos administrativos como o planejamento, a organização, a direção e o controle.

Segundo Pereira (1998) dos modelos presentes na administração pública brasileira classificados como patrimonialista (1500 a 1930), burocrática (1930 a 1990) e gerencial (a partir de 1990), os únicos que podem realmente ser considerados como públicos são os modelos burocrático e o gerencial, visto que o modelo patrimonialista não visava o interesse público, surgiu em monarquias que antecederam o capitalismo e a democracia, podendo ser observado na citação a seguir:

O patrimonialismo caracterizava-se pelo caráter personalista do poder, pela lógica subjetiva e casuística do sistema jurídico, pela irracionalidade fiscal e pela tendência à corrupção do quadro administrativo. Em sua formação mais descentralizada – a organização feudal –, a dominação patrimonial deu vida a uma estrutura social antagônica ao poder absoluto do soberano (CAMPANTE, 2003 apud SANABIO; SANTOS; DAVID, 2013, p. 18).

O modelo de administração burocrática tinha como objetivo principal o controle da corrupção, mas a extrema racionalidade e o excesso de regulamentações do sistema resultaram em efeitos negativos provocados pela morosidade de processos e a redução da eficiência. Esse modelo vem a ser a resposta dada aos abusos e demais vícios ocorridos na administração pública, quando imperava uma desconfiança prévia dos administradores públicos, por parte da sociedade, como resistência ao modelo patrimonialista (OLIVEIRA, 2010)

Desta forma, a mudança do modelo de administração burocrática para a administração gerencial ocorreu também em função de se substituir o modelo já ultrapassado, conhecido como rígido e pouco eficiente para um modelo mais centrado no atendimento aos cidadãos, bem como dotado de estrutura mais flexível, eficiente e com controles por resultados. (FERREIRA; FROTA; HAIDAR, 2016).

Em face das indiscutíveis situações de reformas administrativas pelas quais as instituições estatais passaram, comprovadas pela quantidade de literatura existente sobre o assunto e, dos problemas enfrentados com a administração burocrática e, tendo em vista solucionar a crise pela qual o Estado transitava, surgiu um novo modelo de administração, denominado de administração gerencial ou nova¹ administração pública, pautado na descentralização² e desconcentração³ administrativa, com a finalidade de cumprir as exigências da revisão das formas de atuação do Estado, além de atender as exigências da democracia contemporânea, razão pelo qual o modelo burocrático não conseguia mais atender, por encontrar-se ultrapassado para a época atual.

No Brasil, a reforma administrativa do setor público iniciou-se durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu marco foi a criação do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Em 1995, o MARE concluiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento que defendeu a redução das atribuições estatais e a implementação dos princípios da administração pública gerencial (SANABIO; SANTOS; DAVID, 2013, p. 25).

Segundo Pereira (1998) um dos princípios fundamentais da Reforma de 1995 foi que o Estado, embora conservasse sua ação e ampliação na área social, só deveria executar tarefas diretamente pertinentes a ele e que envolvessem o emprego do poder do Estado e/ou aplicassem os recursos do Estado.

Não obstante, segundo Sanabio, Santos e David (2013, p. 26),

A administração pública gerencial promoveu a revisão das atribuições estatais e prezou pela eficiência do setor público. No entanto, premissas do modelo burocrático foram preservadas, como a impessoalidade, a meritocracia e a fidelidade às prescrições de cargos e regulamentos. Como resultado, melhorias estruturais, gerenciais e orçamentárias foram obtidas. Todavia, descompassos entre o discurso e a prática foram observados, principalmente em relação à participação popular e ao controle social democrático.

¹ O que é hoje chamado de Nova Gestão Pública (New Public Management) ou, no Brasil, administração pública gerencial, tem suas raízes em desenvolvimentos práticos da administração pública de todo o mundo, no conjunto de ideias em geral conhecido como reinvenção do governo, e na ligação conceitual com a política pública (DENHARDT, 2013, p. 197).

² Quando o Estado (União, Distrito Federal, Estados ou Municípios) desempenham algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas distintas: o Estado e a entidade que executará o serviço, por ter recebido essa atribuição do Estado (TECNOLEGIS, 2016).

³ Quando a entidade da Administração, encarregada de executar um ou mais serviços, distribui competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços (TECNOLEGIS, 2016).

Ainda segundo Sanabio; Santos e David (2013, p. 24), as bases desse novo modelo gerencial eram centradas em resultados alcançados, orientação para o cidadão-consumidor e a capacitação de recursos humanos.

A ênfase nos resultados, orientação central das organizações privadas, induziu à necessidade de avaliações de desempenho, exigindo a delimitação das áreas de atuação do Estado, além de estabelecimento de metas para agências governamentais, firmeza nos objetivos para gestores de programas, avaliação da produção até chegar à verificação dos resultados alcançados.

Procurou-se focar a atenção dos provedores de serviços públicos para as necessidades dos beneficiários, em desvantagem em função dos interesses da própria burocracia. Assim, seguindo essa orientação, o cidadão poderia ser tratado como contribuinte de políticas públicas, que almejam da gestão eficiência e responsabilidade política.

Críticas à parte, entretanto, parte do modelo proposto foi amplamente implantada no país, destacando-se, neste caso, o modelo de Organização Social, previsto para a execução de atividades não exclusivas, em parcerias com a sociedade civil em um modelo de gestão por resultados.

Para dar maior embasamento a pesquisa, apresenta-se a seguir algumas definições que contemplam o Terceiro Setor.

6.2 TERCEIRO SETOR

Paes (2003) destaca que, até recentemente, a ordem sociopolítica compreendia apenas dois setores, o público e o privado, tradicionalmente bem distintos um do outro, tanto no que se refere às suas características como à personalidade. De um lado ficava o estado, a administração pública, a sociedade; do outro, o mercado, a iniciativa particular e os indivíduos.

O terceiro setor é de acordo com Paes (2010, p. 134):

o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento

Na fala de Manãs e Medeiros (2012, p. 23) as entidades do terceiro setor são formadas, portanto, por associações e por fundações, mas existem denominações que as

qualificam por meio de títulos, certificações e qualificações, como por exemplo: Utilidade Pública Federal; Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); Organização Social (OS); Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Entre outros benefícios que essas entidades podem obter estão: a) regime jurídico específico; b) demonstra à sociedade que tem credibilidade; c) facilidade na captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos; d) facilidade no acesso a benefícios fiscais; e) possibilidade de acesso a recursos públicos, assim como à celebração de convênios e parcerias com o Poder Público e; f) possibilidade de utilização de incentivos fiscais pelos doadores.

Segundo Paes (2000), um momento histórico da origem do terceiro setor ocorreu no período da Ditadura Militar (1964-985), uma vez que foi nesse período que teve por parte da sociedade civil a valorização da democracia, cuja mobilização decorreu visando combater o autoritarismo e o arbítrio então existente.

Para o autor, foi nesse cenário que:

[...] surgiram várias organizações e movimentos sociais em consequência de um novo ímpeto – introduzindo inicialmente por setores cristãos progressistas e depois abraçados por outros setores comprometidos com a democracia e a “mudança social” – de organização da sociedade pela “base” e, no campo da cidadania, “a partir da década de 70”, houve uma expansão significativa de associações civis, movimentos sociais, sindicatos, grupos ambientalistas e de defesa de minorias – foi quando surgiu pela primeira vez, no cenário brasileiro, grande número de ONGs. (PAES, 2000, p. 94).

A diversificação, pluralidade e articulação desses grupos ficaram bastante evidenciadas durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988. Entretanto, para Leite (2003, p. 2)

[...] no Brasil, a valorização do terceiro setor deve ser entendida no bojo do movimento pela Reforma do Estado e tem, no ano de 1995, um marco importante. Nesse ano, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso tomou posse como Presidente da República. Criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, foi nomeado para a pasta Luiz Carlos Bresser Pereira, que, em seu discurso de posse, deu a tônica das reformas que pretendia levar a cabo. Entre outras afirmações, o novo Ministro asseverou que “é necessário reduzir o núcleo do próprio aparelho do Estado. Para isto, entretanto, a arma principal não é apenas a da privatização. Esta é fundamental para transferir para o setor privado as atividades produtivas voltadas para o mercado. Há uma segunda arma, que é a do desenvolvimento das organizações públicas não-estatais, das organizações voltadas para o interesse público, que não visam o lucro nem agem exclusivamente segundo os critérios de mercado. No Brasil é comum pensarmos que as organizações ou são estatais ou são privadas. Na verdade, podem também ser públicas,

mas não-estatais”. Estavam lançadas as bases da convocação e do desafio que o Governo dirigiria ao terceiro setor.

Segundo Finguerut, Gangemi e Osias (2014, p. 5):

a intenção de se transferir para entidades privadas a responsabilidade pela execução de determinado serviço de interesse público por meio de mecanismos contratuais gera a necessidade de maior controle sobre as instituições, uma vez que recebem verbas orçamentárias oriundas de recursos públicos. Essa fiscalização é feita, portanto, através de critérios financeiros, e também via análise de resultados concretos, cumprimento de metas previamente estabelecidas, e obediência a indicadores de impacto na realidade e transformação social. É, portanto, extremamente salutar a mudança de paradigma para a adoção de critérios avaliativos mais condizentes com a realidade e que monitorem efetivamente a obediência aos objetivos propostos.

Os mesmos autores (2014, p. 6) salientam que:

o Terceiro Setor ganha cada vez mais espaço junto à área pública, tornando-se uma opção, através de contratos de gestão e de termos de parceria, para oferecer à sociedade uma nova perspectiva ao gerenciamento de atividades culturais, com diversas experiências bem-sucedidas. Nesse contexto, e a exemplo de experiências exitosas, a qualidade dos serviços apresentados e a produtividade são fatores que vêm definir a aplicação deste modelo para a gestão dos equipamentos culturais do Estado do Rio de Janeiro. O modelo se inspira nas experiências bem-sucedidas. No caso da área cultural, a referência para o estabelecimento de contratos entre Estado e sociedade civil é o Estado de São Paulo, onde se adotou o modelo de OSs, e o de Minas Gerais, que adotou o modelo de OSCIPs, viabilizando programações culturais de alto nível através de contratos de gestão / termos de parcerias e do aperfeiçoamento de ferramentas de controle, induzindo um forte crescimento do setor, seja do ponto de vista da oferta de programação, seja do ponto de vista do mercado da produção cultural e da satisfação dos cidadãos que se beneficiam de iniciativas culturais e educativas.

Com efeito, o principal debate contemporâneo consiste em saber que papel o Estado deve desempenhar no contexto das sociedades, na medida em que o grau de intervenção estatal na economia define os rumos do regime político e econômico a ser adotado pelos governantes.

Na fala de Motta (1998, p. 111 apud MACIEL, MENDONÇA, 2000, p. 9), “tornou-se necessário reverter as práticas organizacionais existentes para conquistar novas ideias de flexibilidade, mais ajustáveis às mudanças, ambiguidades e contradições do mundo contemporâneo”.

Ao considerar os pontos analisados é introduzida a definição das Organizações Sociais para embasar a pesquisa, que segundo Justen Filho (2005, p. 296), juridicamente, define o termo como:

Associação civil sem fim lucrativo ou fundação que, em virtude do preenchimento de certos requisitos legais, é submetida a um regime jurídico especial, que contempla benefícios especiais do Estado para execução de determinadas atividades de interesse coletivo.

Não obstante, Di Pietro (2006, p. 489) qualifica as Organizações Sociais como sendo:

Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público, mediante vínculo instituído por meio de contrato de gestão.

Segundo Finguerut, Gangemi e Osias (2014, p. 5) no caso das OS:

[...] ocorre a transferência da gestão, por prazo determinado, de equipamentos públicos específicos (que permanecem públicos). O objetivo é conferir agilidade às operações do dia-a-dia dos equipamentos, a partir de uma lógica baseada em resultados, de modo que os usuários sejam atendidos de forma eficiente, eficaz e efetiva. A implantação desses modelos inaugura uma nova forma de parceria entre a sociedade civil e o Estado, que conjuga autonomia, flexibilidade e responsabilidade na gestão.

Nessa perspectiva, Pereira e Perez (2002, p. 17) argumentam que:

a idéia de criação de uma forma de gestão que permitisse o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e os vários segmentos da sociedade interessados no desenvolvimento de uma determinada atividade, merece todo o tipo de aplauso e esforço para viabilização. Mais do que qualquer discussão ideológica a respeito do tamanho do Estado –ponto focal no início da implantação do modelo - o exame a ser feito é quanto aos objetivos dessa forma de gestão. Considerando-se que a proposta é basicamente obter ganhos de qualidade na gestão e a otimização dos recursos aplicados, o modelo OS apresenta-se bastante promissor.

Assim sendo, o modelo OS, que segundo Pereira e Perez (2002), produzem efeitos benéficos não só na gestão, mas, esta forma de gerir permite também o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e os vários segmentos da sociedade interessadas no desenvolvimento das atividades, permitindo a participação social nas políticas públicas.

Para fundamentar a pesquisa apresenta-se na próxima seção o Campo Empírico.

7 CAMPO EMPÍRICO

As Organizações Sociais, tema que nos interessa por fazer parte dessa pesquisa, foram estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, pela Lei Nº 5498, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais, mediante Contrato de Gestão”.

O modelo de gestão por OS se baseia em resultados, sendo exigido que as organizações selecionadas assinassem Contratos de Gestão com a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC) com finalidades e metas previamente definidas, que devem ser fielmente cumpridas.

Para esse fim, foi necessário agrupar os equipamentos culturais por área de atuação e afinidade, com objetivo de implantar as OS. De acordo com a narrativa vigente, quando da implementação do modelo, esses equipamentos permitiram a elaboração de políticas setoriais (artes visuais, leitura e conhecimento, música, teatro, etc.) baseadas em grandes objetivos para a cultura, programas e ações. Cada equipamento cultural ficou responsável por estabelecer missão, visão e diretrizes definidas em consonância com as políticas setoriais.

Para a transferência dos equipamentos culturais para a gestão de uma OS, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, contratou o apoio técnico da Fundação Getúlio Vargas para o serviço de consultoria, responsabilizando-se pela implementação do modelo de gestão por OS da área de cultura no Estado do Rio de Janeiro.

Após a realização dos processos seletivos e a escolha da organização que irá gerenciar os equipamentos culturais, em 2013 os contratos foram assinados com a SEC, por um período de 60 meses, cabendo ao Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) administrar a Biblioteca Parque Estadual-BPE, a Biblioteca Parque de Niterói, a Biblioteca Parque de Manguinhos, a Biblioteca Parque da Rocinha e a Biblioteca Parque do Alemão⁴, bem como a Associação de Apoio às Instituições Culturais do Rio ficou responsável por administrar a Casa França-Brasil e a Escola de Artes Visuais do Parque Lage.

Dessa forma, o Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), resolvem:

⁴ A Biblioteca Parque do Complexo do Alemão não está sob a administração do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG, aguardando definições da Secretaria de Estado de Cultura – SEC (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2014, p.4)

[...] celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO, cuja Proposta de Trabalho e o respectivo Edital constituem partes integrantes deste instrumento, com fundamento na Lei Nº 5.498/10, de 07 de julho de 2009, nos Decretos Nº 42.506, de 02 junho de 2010, e Nº 42.882, de 17 de março de 2008, e no processo administrativo Nº E/18/001/1269/2013.

O Instituto de Desenvolvimento e Gestão é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, regido por Estatuto Social aprovado por Assembleia Geral e pela legislação em vigor (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2014).

A associação, conforme consta em seu estatuto, pode estabelecer contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e outros instrumentos contratuais com pessoas jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. O instituto tem sede na cidade de Recife - Pernambuco (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2014).

A missão do IDG é desenvolver o potencial de pessoas e organizações por meio das artes e da cultura, tendo na gestão de qualidade sua principal finalidade. Em site próprio, a Associação, em seu estatuto, Capítulo I, artigo 4º, que dispõe sobre 18 itens, elenca seus objetivos, entre os quais vale ressaltar que há 4 itens, que convém serem destacados, pois fazem referência ao estudo aqui analisado e abarcam, pertinentemente, as atividades elaboradas nas Bibliotecas Parque da cidade do Rio de Janeiro, são eles:

- XI – Criar, apoiar, fomentar, promover e administrar espaços culturais, turísticos, educacionais e desportivos, com propagação do conhecimento entre membros da sociedade civil;
- XII – Elaboração de estudos de sistemas de gerência e operação para empreendimentos;
- XIII – Realização de cursos e treinamentos;
- XIV- Organização de conferências, seminários, congressos e *wokshops*.

Em seu Relatório de Prestação de Contas Anual 2014 das Bibliotecas Parque, o IDG apresenta os resultados de seu primeiro ano de trabalho como gestor à frente da Rede de Bibliotecas Parque (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2014).

Entretanto, em novembro de 2015, as transformações no cenário da política estadual, que tornaram-se notórias através de ampla divulgação pelos meios de comunicação, ocasionaram desestabilidade em muitos setores, inclusive no que se refere a cultura.

Nesse sentido, as Bibliotecas Parque foram muito afetadas no que diz respeito ao repasse de recursos do governo estadual, que não estava sendo realizado, o que obrigou os governantes a procurarem medidas alternativas para minimizar a crise no setor cultural. O socorro veio através da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, com um acordo firmado entre

esta e o governo do Estado. O prefeito Eduardo Paes comprometeu-se em manter pelo menos três, das cinco Bibliotecas Parque em funcionamento, a da Rocinha, localizada na zona sul do Rio de Janeiro, a de Manguinhos, na zona norte e a Biblioteca Pública Estadual, no centro da cidade (PREFEITURA..., 2015).

A crise foi ressaltada, conforme manchete publicada pelo Jornal O Globo, em 23 de novembro de 2015:

RIO — Uma negociação no governo estadual, cujo resultado será conhecido nesta terça-feira, vai selar o destino das quatro Bibliotecas Parque do Rio, que podem fechar. Os 150 funcionários das unidades, contratados através do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), já vão entrar em aviso prévio. A crise é grave: dos R\$ 20 milhões que deveriam ter sido repassados pelo estado este ano, só R\$ 11 milhões foram destinados às bibliotecas. [...] O último repasse estadual ocorreu em agosto. Sem alternativas, o conselheiro Ricardo Piquet, do IDG, afirmou, nesta segunda-feira, que fizeram o possível para evitar o pior (BORGES, 2015, p.1).

Convém salientar, entretanto, que esses acordos não perdurarão por longo período, pelo menos no que diz respeito às Bibliotecas Parque da Rocinha, Manguinhos e a Biblioteca Parque Estadual, conforme alertou o prefeito da cidade do Rio de Janeiro:

Nesse acordo que fiz com o governador Pezão, a prefeitura vai assumir durante 13 meses, de dezembro desse ano até dezembro do ano que vem, o custeio de três Bibliotecas Parque para que elas não fechem. Nós vamos entrar com R\$ 1,5 milhão, permitindo que esses equipamentos continuem funcionando, afirmou o prefeito Eduardo Paes (BORGES, 2015, p. 1).

Esta instabilidade no repasse de recursos, afeta diretamente a oferta de serviços à população, por parte das bibliotecas públicas. Ressalta-se que, as bibliotecas públicas são espaços que articulam a relação educação e cultura, e sabe-se que no Brasil há ainda um enorme caminho a ser percorrido para que esta relação se estabeleça de forma a produzir resultados benéficos na trajetória de vida de crianças e jovens.

A seguir apresenta-se a rede de Bibliotecas Parque, que se configura como biblioteca pública e como já foi dito, são equipamentos culturais importantes para a população.

7.1 BIBLIOTECAS PARQUE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto da rede de Bibliotecas Parque tem características que vão além da biblioteca e, segundo o ministro da Cultura na época, Juca Ferreira, foi baseado na experiência Colombiana, explora o espaço da biblioteca além do papel tradicional, funciona com conceito de centro cultural (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2010).

É importante salientar que o diferencial das Bibliotecas Parque são os espaços multifuncionais que abrigam cursos, exposições, internet livre, exibição de vídeos, cinema e teatro. São centros culturais que tem a leitura como protagonista na maioria de suas atividades.

A implantação da Rede de Bibliotecas Parque, de acordo com a Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura e Coordenadora do Programa Mais Cultura, Silvana Meireles, à época, em entrevista concedida ao “*Acessoblog*” - “a Biblioteca Parque faz parte do Programa de Aceleração de Crescimento⁵ (PAC-1) e é equipada com recursos do Programa Mais Cultura”.

A escolha do Programa Mais Cultura é federativa, o que significa que o acordo acontece entre agentes federais e estaduais. Dessa forma, só aderem ao programa os Estados que realmente têm interesse. Já a territorialização é definida a partir de critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) e taxas de violência. O governo do Rio de Janeiro escolheu Manguinhos por constatar que o bairro respondia aos critérios estabelecidos pelo Mais Cultura. Além disso, a região congrega outras ações do governo federal, à habitação, esporte, e atendimento à mulher. [...] (MEIRELES, 2010, p.6).

Assim, com nova estrutura, tanto arquitetônica quanto documental, são inauguradas no Estado do Rio de Janeiro, a Rede de Bibliotecas Parque: Biblioteca Parque de Manguinhos, 2010 (Manguinhos); Biblioteca Parque de Niterói, 2011 (Niterói); Biblioteca Parque da Rocinha, 2012 (Rocinha); e Biblioteca Parque Estadual, 2014 (Centro).

⁵ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1) surge, em 2007, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo objetivo era acelerar a expansão econômica do país, aplicando investimentos em diversas áreas, tais como: infraestrutura e logística (BELÉM; AGUIRRE, 2011). No estado do Rio de Janeiro, o programa do PAC-1 concentra os investimentos em áreas menos abastadas, carentes economicamente.

7.2 BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

A C4 - Biblioteca Parque da Rocinha⁶ é a terceira de uma rede que a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro implementou, com o objetivo de estruturar um novo patamar de atendimento às comunidades do Estado.

Inaugurada em junho de 2012, tendo como principais referências as bem-sucedidas experiências implementadas em Medellín e Bogotá, na Colômbia, é um espaço cultural e de convivência, com qualidade física, humana e de serviços.

Consta no site da Secretaria de Estado da Cultura (2015) que a Biblioteca é um espaço multifuncional, que nos seus 1.600 metros quadrados, conta com teatro, cozinha-escola, café literário, cujos espaços são diversificados, realizando ações de projetos culturais e de promoção a leitura, visando incentivar a criação artística em todas as suas formas de expressão, bem como intercâmbios, integração e a criação de diálogos entre o território e a biblioteca.

A materialização desses diálogos ocorre de diferentes formas no cotidiano da biblioteca, a começar pela localização e pelo projeto arquitetônico. O edifício da biblioteca, por exemplo, está investido de valores, com uma simbologia construída por dimensões que lhe imprimem um significado, como por exemplo, de contribuir para o desenvolvimento do cidadão, chamado por Barbalho, de valor de base – e, a de proteção aos bens culturais que estão sob sua guarda, facilitando pela frequência espacial a acessibilidade ao conhecimento – valor de uso.

No que se refere à distribuição do espaço físico a biblioteca da Rocinha possui cinco andares, conforme descritos a seguir:

- 1º andar - acesso – DVDteca: conta com acervo de mais de 1200 filmes que podem ser apreciados em 7 telas com fones de ouvido. Cada tela tem capacidade para 4 pessoas. O espaço também é utilizado para atividades de pequeno porte como, apresentações musicais, atividades educativas, etc., possui ainda módulos com livros, revistas e jornais.

⁶ Inaugurada em junho de 2012, a C4 - Biblioteca Parque da Rocinha é um espaço da Secretaria de Estado de Cultura. A partir de 2014 a Secretaria de Estado da Cultura transferiu a rede de Bibliotecas Parque para a gestão do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG).

Figura 1 - 1º Andar da BPR

Fonte: Carvalho (2015c)

- 2º andar – Teatro: utilizado para ensaio dos grupos de teatro e dança da Rocinha e apresentações de artistas em geral. Também é utilizado para eventos do território, como, o I Congresso de Território de Base Comunitária, encerramentos de comerações de final de ano das escolas, FLUP PENSA, etc. Capacidade de público de 100 pessoas. Conta com camarim e dois banheiros.

Figura 2 – 2º Andar da BPR

Fonte: Carvalho (2015c)

- 3º andar – Varanda, Internet Livre, Salas de reunião, Sala Corpo, Sala Multiuso, Administração: Sala Corpo é utilizado para ensaios de grupos de teatro e dança da Rocinha, além de aulas e oficinas, como, yoga, dança do ventre, dança de rua, capoeira. Capacidade de público 30 pessoas. Internet Livre, utilizado para acesso livre à internet, para acessar é necessário ter cadastro na biblioteca, e apresentar a carteira

ou o protocolo de inscrição. Cada pessoa tem direito a uma hora de acesso por dia. Neste local o educativo realiza ações, como o Devoradores de Livros (<http://www.devoradoresdelivros.com.br/>). Sala Multiuso, usada para palestras e *workshops* a sala conta com 25 cadeiras e quadro branco. Varanda da Internet, funciona como espaço de convivência e para a realização de alguns eventos, como atividades mais despojadas e ações da programação cultural, como roda de capoeira e aula de yoga, são frequentes. O espaço é um dos preferidos por crianças e jovens.

Figura 3 - 3º Andar da BPR



Fonte: Carvalho (2015c)

- 4º andar – Biblioteca Referência e Biblioteca Infantil: o acervo da biblioteca conta com um acervo de mais 14 mil itens, nos mais variados generos literários e assuntos. Com destaque para a “Seção Memória Rocinha”, livros que dão destaque aos autores da Comunidade, e toda a produção referente à Rocinha. Mensalmente à equipe de acervo elabora exposições com temas atuais e as efemérides pertinentes dentro do mês corrente, os lançamentos de livros e rodas de conversas literárias ocorrem nesse espaço. Biblioteca Infantil, conta com mais de 700 títulos infantis e destina-se a crianças de até 11 anos. Conta com um bibliotecário em tempo integral, promovendo rodas de leitura, atividades de incentivo a leitura e ações educativas. O espaço conta com dois computadores para uso de 30 minutos por crianças, com jogos educativos. Crianças de até seis anos não podem frequentar o espaço sem a presença de um responsável. Capacidade de público, 10 crianças e 3 adultos.

Figura 4 – 4º Andar da BPR



Fonte: Carvalho (2015c)

- 5º andar – Varanda, Cozinha Escola e Café Literário: a varanda do ultimo andar não é aberta ao público e a visita ao espaço só funciona mediante prévio ou durante eventos específicos, como cursos ou oficinas. A cozinha industrial possui equipamentos profissionais e já recebeu diversos cursos de gastronomia do Sebrae e Sesi, além de uma ocupação do Instituto Maniva de *Ecochefs*, em 2014.

Figura 5 - 5º Andar da BPR



Fonte: Carvalho (2015c)

Figura 6 – 5º Andar da BPR: Varanda de Convivência

Fonte: Carvalho (2015c)

Com horário de funcionamento que vai de 10h00 às 19h00 a biblioteca se apresenta como um espaço de circulação de ideias, informações, livros, filmes, mas principalmente de construção de relações entre sujeitos sociais. Estas relações não se limitam ao interior da biblioteca. Toda e qualquer atividade que lá acontece é marcada e conformada pelo contexto, estrutura e relações vivenciadas pelos participantes (Gestores, Staff da biblioteca, usuários), dentro da biblioteca como fora dos espaços da biblioteca. Considera-se, assim que, a gestão de serviços de uma biblioteca deve levar em consideração essas variáveis.

Vale salientar que, a Biblioteca Parque da Rocinha foi concebida como ação cultural integrada com a política de segurança pública, teve inspiração na experiência de Medellín, neste sentido, para além de uma biblioteca pública objetivou-se ofertar cidadania a comunidade da Rocinha. Por isso, desde o início se incentivou a participação da comunidade, buscando atender suas demandas. Isso foi basicamente o diferencial do projeto de implantação da biblioteca. Em geral, a política pública de bibliotecas é determinada sem consulta à sociedade.

A BPR oferta além dos serviços tradicionais, inclusão digital, DVDteca, disponibiliza espaços para reuniões, acolhe grupos de dança, promove oficinas. Acolhe crianças e adolescentes, seus usuários mais expressivos. A comunidade tem por esse equipamento o sentimento de "pertencimento". É um projeto bem-sucedido, reflexo da comunidade e que contou com a prioridade do Estado para planejamento, implantação e execução.

O modelo de gestão adotado a partir de 2014, foi a parceria com uma Organização Social para gestão de equipamento público, objetivando administração mais ágil, eficiente e investimentos privados.

Para efeitos da pesquisa realizou-se à análise do Contrato de Gestão (ANEXO A) entre a OS e o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Relatório de Prestações de Contas Anual 2015 Bibliotecas Parque (ANEXO B), já que nestes documentos encontram-se as metas pactuadas. Constam na íntegra nos anexos respectivamente.

8 ANÁLISE E RESULTADOS

A análise e os resultados provenientes da pesquisa foram extraídos com base no Relatório de Prestação de Contas Anual 2015 das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, o qual apresenta os resultados obtidos para o ano de acordo com os objetivos firmados através do Plano de Atividades elaborado pelo IDG e entregue à Secretaria de Cultura do Estado.

O modelo de gestão por OS (Organização Social) é utilizado no projeto das Bibliotecas Parque. A Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro é a gestora do Contrato, sendo responsável por monitorar e fiscalizar as quatro unidades da Rede, conforme Contrato de Gestão SEC nº 002/2013.

O IDG, por sua vez segue o estabelecido em contrato e realiza a prestação de contas trimestralmente conforme previsto no item 8.5 do Contrato de Gestão SEC nº 002/2013, A CONTRATADA deverá apresentar trimestralmente, ou a qualquer tempo solicitado, relatório de execução do Contrato de Gestão, apresentando comparativo específico das metas propostas e resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros e dos inventários de bens permitidos e adquiridos, além de outras informações consideradas necessárias.

Além dos relatórios trimestrais, 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício financeiro, é necessária a apresentação da prestação de contas referente ao ano, conforme descrito no referido Contrato de Gestão.

Nessa perspectiva, observa-se que, a avaliação dos serviços prestados pelas Organizações Sociais, é realizada através dos Planos de Trabalhos (documentos elaborados pelas empresas sem fins lucrativos contratadas para realização do projeto, onde são listadas as atividades propostas para o ano de execução do Contrato, juntamente com os indicadores de acompanhamento do projeto e o orçamento necessário para a realização do projeto em 12 (doze) meses).

No Relatório de Prestação de Contas Anual 2015 – Bibliotecas Parque encontram-se as metas alcançadas no período e é o documento utilizado para se avaliar as necessidades, erros e acertos como também planejar o ano seguinte. Observando a continuidade dos serviços e sua atualização sendo exigência de qualquer equipamento cultural.

Nesse sentido, tratando-se dos indicadores – evidenciados nas metas – segundo o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (2015, p. 5) o quadro de metas das Bibliotecas Parque

norteia o cumprimento do objetivo geral e específicos previstos no Plano de Trabalho 2015 e no Relatório Anual 2015 das Bibliotecas Parque. O registro das ações deve ser feito de maneira a facilitar seu acompanhamento e avaliação por parte da Secretaria da Cultura do Estado do Rio de Janeiro, dos demais órgãos fiscalizadores do Estado e da sociedade em geral.

Quadro de Metas e resultados obtidos para 2015:

As metas analisadas a seguir dizem respeito a Biblioteca Parque da Rocinha, assim sendo, vale uma descrição da estrutura organizacional da biblioteca. Consiste em três gerências com expertises diferentes e que buscam resultados dentro de suas áreas específicas de responsabilidades. Que são: Gerencia de Conteúdo, Gerencia de Acervo e Gerencia de Gestão que acumula a Gerencia Geral, a fim de ganhar em agilidade e trabalho de equipe.

As três áreas atuam de forma integrada e cooperativa objetivando alcançar as metas propostas. Nesse sentido cada gerencia dá suporte na execução das tarefas e na divulgação das atividades prestadas pelas outras gerencias. As equipes são motivadas pelos seus gerentes a participarem dessas ações, sendo todos envolvidos pelo objetivo comum, ou seja, alcançar as metas propostas. Expõe-se a seguir o quadro de metas, contendo os indicadores da Biblioteca Parque da Rocinha.

#	Tipo de Meta	Objetivo	Indicador	Fórmula	Unidade	Meta anual	Meta Anual - ano 02				Acumulado	% em relação a meta
							1o TRI	2o TRI	3o TRI	4o TRI		
1	Atividade Fim	Formar base de usuários cadastrados nas Bibliotecas	Número usuários cadastrados no ano	= total de usuários cadastrados no ano	BPR	1.800	693	1.155	649	383	2.880	160,00%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Atividade Fim	Garantir empréstimos de acervo e demais itens da Biblioteca	Número de empréstimos do acervo	= total de empréstimos do acervo no ano	BPR	8.000	2.644	1.779	2.307	1.645	8.375	104,69%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3	Atividade Fim	Atrair visitantes às Bibliotecas	Número de visitantes	= total de visitantes por ano	BPR	56.250	13.572	15.594	19.128	17.574	65.868	117,10%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
4	Atividade Fim	Manter atendimento ao público escolar	Número de alunos atendidos em visitas guiadas	quantidade de alunos atendidos em visitas guiadas	BPR	640	0	629	986	348	1.963	306,72%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
5	Atividade Fim	Manter atendimento ao público escolar	Número de escolas atendidas em visitas guiadas	quantidade de escolas atendidas em visitas guiadas	BPR	32	0	25	26	12	63	196,88%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
6	Atividade Fim	Captar a percepção dos visitantes, a partir da realização da pesquisa, sobre acervo, programações, instalações e serviços	Percentual de visitantes satisfeitos em relação a acervo, programações, instalações e serviços	= (total de visitantes satisfeitos com o acervo, programações, instalações e serviços / total de usuários entrevistados)x100	BPR	70%	84%		75%		80%	113,57%
					OS	N/A	N/A		N/A		N/A	N/A

7	Atividade Fim	Garantir a atualização do acervo	Quantidade de acervo adquirido (sem periódicos)	= Total de itens acervo adquirido exceto periódicos	BPR	720	156	62	12	65	295	40,97%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
8	Atividade Fim	Cumprir a política de Acervo aprovada pelo Conselho de Administração	Política de Acervo cumprida	= Política de Acervo Cumprida	BPR	67%	58%	59%	78%	87%	71%	105,47%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
9	Atividade Fim	Implantar e manter em funcionamento o Portal das Bibliotecas	Portal das Bibliotecas implantados e em funcionamento	= Portal implantado e em funcionamento	BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	1	0	0	0	0	0	0
10	Atividade Fim	Garantir a disponibilidade da rede de internet (com e sem fio) ao público	Rede (internet com e sem fio) disponível ao público	= tempo de funcionamento da rede com 90% da banda disponível / período analisado	BPR	90%	97%	100%	63%	97%	89,06%	98,95%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
11	Atividade Fim	Garantir a utilização de recurso com programação e acervo	Percentual mínimo de gastos com programação e acervo	= (total dos custos e despesas com programação e acervo / total de despesas e custos) x 100	BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	20%	49%	19%	45%	37,8%	38%	188,7%
12	Cidadania	Garantir atualização do acervo voltado para leitores especiais	Itens de acervo especial para Pessoa com Deficiência	= Total de acervo voltado para PCD	BPR	160	88	88	106	170	170	106,25%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13	Cidadania	Possuir funcionários habilitados na linguagem de sinais	Funcionários habilitados na linguagem de sinais	= Quantidade de funcionários por turno disponíveis habilitados na linguagem de sinais	BPR	2	2	2	2	2	2	<i>100,00%</i>
					OS	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
14	Cidadania	Garantir colocação de funcionários com deficiência	Funcionários com deficiência	Quantidade de funcionários com deficiência	BPR	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
					OS	2%	0,6%	0,6%	1,1%	1,4%	<i>0,94%</i>	<i>46,75%</i>
15	Gestão	Garantir agilidade na disponibilização ao público de itens de acervo	Tempo Médio entre o recebimento de itens novos e a disponibilização final para uso	Total intervalo em dias entre recebimento e disponibilização dos itens do acervo / número de itens	BPR	10 dias úteis	5	0	5	7	6	<i>140,00%</i>
					OS	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
16	Gestão	Garantir abertura ao público das Bibliotecas	Número de dias de funcionamento ao público	= Total de dias de abertura ao público no ano	BPR	245	69	61	66	60	256	<i>104,49%</i>
					OS	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
17	Gestão	Aprovar planejamento anual do Programa de Atividades	Plano aprovado até a data definida	Plano aprovado até o mês de setembro de cada ano	BPR	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
					OS	1	-	-	-	-	0	<i>0,00%</i>
18	Gestão	Atender de forma célere solicitações, e resolver problemas identificados através da Ouvidoria	Tempo médio de resposta da ouvidoria	= total (data de resposta - data de entrada na ouvidoria) / total de ouvidorias	BPR	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
					OS	10 dias corridos	0	0	0	0	0	<i>100,00%</i>

19	Gestão	Manter inventário do acervo atualizado	Inventariar acervo anualmente	Acervo inventariado anualmente	BPR	1	0	0	0	1	<i>1</i>	<i>100,00%</i>
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	Gestão	Garantir mínimo de pessoal atuando na atividade FIM das bibliotecas	Percentual de pessoal que atua na atividade FIM das bibliotecas	= (total de funcionários que atuam na atividade FIM das bibliotecas / total de funcionários) x 100	BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	<i>N/A</i>	<i>N/A</i>
					OS	60%	84%	80%	77%	76%	<i>79,09%</i>	<i>131,82%</i>

8.1 ANÁLISE DAS METAS

É da competência da Gerência de Conteúdo planejar e executar a programação cultural e educativa, sendo responsável pelas ações culturais que ocorrem na BPR. As metas relacionadas a essa gerencia, constam no Relatório de Prestação de Contas Anual 2015 - Bibliotecas Parque, anexado na pesquisa.

Da mesma forma é competência da Gerência de Gestão e Gerência Geral administrar e proporcionar a logística necessária para o funcionamento da biblioteca. As metas relacionadas a essa gerencia, constam no Relatório de Prestação de Contas Anual 2015 - Bibliotecas Parque, anexado na pesquisa.

Nesse sentido, as metas relacionadas a Gerência de Conteúdo e Gerência de Gestão, são específicas do campo da administração e dos programadores culturais, bem como da Gerência de Acervo são do campo da biblioteconomia.

Cabe a Gerência de Acervo planejar e executar as ações e atividades referentes ao acervo. É importante salientar que a autora ateu-se a uma análise das metas do seu campo do conhecimento e estabelecidas no Plano de Trabalho 2015, as metas da competência dessa gerencia, são: metas 1 (Um), 2 (dois); 7 (Sete); 8 (Oito); 12 (Doze) e 19 (Desenove) conforme descritas abaixo:

Meta 1 – Formar cadastro de usuários na Biblioteca Parque da Rocinha (BPR):

Meta prevista: 2.500/Ano, meta realizada: 2.880/Ano.

Esta meta foi alcançada através da prática contínua da BPR em oferecer e vincular a inscrição do usuário nas participações das atividades culturais, educacionais e sociais desenvolvidas para atrair o público, como por exemplo exposições, cursos, oficinas, teatro, palestras, Clube de Leitura, com destaque para o projeto Biblioteca Fora dos Muros, realizado em escolas, praças, associações, cujo objetivo é estreitar os laços afetivos com a comunidade, aumentar o número de usuários cadastrados, e apresentar os produtos e serviços prestados na BPR no exercício de 2015. Para a realização dos eventos, conta-se com a participação das outras gerências, no sentido de darem suporte logístico, enquanto a equipe do acervo realiza as atividades descritas abaixo:

As ações planejadas e realizadas contribuem para o cumprimento das metas:

Evento Rocinha Hip Hop – Local Fundação Igreja Católica: participação da Gerência de Acervo (bibliotecários e Auxiliares de Acervo) realizando inscrições de usuários, empréstimos de livros, doação de livros.

Ação no Pré-Vestibular da Rocinha – participação da Gerente de Acervo e Gestor Geral realizando divulgação da BPR, realizando inscrições dos alunos.

Ação na Escola Castelinho – realização de atividade – participação Gerência de Acervo (bibliotecários e Auxiliares de Acervo) e Gerência de Conteúdo (Educadores) – realização de inscrições, empréstimos, doação de livros.

Ação ENEAM/PUC – realização de atividade na sala de aula com os alunos – participação da Gerência de Acervo e equipe (Bibliotecários e Auxiliares de Acervo), realização de inscrições, empréstimos de livros, doações de livros, reprodução de filme, cuja temática é sobre a Comunidade da Rocinha, e produzido por morador da comunidade.

Centro de Apoio Psico-Social - CAPS III Maria do Socorro Santos – realização de atividade – participação da Gerência de Acervo (Bibliotecários e Auxiliares de Acervo), realização de inscrições, empréstimos de livros para os funcionários do CAPS, doação de livros para os pacientes.

Projeto MED/PUC – apoio da Gerência de Acervo e equipe (Bibliotecários e Auxiliares de Acervo) a Campanha Outubro Rosa, realizada pela Med/Puc, em parceria com funcionários do projeto, em ação de rua, para realização de inscrições das mulheres para realizarem mamografia na Santa Casa de Misericórdia, nessa ação, também, ocorre a inscrição de usuários.

Meta 2 – Garantir empréstimos de acervo e demais itens da biblioteca.

Meta prevista: 8.000/Ano, meta realizada: 8.345/Ano

Meta 7 – Garantir a atualização do acervo.

Na Biblioteca Parque da Rocinha, conforme a Política de Aquisição das BPs, obedece a critérios definidos na política, tais como: lançamentos, bestsellers, reposição de títulos danificados e/ou extraviados, clássicos, solicitações da SEC e sugestões de usuários.

Em razão da falta de repasse de recursos financeiros acordado esta meta deixou de ser aferida no de 2015.

Meta 8 – Cumprir a Política de Acervo aprovada pelo Conselho de Administração.

No ano de 2015, analisando o percentual alcançado em cada mês em contraste com a meta estipulada de 67%, identifica-se que neste ano a meta não foi alcançada, em razão da suspensão do repasse financeiro para a compra de novos títulos para o acervo.

Meta 12 – Garantir atualização do acervo voltado para leitores especiais.

Vale salientar que a Fundação Dorina Nowill faz doações para a Biblioteca Parque da Rocinha, mas os itens recebidos não são contabilizados para o cumprimento dessa meta. São consideradas apenas as aquisições por compra realizadas pelo IDG.

Meta 19 – Manter inventário de acervo atualizado.

O inventário ocorre anualmente na Rede de Bibliotecas Parque, o planejamento é realizado pelos Gerentes de Acervo, com a aprovação dos Gestores Gerais. A meta consiste em 1 (um) relatório anual. É realizado levantamento do acervo identificando-se baixas, empréstimos e novas aquisições – para a realização do inventário apenas o andar, onde está localizado o acervo fica indisponível para o público por cerca de 20 dias.

Meta prevista: 01 relatório – Meta realizada: 01 relatório.

Assim sendo a análise conclusiva das metas pactuadas o desempenho foi satisfatório. Observou-se que todo o serviço é documentado através de planos de trabalho e relatórios. Como também, os meios empregados – as atividades culturais, exemplificadas na meta um.

Para alcançar os objetivos estabelecidos para o ano, é indispensável que as atividades culturais e educativas propostas pelo IDG sejam realizadas, pois a realização da programação influencia diretamente no desempenho dos indicadores propostos. No quadro de metas já temos os objetivos de cada indicador.

Como contribuição da pesquisa realizada e da análise do trabalho de gestão desenvolvido por uma OS (Organização Social), na execução dos serviços, propõe-se a implantação de um manual, que seja adaptado a realidade dos frequentadores da Biblioteca Parque da Rocinha, respeitando as peculiaridades dessa comunidade, que oriente aos usuários que frequentam a biblioteca, quanto ao uso dos espaços, dos serviços e produtos ofertados por esse equipamento cultural, promovendo uma gestão exitosa. A seguir um modelo de manual baseado no da Rede de Bibliotecas Parque:

MANUAL DE USO PARA A BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Capítulo I INTRODUÇÃO

Artigo 1º - A Biblioteca Parque da Rocinha é um equipamento cultural e educativo, da Rede de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro de interesse público, aberto a toda população, que visa contribuir com o conhecimento, a cultura, a informação, a formação humanística e o lazer de todos os cidadãos, disponibilizando serviços e produtos.

Capítulo II DAS INSCRIÇÕES

Artigo 2º - Poderão inscrever-se gratuitamente nas Bibliotecas Parque, os usuários que apresentarem os seguintes documentos:

I. Documento de Identidade (cédula de identidade, carteira de identidade expedida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei, carteira nacional de habilitação, carteira de trabalho, passaporte.)

II. Comprovante de Residência (água, luz, telefone, declaração de abrigo ou moradia social e Associação de Moradores)

Parágrafo primeiro: Menores de 18 anos poderão se inscrever apresentando, além de seus documentos de identidade, cópias dos documentos do responsável e comprovante de residência.

Parágrafo segundo: O Responsável que quiser inscrever o menor sem a presença do mesmo deverá apresentar documento que o identifique.

Artigo 3º - A inscrição é válida por 01 (um) ano. Após esse prazo o leitor deve reapresentar o comprovante de residência.

Artigo 4º - O usuário que não estiver munido de seus documentos e quiser se inscrever, receberá uma carteira provisória, com validade de 15 (quinze) dias.

Artigo 5º - O cartão de inscrição permite o empréstimo domiciliar, acesso à internet livre (Computadores), ao acervo multimídia, inscrições em cursos e oficinas.

Artigo 6º - O titular do cartão é o único responsável por seu uso.

Parágrafo único: O cartão de inscrição não deverá ser emprestado, nem cedido à outras pessoas.

Artigo 7º - Ao receber a carteira de inscrição, o usuário automaticamente concorda com as diretrizes desse manual.

Artigo 8º - O usuário da Biblioteca deverá comunicar mudança de endereço, quando houver, e apresentar novo comprovante de residência.

Artigo 9º - A perda ou furto do cartão deverá ser imediatamente comunicada à Biblioteca. Um novo cartão será entregue gratuitamente apenas uma só vez. Havendo reincidência será cobrada uma taxa de reemissão.

Capítulo III DO ACESSO

Artigo 10º - O horário de funcionamento da Biblioteca Parque da Rocinha é de terça-feira a sábado, das 10:30h às 18:30.

Artigo 11º - Bolsas e mochilas deverão ser guardadas nos guarda-volumes, quando os usuários forem utilizar o 4º andar (local do acervo em suporte papel) solicitação nos balcões de atendimento de uma chave para que sejam guardadas.

Parágrafo único : Não é permitida a circulação de usuários com volumes maiores do que os possíveis de serem guardados nos armários.

Artigo 12º - Visitas de grupos levados por instituições educativas, sociais ou governamentais que ultrapassem o número de 05 (cinco) pessoas deverão ser agendadas através do e-mail: faleconosco.bpr@gmail.com.

Artigo 13º - Os Grupos de visitas serão recebidos pelo Mediador Social na entrada da Biblioteca.

Artigo 14º - Os grupos de inscritos nos cursos e oficinas receberão pulseiras identificadoras na entrada da biblioteca, depois de verificado o nome na lista de inscritos.

Artigo 15º - Os menores de 10 anos poderão circular pela Biblioteca apenas acompanhados do seu responsável, à exceção da Biblioteca Infantil, que permite a permanência de menores entre 06 e 10 anos, mediante apresentação da carteira da biblioteca.

Parágrafo primeiro: Adultos que não estiverem acompanhando crianças não poderão permanecer na Biblioteca Infantil.

Parágrafo segundo: Os computadores da Biblioteca Infantil são de uso exclusivo das crianças.

Parágrafo terceiro: A lotação máxima de permanência simultânea na Biblioteca Infantil é de 10 crianças e 3 adultos.

Artigo 16º - O acesso é livre e gratuito em todo o acervo da biblioteca.

Artigo 17º – Para usar os computadores específicos para pesquisadores e utilização da plataforma ‘Descomplica’, que oferece aulas on-line para estudantes do Enem e de concursos, faz-se necessário solicitar ao atendente a liberação do mesmo, que poderá ser feita em um período de até 2h.

Parágrafo primeiro: a utilização dos espaços reservados poderá ser compartilhada com outro usuário.

Parágrafo segundo: para renovar o período de utilização dos equipamentos, o usuário deve agendar nova reserva no balcão de atendimento 5 minutos antes do término do seu período de utilização.

Parágrafo terceiro: Os usuários não devem deixar pertences nas mesas, dos salões. A biblioteca não se responsabiliza por objetos deixados sem supervisão de seus próprios donos.

Artigo 18º – As salas localizadas no terceiro andar do prédio (Sala multiuso e Sala corpo) são usados para cursos, oficinas e reuniões de grupos privados. Não podendo

haver reserva para a utilização deste espaço, entretanto, ele pode ser usado pelo público espontâneo, no caso de não estar ocupado com eventos pré-agendados.

Capítulo IV DO EMPRÉSTIMO

Artigo 19º - O empréstimo de itens do acervo só poderá ser realizado por usuário que possua o cartão de inscrição válido em nossos registros.

Artigo 20º - O usuário poderá permanecer sempre com 02 (dois) livros em cada empréstimo realizado.

Artigo 21º - O prazo de devolução dos livros é de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da retirada.

Artigo 22º - Obras de referência, jornais, revistas, DVDs e obras consideradas especiais estão excluídas do empréstimo e devem ser consultados no local.

Artigo 23º - O leitor é responsável por todas as obras registradas em seu cartão.

Parágrafo primeiro: O leitor deve se certificar do estado das obras que toma emprestado e comunicar toda deterioração constatada antes do registro dos empréstimos.

Parágrafo segundo: O leitor deve devolver os livros que lhes foram confiados por empréstimo, sem danos, sem anotações e sem qualquer marca.

Artigo 24º - Os livros podem ter o empréstimo renovado por 02 (duas) vezes, totalizando 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo único: Caso haja reserva para o livro com renovação solicitada, terá prioridade o usuário que estiver realizando a renovação.

Artigo 25º - O atraso na devolução do empréstimo de qualquer tipo de material implica em suspensão do serviço de empréstimo domiciliar por prazo igual ao tempo de atraso.

Artigo 26º - Em caso de perda ou danos ao livro, o leitor deverá substituí-lo por outro com o mesmo título ou, ainda, por outro título recomendado pela Biblioteca.

Capítulo V DAS CONSULTAS

Artigo 27º - Todo o acervo da biblioteca poderá ser consultado, respeitando as seguintes regulamentações:

I. Filmes: 01 (um) filme para cada reserva de horário. Cada TV da DVDteca permite a permanência de apenas 2 (duas) pessoas por exibição. Preferencialmente o usuário deverá trazer o seu próprio fone de ouvido.

II. Internet: 01 (uma) hora de navegação em cada login. O usuário poderá solicitar um novo login, somente se não houver outra pessoa aguardando para acessar o computador;

III. Obras especiais: o preenchimento de formulário para pesquisa deverá ser feito.

Parágrafo primeiro: O usuário deverá trazer o seu próprio fone de ouvido para usar os serviços de áudio da biblioteca.

Parágrafo segundo: É proibido efetuar qualquer ato assimilado à pirataria ou ao vandalismo informático.

Parágrafo terceiro: É proibido o acesso a sites considerados de caráter violento ou pornográfico, que façam apologia de práticas ilegais ou de discriminações, ou que atentem à dignidade humana.

Artigo 28º - É facultada à Biblioteca a verificação do histórico dos sites consultados pelos usuários.

Capítulo VI DAS DOAÇÕES

Artigo 29º - A Biblioteca Parque da Rocinha pode receber doações, reservando-lhes o direito de não os integrar ao acervo.

Capítulo VII

DAS CONDUTAS

Artigo 30º - São condutas permitidas nas dependências das Bibliotecas Parque:

- I. Guardar suas bolsas e mochilas nos armários criados para seu conforto;
- II. Uso de celular em modo silencioso;
- III. Comer ou beber apenas na varanda (3º andar) ou no café literário quando houver evento.
- IV. Participar de todas as atividades culturais oferecidas pela Biblioteca;
- V. Conversar e trocar ideias, desde que respeitando a leitura dos outros usuários.
- VI. Ouvir música, desde que utilize o fone de ouvido.

Artigo 31º - Não são permitidas as seguintes condutas nas dependências da Bibliotecas Parque da Rocinha:

- I. Fumar;
- II. Comer e beber fora do pátio ou do espaço de café;
- III. Deixar crianças menores de 10 anos desacompanhadas;
- IV. Falar alto de maneira que incomode os outros usuários;
- V. Ter atitudes que desrespeitem funcionários e outros usuários;
- VI. Entrar na biblioteca com animais, exceto os cães guias, identificados como tais;
- VII. Escrever, rabiscar, rasurar, danificar qualquer material da Biblioteca;
- VIII. Jogar lixo no chão ou em qualquer outro local inadequado;
- IX. Agir de forma a comprometer ou interferir nas operações normais da Biblioteca, ou que incomode a equipe ou outros visitantes;
- X. Dormir na Biblioteca;
- XI. Comportar-se agressivamente;
- XII. Assediar, sob qualquer aspecto, funcionários ou outros usuários;
- XIII. Utilizar-se de linguagens ou gestos obscenos ou abusivos;
- XIV. Produzir ruído além do aceitável, incluindo falar alto ao celular ou situação semelhante;
- XV. Entrar e/ou permanecer alcoolizado e/ou drogado;
- XVI. Portar qualquer tipo de arma ou objeto perfuro-cortante;
- XVII. Vender qualquer produto ou serviço;

XVIII. Usar de forma inadequada os banheiros, como para lavar roupa ou fazer higiene pessoal;

XIX. Danificar, estragar ou utilizar de forma inadequada qualquer material da Biblioteca;

XIX. Alterar configurações de software ou hardware nos computadores da Biblioteca;

XX. Envolver-se com qualquer atividade que viole às leis no âmbito federal, estadual ou local, ou qualquer tipo de ordem judicial ou políticas da Biblioteca.

XXI. Estar vestida(a) com roupas de banho ou sem camisa;

XXII. Estar descalço(a).

Capítulo VIII DAS SANÇÕES

Artigo 32º - Infrações cometidas podem levar à:

- I. Suspensão momentânea ou definitiva,
- II. Supressão temporária ou definitiva do direito de empréstimo e de consulta à Internet.

Artigo 33º - O usuário que for flagrado desrespeitando às regras de uso dos espaços ou às leis nacionais poderá ser retirado da biblioteca pelo efetivo da vigilância.

Artigo 34º - Para flagrantes de crime, furto, assalto, tráfico, assédio sexual, agressão, atentado ao pudor, toda a equipe da biblioteca será autorizada a tomar providências preestabelecidas, a saber:

- I. Chamar o vigilante mais próximo;
- II. Chamar o coordenador de atendimento;

Capítulo IX

DA APLICAÇÃO DO MANUAL

Artigo 35º - Este Manual poderá ser consultado também no site da Rede das Bibliotecas Parque.

8.2 CONSIDERAÇÕES

O Contrato de Gestão acordado entre a Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão objetiva a administração da Rede de Bibliotecas Parque, projeto que vem sendo implantado desde 2010, com a inauguração da Biblioteca Parque de Manguinhos, entretanto apenas em 2014 as Bibliotecas Parque passaram para a administração da OS.

Utiliza-se uma entidade do terceiro setor para gerenciar um equipamento cultural público, nesse sentido, a responsabilidade do Governo do Estado é elaborar a política de biblioteca pública e transferir para a OS a execução dessa política que para tanto repassa a verba necessária. Mantém mecanismos de controle e qualidade dos serviços acordados em contrato.

Desse modo, a gestão de serviços na Biblioteca Parque da Rocinha está vinculado no cumprimento das metas, através de indicadores que medem o desempenho de todas as ações planejadas e que precisam para alcançar os objetivos serem cumpridas. Dessa forma as gerencias precisam estar alinhadas e os funcionários qualificados para que possam executar as tarefas. Nesse sentido, o IDG aposta na qualificação de todo o seu quadro de colaboradores, capacitando-os através de cursos e oficinas. Outro fator relevante é fornecer ferramentas compatíveis com o mercado.

Dentro do universo da pesquisa que embasaram o estudo, percebeu-se que em face das indiscutíveis situações de reformas administrativas pelas quais as instituições estatais passaram, comprovadas pela quantidade de literatura existente sobre o assunto e, dos problemas enfrentados com a administração burocrática e, tendo em vista solucionar a crise pela qual o Governo Estadual transitava, o novo modelo de administração, denominado de administração gerencial, e/ou nova gestão pública, pautado na descentralização e desconcentração administrativa, com a finalidade de cumprir as exigências da revisão das

formas de atuação do Estado, além de atender as exigências da democracia contemporânea, razão pelo qual o modelo burocrático não conseguia mais atender.

O modelo hoje privilegia o cumprimento das metas pactuadas, a vantagem é ter um processo claro objetivo e portanto mais otimizado. A desvantagem percebida é que o processo fica engessado e o objetivo maior da biblioteca passa a ser o cumprimento das metas.

Para que o processo seja exitoso faz-se necessário metas factíveis e verbas adequadas, note-se que a verba para a manutenção e gestão é de responsabilidade do Estado.

Pela análise dos indicadores constatou-se que a gestão da BPR ficou prejudicada em razão da crise financeira do Estado do Rio de Janeiro, que deixou de repassar verbas descumprindo portanto o contrato. Isto fez com que a biblioteca deixasse de atualizar seu acervo, restringiu o horário de atendimento ao público, impedindo que os usuários que frequentavam a biblioteca à noite e aos domingos (público expressivo) se utilizassem dos serviços e produtos ofertados.

Esse é um problema intransponível, tanto para uma biblioteca pública gerida pelo Estado ou OS. A falta da verba pode ocasionar o fechamento da Rede de BPs ou interferindo na qualidade dos serviços prestados. Percebe-se que esse equipamento é conceitualmente uma biblioteca pública, apenas mais contemporânea e em sintonia com as demandas da sociedade. Que apesar de estar na administração de uma OS executa uma política pública de biblioteca com verba pública, que caracteriza a Biblioteca Parque da Rocinha como sendo uma biblioteca pública.

Conforme já evidenciado a Reforma do Estado que buscou descentralizar os serviços, tornando-os mais eficiente continua dependente do orçamento do Estado, nesse sentido absorve todos os problemas relacionando a falta de verba governamental, problema sempre enfrentado pelos equipamentos culturais, que não conseguem se manter, prestando serviços de qualidade para a sociedade.

Salienta-se a dificuldade na realização da pesquisa, pois existe pouca literatura a respeito de gestão de bibliotecas públicas, e a Rede de Bibliotecas Parque é a primeira experiência do governo do Estado do Rio de Janeiro em transferir a gestão de um equipamento cultural para uma Organização Social.

Dessa forma foi possível apenas ter acesso ao Contrato de Gestão e ao Relatório de Prestação de Contas Anual 2015 – Bibliotecas Parque que são documentos público, não

foi possível obter as informações que embasaram a elaboração do Contrato. Ao longo do processo a dissertação sofreu modificações pela falta de material apropriado para a pesquisa.

Mas diante desse cenário, e dificuldades à parte o que ficou claro é a relevância de um equipamento cultural desse porte dentro das comunidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Espaços e equipamentos informacionais. In: BARBALHO, Célia Regina Simonetti et. al. (Org.). **Espaços e ambientes para leitura e informação**. Londrina: ABECIN, 2012. p. 11-32.
- ANDRADE, Marcos Vinícius Mendonça. **Gestão da qualidade em bibliotecas universitárias**: indicadores de desempenho e padrões de qualidade. 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- BARBALHO, Célia Regina Simonetti. As cartografias da biblioteca. In: BARBALHO, Célia Regina Simonetti et. al. (Org.) **Espaços e ambientes para leitura e informação**. Londrina: ABECIN, 2012. p. 93-130.
- BATATA, Anderson Ávila. **A importância do Sistema Nacional de Cultura**. Nova Iguaçu, RJ: ASCOM, 2010.
- BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ci. Inf., Brasília**, DF, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- _____. Uma proposta de atendimento às necessidades de informação dos usuários da biblioteca escolar por meio do benchmarking e do sensemarking. **Informação e Informação**, Londrina, v.15, n.1, p. 37-54, jun./jul. 2010.
- BELÉM, Cíntia; AGUIRRE, Eddy. PAC: impacto da Biblioteca Parque no Complexo de Manguinhos. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 13., 2011, Belém, PA. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: RABCI, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/90>>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Depósito Legal**. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: <<https://www.bn.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: maio 2016.
- BIBLIOTECA PARQUE ROCINHA. Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 1 folder.
- BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BORGES, Waleska. Quatro bibliotecas parque podem fechar as portas por falta de recursos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/quatro-Bibliotecas-Parque-podem-fechar-as-portas-por-falta-de-recursos-18123495>>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 05 set. 1998. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15. jun. 2015.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1995.

_____. Ministério da Cultura. **Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. São Paulo: [s.n.], dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Plano nacional de cultura: diretrizes gerais**. 2 ed. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>. Acesso em: maio 2016

_____. Ministério da Cultura. **Plano nacional do livro e leitura**. Brasília, DF: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://189.14.105.211/conteudo/pnll_download.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

_____. Portal dos Convênios. **Proposta 1703683**. Disponível em: <<http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proposta/1703683.html>>. Acesso em: 20 maio 2016.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, v. 24, n. 2, p. 101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/1153/1030>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CAMPOS, Helen Paula Pinto; BISPO, Thamirys Martha da Silva. A importância do incentivo à leitura em uma biblioteca pública. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2012, Ceará. **Anais eletrônicos...** Minas Gerais: Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, 2013. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2134/1330>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

CAMPOS, M. L. A. **As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/mluiza/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009. Texto originalmente apresentado na comemoração do centenário de Ranganathan, realizado em 1992.

CARVALHO, Flavio. **Biblioteca Parque Rocinha**: atividades. 2015c. 1 fotografia, color.

CASTELLI, G. **Excelência em hotelaria**: uma abordagem prática. Qualitymark Editora: Rio de Janeiro, 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a teoria geral da administração**. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2004. Disponível em: <www.Contemar.com.br/biblioteca/administracao/teoria-geral-da-administracao.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

COELHO NETTO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. 384 p. (Coleção Cultura e Imaginário, 1).

COMISSÃO DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR DA OAB SÃO PAULO. **Cartilha sobre aspectos gerais do terceiro setor**. São Paulo: OAB, 2011. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/REVISaO%202011Cartilha_Revisao_2007_Final_Sem%20destaque%20de%20alteracoes.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2016.

CURTO JÚNIOR, Renato Mendes. **Organização, sistemas e métodos**. Curitiba: ETEC Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.famescbji.edu.br/famescbji/biblioteca/livros_adm/TGA.pdf>. Acesso em: maio, 2016.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/leandrobezerra9047/direito-administrativo-maria-sylvia-zanella-di-pietro>>. Acesso em 5 maio 2016.

DONADÃO, Dorival. Ações sistêmicas de treinamento comercial, In: BOOG, Gustavo G. (Coord.). **Manual de treinamento e desenvolvimento**. São Paulo: McGrawHill, 1984.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Rio de Janeiro ganha primeira biblioteca parque do Brasil**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-04-29/rio-ganha-primeira-Biblioteca-Parque-do-brasil>>. Acesso em: ago. 2016.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. **Biblioteca: conhecimento e práticas**. Porto Alegre: Penso, 2014.

FAVARETO, Fábio. Gerenciamento de informações em cadeias de prestação de serviços. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços de bibliotecas públicas**. 2. ed. rev. Lisboa, 2013. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias; MACHADO, Elisa Campos. Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização local. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2015. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/503/432>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

FERREIRA, André Romero Calvet Pinto; FROTA, Letícia; HAIDAR, Vitor Costa. **A transição da administração burocrática para a administração gerencial: uma nova visão do direito administrativo**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-transicao-da-administracao-burocratica-para-a-administracao-gerencial-uma-nova-visao-do-direito-administrativo/84329/>>. Acesso em: 23 maio 2016.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 186-191, set/dez. 1992. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/164610/mod_resource/content/1/A%20modernidade%20das%205%20leis%20de%20Ranganathan.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2015.

_____. **Paradigmas modernos da ciência da informação**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1999. 168 p.

FINGUERUT, Silvia; GANGEMI, Pedro Paulo de T.; OSIAS, Claudio de Souza. A gestão de equipamentos culturais e as organizações sociais: o caso do Estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 5., 2014. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Riode Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Silvia-Finguerut-et-alli.pdf>>. Acesso em: maio 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **A Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GURGEL, Claudio. **Bases para o estudo da administração pública**. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/10/Gurgel.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **Estatuto social do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG (consolidação da terceira reforma)**. 2015. Disponível em: <<http://www.idg.org.br/institucional/estatuto/>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. **Política de desenvolvimento de coleções: bibliotecas parque**. Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.idg.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: abr. 2016.

_____. **Relatório de prestação de contas anual 2014: bibliotecas parque**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.idg.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Relatorio_Gestao_2014-Bibliotecas.pdf>. Acesso em: abr. 2016.

_____. **Relatório de prestação de contas anual 2015: bibliotecas parque**. Rio de Janeiro, 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública.** Christie Koontz, Barbara Gubbin (Ed.). Tradução Celia Heitor. 2. ed. rev. Lisboa: [s.n.], 2013.

JURAN, J.M. **Juran na liderança pela qualidade:** uma guia para executivos. São Paulo: Pioneira, 1990.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas.** Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LARANJEIRA, Vânia. **Biblioteca Parque de Manguinhos, fachada.** 2016. 1 fotografia, color. Disponível em: < <http://www.cultura.rj.gov.br/fotos-espaco/biblioteca-parque-de-manguinhos>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. **Biblioteca Parque de Manguinhos, interior.** 2016. 1 fotografia, color. Disponível em: < <http://www.cultura.rj.gov.br/fotos-espaco/biblioteca-parque-de-manguinhos>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

LEITE, Antônio Santos. **O terceiro setor e as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs.** Minas Gerais: Assembleia Legislativa, 2003. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arquivos/pdf/terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

LEITE, Cleantho de Paiva. Taylor e Fayol. In: SILVA, Benedicto. **Taylor e Fayol.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1965. (Cadernos de administração pública, 44). Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12002>>. Acesso em: maio 2016.

LEITER, Richard. The five laws of library science. **Legal Assistant Today**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 72-73, nov./dez. 1996.

LEVITT, Theodore. **Production-line approach to service.** Disponível em: < <https://hbr.org/1972/09/production-line-approach-to-service>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 137-150, jul/dez. 1984.

LOVELOCK, Christopher H; WRIGHT, Lauren. **Serviços:** marketing e gestão. Tradução de Cid K. Moreira. São Paulo: Saraiva, 2001.

MACHADO, Elisa Campos.;ELIAS JÚNIOR, Alberto Calil; ROSA, Daniele Achilles Dutra da. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/10.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

MANÃS, Antonio Vico; MEDEIROS, Epitácio Ezequiel de. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: ago. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Filipe Bruno de Araújo Ramos; RAMOS, Anatólia Saraiva Martins; RAMOS, Rubens Eugênio Barreto. **Uso da tecnologia da informação na prestação de serviços: possibilidades e perspectivas**. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR26_0838.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MEDEIROS, Ana Lúcia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores**. 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MELLO, Carlos Henrique Pereira. **Modelo para projeto e desenvolvimento de serviços**. 2005. 315 f. Tese (Doutorado em Engenharia)-Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/508_mello_2005.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 6, p. 147-164, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/.../299>>. Acesso em: jun. 2016.

MELLO, Osvaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de direito administrativo**. Belo Horizonte: Forense, 1979.

MENDES, Judas Tadeu Grassi (Org.). **Gestão empresarial**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. 70 p. (Coleção Gestão Empresarial). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/313143760/fae-02-gestao-empresarial-pdf>>. Acesso em: jun.2016.

MILANESI, Luis. **O que é a biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

NORMANN, Ricard. **Administração de serviços: estratégia e liderança na empresa de serviços**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

NUNES, Manuela Barreto. **A gestão da decisão em bibliotecas acadêmicas**. Disponível em: <<http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/1114/1/A%20Gest%C3%A3o%20da%20Decis%C3%A3o%20em%20Bibliotecas%20Acad%C3%A9micas.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

NUNES, Paulo. **Conceito de gestão ou administração**. Disponível em: <<http://knoow.net/cienceconempr/gestao/gestao/>>. Acesso em: jun. 2016.

OLIVEIRA, Edson Gomes de et al. Marketing de serviços: relacionamento com o cliente e estratégias para fidelização. **Revista de Administração da Fatea**, v. 2, n. 2, p. 79-93, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.publicacoes.fatea.br/index.php/raf/article/viewFile/219176>>. Acesso em: fev. 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Justino. **Modelos teóricos de administração pública**. Disponível em: <https://moodle.unipampa.edu.br/pluginfile.php/140775/mod_resource/content/1/Modelos%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica.pdf>. Acesso em: jun. 2016.

OLIVEIRA, Luiza M. P. Ação cultural na biblioteca universitária: a experiência da biblioteca central da UFPE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu/pdfs/orais//final_150.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2014.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e. Modelos de administração pública. In: SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinicius (Org.).

Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão. Juiz de Fora: UFJF, 2013, 246 p.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social.** 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. 413 p.

_____. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários.** 7. ed. São Paulo: Forense, 2010. 134 p.

PALMER, Adrian; COLE, Catherine. **Services marketing: principles and practice.** New Jersey: Prentice-Hall, 1995.

PEIXE, João Roberto. **Sistemas de cultura.** Bahia: Secretaria de Cultura, 2013. (Coleção política e gestão culturais). Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PEIXEJoaoRobertoSistemasdeCulturaColecaoPoliticaseGestaoCulturaisSECULT2013.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

PEPULIM, Maria Elizabeth Honro. **Bibliotecário e a sociedade da Informação.** Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Informação Aplicada à Biblioteconomia, Escola de Biblioteconomia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/147/14701205/>>. Acesso em: fev. 2016.

PEREIRA, Edmundo; PEREZ, Maria Cristina. Aplicação do modelo de Organizações Sociais e Contratos de Gestão: resultados alcançados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACION PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais eletrônicos...** Nova Iorque: UNPAN, 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0043330.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma gerencial da administração pública brasileira. **RSP**, Brasília, DF, v. 49, n. 1, p. 5-42, jan./mar. 1998.

PINHEIRO, Ana Virginia. **Organização e administração de bibliotecas: planos de aula.** Rio de Janeiro, 2005. 117 f.

PORTAL BRASIL. **Livro e Leitura.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2012/02/livro-e-leitura-1>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PREFEITURA vai auxiliar governo do Rio a manter Bibliotecas Parque. **G1**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/prefeitura-vai-auxiliar-governo-do-rio-manter-Bibliotecas-Parque.html>>. Acesso em maio 2016.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013. 276 p. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>>. Acesso em: nov. 2015.

RAMOS, Carlos. **Administração Pública**. Disponível em: <www.cursoparaconcurso.com.br>. Acesso em: maio 2016.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. Tradução de: The five laws of library Science.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of library science**. Bombay: Asia Publishing House, 1931.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Rocinha: plano de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, [2007].

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Cultura. **Bibliotecas Parque**. Disponível em: <[http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/Bibliotecas Parque](http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/Bibliotecas%20Parque)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Biblioteca Parque Estadual**. Disponível em: <[http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/Biblioteca Parque-estadual-bpe](http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/Biblioteca%20Parque-estadual-bpe)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Biblioteca Parque de Manguinhos**. Disponível em: <[http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/Biblioteca Parque-de-manguinhos](http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/Biblioteca%20Parque-de-manguinhos)>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Biblioteca Pública de Niterói**. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-publica-de-niteroi>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Biblioteca Parque da Rocinha**. Disponível em: <[http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/Biblioteca Parque-da-rocinha-c4](http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/Biblioteca%20Parque-da-rocinha-c4)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Cinema para Manguinhos**. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria de Estado de Cultura. **Biblioteca Parque Rocinha, fachada**. 2016. 1 fotografia, color.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria de Estado de Cultura. **Biblioteca Parque Rocinha, interior**. 2016. 1 fotografia, color.

RIKARD, Frank Van. **Manuais organizacionais**: instrumentos de gestão e competitividade. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/manuais-organizacionais-instrumentos-de-gestao-e-competitividade/26070/>>. Acesso em: maio 2016.

RODRIGUES, Lucas De Oliveira. **Introdução à teoria de Max Weber**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/introducao-teoria-max-weber.htm>>. Acesso em: 27 de jun. 2016.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à administração**. Santa Maria, RS: Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria; [S.l.]: Rede e-Tec Brasil, 2014. 112 p. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/caderno.pdf>. Acesso em: 05 maio 2016.

SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinicius (Org.). **Administração pública contemporânea**: política, democracia e gestão. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

SANTO, Carmelita do Espírito. A Importância das cinco leis da biblioteconomia para a gestão por processos e transformação da visibilidade da biblioteca especializada. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 12 n. 3 p. 96-118, set/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/busca?>>. Acesso em: 8 ago. 2015.

SANTOS, André Pequeno. A nova perspectiva para as bibliotecas públicas, o livro e a leitura: discutindo as políticas públicas culturais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1273/1274>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SANTOS, Luciano Costa; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; VARVAKIS, Gregório. Gerenciando processos de serviços em bibliotecas. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 32, n. 2, maio/ago., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17037.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

SANTOS, Maria das Graças dos. **Política cultural, política social e autonomia no Brasil**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SIGNIFICADOS da web: o que é Web. Disponível em:
<<http://www.significados.com.br/web/>>. Acesso em: jun. 2016.

SILVA, Daniel Cavalcante. Contextualização: políticas públicas no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 16, n. 2880, maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19158>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SCHONS, Claudio Henrique; RADOS, Gregório Jean Varvakis. A gestão de serviços em bibliotecas universitárias: proposta de modelo. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 11, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/download.php%3Fdd0%3D10568>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

SILVA, Fabrício Meller da. **Administração voltada à gestão pública**. Maringá, PR: CESUMAR, 2012. 186 p. Disponível em:
<<http://www.ead.cesumar.br/moodle2009/lib/ead/arquivosApostilas/1291.pdf>>. Acesso em: jun.2016.

SILVA, Fátima S.; FERNANDES, Geni Chaves; LIMA, Clóvis Ricardo M. Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 66–91, 2013.

SILVESTRO, Rhian et al. Quality measurement in service industries. **International Journal of Service Industries Management**, [s.n.], v. 1, n. 2, p. 54-66, 1990.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (Brasil). **Histórico**. 2016. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/historico/>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SPUDEIT, Daniela F. A. O.; FUHR, Fabiane. Planejamento em unidades de informação: qualidade em operações de serviços na Biblioteca do SENAC Florianópolis. **Bibl. Univ.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41- 49, jan./jun. 2011.

STEIL, Elisabete de Souza; JACOBSEN, Alessandra de Linhares; ROCHA, Rudimar Antunes da. Medidas de satisfação dos clientes pelas perspectivas: linear e sistêmica In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 13., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB, 2009. Disponível em:
<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/323_Artigo_Seget_2009.pdf>. Acesso em: 29. jun 2015.

SUAIDEN, Emir J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TECNOLEGIS. **Concentração e desconcentração, centralização e descentralização**.

Disponível em: <<http://www.tecnolegis.com/estudo-dirigido/tecnico-mpu-administrativa/concentracao.html>>. Acesso em: 23 maio 2016.

TEIXEIRA, Diih. **Influências de Taylor e Fayol nas empresas modernas**. 2015. Disponível em:

<<https://www.trabalhosgratuitos.com/Humanas/Administra%C3%A7%C3%A3o/Influ%C3%A7%C3%A3o-de-Taylor-e-Fayol-nas-empresas-modernas-664076.html>>. Acesso em jun. 2016.

TRANSVERSALIDADE. In: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário interativo da educação brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001.

Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/transversalidade/>>. Acesso em: 23 de set. 2016.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão et al. **Teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=852251266>>. Acesso em: jun. 2016.

VIEIRA, Maria Júlia. **Sistema Nacional de Cultura: a importância do SNC, planos de ações e integrações dos municípios**. Recife, PE: ASCOM, 2010. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/mincnordeste/2010/12/22/sistema-nacional-de-cultura/>>. Acesso em maio 2016.

WALTER JÚNIOR. **Teoria da burocracia de Max Weber: resumo**. Rio de Janeiro: Estudo Administração, 2015. Disponível em: <<http://www.estudoadministracao.com.br/ler/teoria-da-burocracia-de-max-weber/>>. Acesso em jun. 2016.

WANDERLEY, Gustavo Tomé. Dinâmicas de espaços culturais independentes. In: ENCONTRO FUNARTE DE POLÍTICAS PARA AS ARTES, 1., 2011, Rio de Janeiro.

Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: FUNARTE, 2011. Disponível em:

<www.funarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2011/08/Artigo_Gustavo_Wanderley.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2016.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói, RJ: Intertexto, 2006.

ANEXO A – Folder Rede de Bibliotecas Parque



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1178
Rubrica	

CONTRATO DE GESTÃO SEC/Nº002 /2013

CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, doravante denominada SEC, na qualidade de ÓRGÃO SUPERVISOR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO, neste ato representada pela sua titular ADRIANA SCORZELLI RATTES, portadora do RG Nº04.285.860-5, DETRAN/RJ / e do CPF/MF Nº 758.024.307-53, residente e domiciliada nesta cidade e o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO-IDGeituado na Rua Araújo Porto Alegre, Nº 70, salas 1106 a 1109, Centro, Rio de Janeiro e inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 04.393.475/0002-27, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu Diretor Executivo, senhor PEDRO SOTERO DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade, cédula de identidade Nº95002085483 SSPICE e do CPF/MF Nº 043.017.897-23, residente e domiciliado na Rua Apinajés, Nº 242, Apto.121, Perdizes, São Paulo, SP, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO, cuja Proposta de Trabalho e o respectivo Edital constituem partes integrantes deste instrumento, com fundamento na Lei Nº 5.498/10, de 07 de julho de 2009, nos Decretos Nº 42.506, de 10 de junho de 2010, e Nº42.882, de 17 de março de 2011, e no processo administrativo Nº E18/001/259/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE

1.1. O presente contrato de gestão tem por finalidade a formação de parceria para a gestão, fomento e execução de atividades culturais da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro (BPE) e as Bibliotecas Parque de Niterói, de Manguinhos, da Rocinha e do Alemão.

1.1.1. 2.4. Os equipamentos culturais Biblioteca Parque do Alemão e Biblioteca Pública do Rio de Janeiro – BPE, acima identificados, encontram-se em fase de implantação e/ou modernização.





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1179
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

1.2. São objetivos gerais do presente contrato:

- a) Fomentar a implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios fluminenses, visando garantir a eficiência operacional e boa gestão financeira dos equipamentos culturais objeto do presente instrumento;
- b) Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura;
- c) Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;
- d) Incentivar a frequência às bibliotecas e a circulação de acervos;
- e) Assegurar o acesso a portadores de necessidades especiais, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros.
- f) Apoiar instituições, organizações, associações, comunidades e escolas que atuam no campo da leitura e do conhecimento;
- g) Ampliar e democratizar o acesso à produção literária, à publicação e à leitura;
- h) Ampliar as ações de abrangência estadual no fortalecimento e consolidação do Sistema Estadual de Bibliotecas com o desenvolvimento de programas adequados para atender às comunidades dos municípios, estimulando a criação de planos municipais de leitura;
- i) Fomentar projetos e atividades de estímulo a novos escritores com atividades de valorização da literatura e poesia, bem como de programas de preservação da memória da literatura e da poesia;
- j) Desenvolver programas de apoio a famílias buscando oferecer às crianças e jovens ações de formação cidadã e de inclusão social, através do acesso à informação e buscando fomentar o uso da biblioteca como instrumento complementar de educação;
- k) Fomentar programas de registro da memória escrita e oral das comunidades atendidas pelas bibliotecas;
- l) Disponibilizar o acesso a fontes de informação através dos meios digitais e tecnológicos necessários à formação acadêmica e redes sociais de intercâmbio;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº E-18/001/ 269/2013
Data 26 / 02 / 13 Fls. 1180
Rubrica

- m) Modernizar o regime de gestão da Biblioteca Pública Estadual e da rede de Bibliotecas-Parque, inclusive em seu modelo jurídico, e promover o processo de qualificação técnico-profissional de seus quadros funcionais;
- n) Ampliar e garantir continuidade do programa de implantação de bibliotecas-parque;
- o) Fomentar o intercâmbio entre instituições nacionais e internacionais de excelência na área da leitura, integrando a rede aos sistemas de catalogação internacionais;
- p) Implantar mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos para verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo; e
- q) demais objetivos específicos previstos nos anexos a este Contrato de Gestão.

1.3. Para o cumprimento dos objetivos acima citados, estão expostos no (Anexo IV) do presente instrumento os indicadores e as metas a serem alcançadas pela CONTRATADA, bem como as condições para sua execução e os critérios de sua avaliação.

1.4. Poderá ser feita a revisão de objetivos, indicadores e metas do presente contrato, desde que justificada a necessidade de sua alteração.

1.5 Para o bom desenvolvimento do objeto do presente contrato, será nomeada pelo Governador do Estado uma Comissão de Avaliação, composta por 6 (seis) membros assim definidos:

- i. um representante da Secretaria de Estado da Cultura, supervisor do Contrato de Gestão e presidente da Comissão de Avaliação;
- ii. um representante da Secretaria de Estado da Casa Civil;
- iii. um representante da Secretaria de Planejamento e Gestão;
- iv. um representante da Secretaria de Estado de Fazenda; e
- v. dois representantes da sociedade civil, de notória capacidade profissional indicados pela SEC.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1181
Rubrica	

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A CONTRATADA deverá pautar suas atividades de maneira a atingir as metas relacionadas no **(Anexo IV)** do presente instrumento, contribuindo para o alcance dos objetivos deste contrato.

2.2. A CONTRATADA deverá observar e implementar as determinações da SEC referentes à qualidade dos serviços a serem prestados e à boa execução das metas do presente Contrato de Gestão.

2.3. A CONTRATADA deverá se relacionar de maneira cooperativa com a SEC, o órgão supervisor do presente contrato, apresentando todos os relatórios e/ou documentos nos prazos definidos neste contrato.

2.4. A CONTRATADA deverá garantir à SEC e aos demais órgãos de controle, sejam internos ou externos, o acesso a todos os documentos e informações relativos ao desenvolvimento das atividades objeto do presente Contrato de Gestão.

2.5. É obrigação da CONTRATADA administrar, conservar e zelar pelos bens móveis, imóveis e qualquer patrimônio público a ela destinados mediante termo de permissão de uso.

2.6. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da SEC, de forma detalhada, todo e qualquer projeto relativo à:

- a. Intervenção física nos bens imóveis, inclusive para a realização de benfeitorias;
- b. Utilização da marca institucional;
- c. Criação de linhas de produtos;
- d. Utilização do direito de imagem;
- e. Comunicação institucional;
- f. Atividade comercial;
- g. Uso de espaços dos bens imóveis, prédios ou terrenos, objeto do Contrato de Gestão, para empreendimentos diversos, tais como montagem de restaurantes, lanchonetes, quiosques, livrarias e assemelhados;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26 / 02 / 13 Fls. 1182
Rubrica	

- h. Uso de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos, em virtude de intercâmbio ou não; e
- i. Restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural.

2.7. A CONTRATADA, além de manter sistema informatizado de controle patrimonial, deverá comunicar à SEC, no prazo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência, todas as aquisições ou doações recebidas de bens móveis ou para seu acervo, a fim de que sejam patrimoniados pela SEC.

2.8. A CONTRATADA se compromete a sempre informar a SEC acerca da necessidade de eventuais autorizações requisitadas a outros órgãos públicos reguladores das suas atividades desempenhadas.

2.9. É obrigação da CONTRATADA, dentro do prazo de 90 (noventa) dias após assinatura do presente contrato, apresentar e aprovar, perante seu Conselho de Administração, as diretrizes, orientações e manuais referentes à:

- (a) Recrutamento e Seleção de Pessoal e Plano de Cargos, Salários e Benefícios;
- (b) Contratação de Obras e Serviços, Aquisição de Bens e Alienações; e
- (c) Tabela de preços e valores a serem praticados no desenvolvimento das atividades objeto do presente contrato.

2.10. A CONTRATADA deverá cumprir com todas as obrigações atualmente observadas pela SEC com órgãos públicos e privados no que se refere à correta utilização e conservação dos bens móveis, imóveis, objeto do presente Contrato de Gestão.

2.11. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo fornecer as certidões negativas que demonstrem a regularidade perante a Seguridade Social sempre que vencidos os prazos de validade ou quando solicitadas.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2013</u>
Data	<u>26 / 02 / 13</u> Fls. <u>1183</u>
Rubrica	

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. Para a execução do objeto do presente Contrato de Gestão as fontes de recursos financeiros serão provenientes de:

- I. Transferências provenientes do Poder Público;
- II. Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como cursos, bilheterias e programa de associados;
- III. Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- IV. Rendas diversas, inclusive da venda, licenciamento ou cessão de seus produtos, tais como direitos autorais e conexos;
- V. Doações, legados, patrocínios, apoios e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;
- VI. Rendimentos de aplicações de ativos financeiros; e
- VII. Outros ingressos.

3.2. Os recursos financeiros estimados, provenientes do Poder Público, totalizam a importância de até R\$ 96.900.000,00 (noventa e seis milhões e novecentos mil reais), correspondentes a valores constantes de 2013 e referente ao período de 5 (cinco) anos de vigência do mesmo, conforme item 11.1 deste Contrato.

3.2.1 Os repasses financeiros para o 1º ano de execução do contrato serão realizados trimestralmente e corresponderão aos seguintes valores:

PARCELA	Valor
1º - Assinatura	R\$ 4.845.000,00
2º - 1º Trimestre	R\$ 4.845.000,00
3º - 2º Trimestre	R\$ 4.845.000,00
4º - 3º Trimestre	R\$ 4.845.000,00





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	263/2013
Data	26 / 02 / 13 Fls. 1184
Rubrica	

3.2.2. A fim de que os objetivos gerais do presente contrato, dispostos no item 1.2, sejam alcançados, poderá ser realizada a repactuação dos indicadores, metas, valores e condições correspondentes às atividades a serem desempenhadas a cada ano.

3.2.3. Caberá a CONTRATANTE a decisão final quanto à revisão e repactuação dos valores e condições correspondentes às atividades a serem desempenhadas no seguinte ano.

3.3. Os recursos financeiros para o primeiro ano de atividades, provenientes da Captação e Geração de Receitas Operacionais, deverão ser de no mínimo R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais).

3.4 Os recursos provenientes deste instrumento transferidos à CONTRATADA serão aplicados exclusivamente em Caderneta de Poupança específica, a ser aberta em instituição financeira contratada pelo Estado, em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do crédito na conta bancária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.5. O montante de recursos financeiros para a constituição de fundo de reserva destinado a contingências conexas à execução deste contrato, indicado nos Anexos ao presente, também serão depositados em caderneta de poupança específica, em instituição financeira contratada pelo Estado.

3.5.1. Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente no fundo de reserva será restituído ao Tesouro do Governo do Estado.

3.6. Além dos recursos públicos transferidos à CONTRATADA, as receitas adicionais arrecadadas pela mesma, decorrentes de atividade comercial relacionada ao Contrato de Gestão, deverão ser aplicadas em caderneta de poupança em instituição financeira contratada pelo Estado, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo de liquidez imediata e composto majoritariamente por títulos públicos com classificação de baixo nível de risco.

RA





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2013</u>
Data	<u>26/02/13</u> Fls. <u>1185</u>
Rubrica	

3.7. Toda e qualquer receita financeira auferida no âmbito do presente Contrato de Gestão será obrigatória e exclusivamente utilizada no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará os balancetes mensais da CONTRATADA.

3.8. A CONTRATADA deverá proceder à evidenciação contábil, financeira e orçamentária dos recursos públicos repassados em razão do Contrato de Gestão, separadamente dos demais recursos porventura auferidos.

3.9. A despesa despendida a título de pessoal – nestas incluídas a remuneração, vantagens e benefícios de qualquer natureza, percebida pelos dirigentes e empregados da CONTRATADA – não poderá ultrapassar o percentual de 50 % (cinquenta por cento) dos recursos repassados decorrentes do Contrato de Gestão.

3.9.1. No critério para apuração do percentual referido no item anterior não serão consideradas como despesas de pessoal as despesas com a prestação de serviços autônomo-eventuais, ou de pessoa jurídica, inclusive envolvendo a contratação de serviços de terceiros de qualquer natureza.

3.10. A Secretaria, como órgão supervisor do Contrato de Gestão somente repassará recursos à Organização Social para os serviços públicos que puderem ser efetivamente prestados, o que pressupõe a entrega dos equipamentos públicos devidamente construídos, sendo um mecanismo de gestão e controle.

3.10.1. Toda e qualquer despesa realizada pela entidade parceira respeitará programas, atividades, prazos, metas e recursos a ele condicionados.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Gestão serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2013 na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 13.392.0280.3498 – Modernização da Gestão dos Equipamentos Culturais

Natureza de Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 001-Tesouro





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13
Fis:	1186
Rubrica	

Nota de Empenho: 2003NE01201

4.2. Fica estabelecido que para o atendimento das despesas referentes aos demais exercícios financeiros, serão emitidos, pela SEC, as pertinentes Notas de Empenho.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS

5.1. Observado os termos do artigo 55 do Decreto nº 42.506, de 10 de junho de 2010, o Poder Executivo Estadual colocará à disposição da CONTRATADA servidores públicos, com ônus para o Estado.

5.1.1. Os servidores públicos de interesse da Contratada serão arrolados posteriormente, mediante Termo Aditivo

5.1.2. Aos servidores cedidos à CONTRATADA, serão assegurados todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego, inclusive os reajustes gerais concedidos ao Poder Executivo.

5.1.3. O servidor cedido à CONTRATADA poderá, a qualquer tempo, mediante requerimento ou por manifestação da mesma, ter sua cessão revogada, caso em que serão observados os procedimentos definidos no artigo 56 do Decreto nº 42.506, de 10 de junho de 2010.

5.1.4. Durante o período de cessão, o servidor público observará as normas internas da CONTRATADA.

5.1.5. Será permitido o pagamento pela CONTRATADA de vantagem pecuniária, de forma não permanente, a servidor público cedido.

5.1.6. Não obstante o disposto acima, ao servidor é devido retribuição adicional, a ser paga pela CONTRATADA, quando do exercício de função temporária de direção, chefia e/ou assessoria.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1187
Rubrica	

5.1.7. O pagamento da remuneração mensal do servidor cedido à CONTRATADA, com ônus para o órgão de origem, será processado mediante apresentação de comprovante de frequência enviado pela CONTRATADA.

5.1.8. Não será incorporada à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela CONTRATADA.

5.1.9. Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do Contrato de Gestão parcela de recursos para compensar desligamento pela CONTRATADA de servidor público cedido.

5.2. A SEC poderá requisitar também, por intermédio do Governador do Estado, servidores públicos das esferas federal e municipal para o exercício de função temporária de direção, chefia e/ou assessoria na CONTRATADA, desde que esta apresente solicitação formal àquela Secretaria.

5.3. Os empregados contratados pela CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o Poder Público, inexistindo também qualquer responsabilidade relativamente às obrigações, de qualquer natureza, inclusive trabalhista e previdenciária, que deverão ser assumidas, exclusivamente, pela CONTRATADA.

5.4. É obrigação da CONTRATADA dar ciência à SEC do sistema de remuneração de seus diretores e empregados, especificando os valores a serem praticados, conforme disposto no plano de cargos e salários e de benefícios, aprovado pelo seu Conselho de Administração.

5.4.1. Da mesma a CONTRATADA deve dar ciência à SEC das alterações na folha de funcionários e de todas as movimentações de empregados relacionados com o objeto deste contrato, por intermédio de relatórios mensais.

5.4.2. A remuneração dos membros da diretoria executiva não poderá exceder o maior teto remuneratório estabelecido no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2013</u>
Data	<u>26/02/13</u> Fls. <u>1188</u>
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

5.4.3. Em casos excepcionais, e sempre em caráter temporário, a CONTRATADA poderá, mediante autorização prévia e expressa de seu Conselho de Administração, contratar profissional com remuneração superior aos limites de que trata o inciso IV do artigo 19 do Decreto No. 42.506, de 10 de junho de 2010.

5.4.4. A contratação efetuada nos termos do item anterior deverá ser informada à SEC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, e não importará incremento dos valores repassados em virtude do Contrato de Gestão.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

6.1. O uso dos bens móveis e imóveis indicados no (Anexo X), necessários ao cumprimento deste Contrato de Gestão, será transferido à CONTRATADA mediante a celebração de Termo de Permissão de Uso (Anexo XII).

6.1.1. Os referidos bens deverão ser objeto de seguro contra sinistros (incêndios, roubo, furto, danos e avarias) promovido pela CONTRATADA, com prazo igual ao do Contrato de Gestão e após análise de risco, ouvido o Comitê de Seguros e Riscos - COSER e observado, em especial, o Artigo 19, inciso IX, do Decreto Nº 42.506, de 10 de junho de 2010.

6.1.2. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da SEC, e dependendo de prévia avaliação e expressa autorização do órgão supervisor.

6.2. Os bens adquiridos com os recursos repassados pelo órgão supervisor, bem como aqueles decorrentes de aplicações financeiras e das atividades relativas ao Contrato de Gestão, serão públicos de propriedade da SEC e deverão ser utilizados para a consecução dos objetivos estratégicos e metas previstos no Contrato.

6.2.1. Caso a CONTRATADA adquira bem imóvel com recursos provenientes do Contrato de Gestão, este será afetado ao seu objeto e gravado com cláusula de inalienabilidade,





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269.1201
Data	26 / 02 / 13 Fls. 1189
Rubrica	

devendo ser transferido à SEC ou, com a anuência desta, para outro órgão ou entidade do Poder Público estadual, ao término da vigência deste instrumento.

6.3. Ao inventário dos bens adquiridos de que trata o inciso V do artigo 28 do Decreto Nº 42.506, de 10 de junho de 2010, deverão ser anexados os respectivos termos de doação, para fins de incorporação ao patrimônio do órgão supervisor.


6.4. Os bens móveis considerados inservíveis são classificados como:

- I. Ocioso - quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- II. Recuperável - quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;
- III. Antieconômico - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
- IV. Irrecuperável - quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

6.5. Os bens inservíveis serão avaliados por comissão especialmente designada pelo dirigente da CONTRATADA composta por três empregados.

6.5.1. A comissão deverá elaborar relatório circunstanciado da situação dos bens, com proposta de destinação, e submeter, após manifestação do dirigente da entidade, à SEC para análise e aprovação.

6.6. Cabe à CONTRATADA a responsabilidade pela preservação adequada dos documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, considerados como arquivos públicos.

6.7. Fica a CONTRATADA obrigada a efetuar levantamento físico-financeiro anual dos bens cedidos, informando imediatamente ao órgão supervisor quaisquer diferenças eventualmente detectadas. 





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13
Fls.	1190
Rubrica	

6.8. A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo, mediante justificativa apresentada ao órgão supervisor, propor a devolução de bens à SEC, com a anuência desta, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

6.9. A CONTRATADA declara desde já estar ciente de que, no imóvel destinado à Biblioteca Pública Estadual - RJ, objeto deste Contrato, está reservado espaço comum para destinação e uso a ser conferido ao Sistema Estadual de Bibliotecas.

6.10. Da mesma forma, a CONTRATADA declara desde já estar ciente de que, no imóvel destinado à Biblioteca Pública de Niterói, objeto deste Contrato, está reservado espaço comum para destinação e uso a ser conferido à Academia Fluminense de Letras.

Parágrafo Primeiro. O detalhamento das especificações técnicas e físicas do referido espaço, bem como da destinação proposta, serão objeto do **(Anexo X)** – Relação dos Bens Móveis e Imóveis.

Parágrafo Segundo. Serão de responsabilidade do ocupante do espaço de que trata esta cláusula as providências relativas ao consentimento de polícia relacionado à atividade a ser executada, assim como a conservação, manutenção e o custeio das despesas relativas ao seu regular funcionamento.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA receberá um laudo técnico de vistoria configurando o estado em que se encontra o espaço a ser ocupado.

6.11 Ao fim da execução do contrato de gestão, assim como na eventualidade de sua rescisão ou da desqualificação ou a extinção da Organização Social, os bens cujo uso lhe foram permitidos serão disponibilizados ao Poder Público, no prazo de 60 dias, contados do referido evento.

CLÁUSULA SETIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

7.1. Para fiscalizar a execução das atividades no âmbito deste Contrato de Gestão, será feito o acompanhamento e avaliação por meio de um supervisor e por uma Comissão de Avaliação, que,





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº E-18/001/269/2013

Data 26/02/13 Fls. 1191

RUBRICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

em regime de colaboração, serão responsáveis, respectivamente, pela supervisão e a avaliação do desempenho da CONTRATADA, nos termos deste instrumento e da pertinente legislação.


7.2. O supervisor, designado pela SEC por meio de ato formal publicado no Diário Oficial do Estado, representará a mesma na interlocução com a CONTRATADA, devendo zelar pelo adequado cumprimento das obrigações pactuadas.

7.3. Os resultados e metas alcançados com a execução do Contrato de Gestão serão avaliados, semestralmente, por uma Comissão de Avaliação, nomeada pelo Governador do Estado, composta por um representante da Secretaria de Estado da Cultura, supervisor do Contrato de Gestão; um representante da Secretaria de Estado da Casa Civil; um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, um representante da Secretaria de Estado de Fazenda, todos indicados pelos respectivos titulares e dois representantes da sociedade civil de notória capacidade profissional, indicados pela SEC.

7.4. Independentemente dos mecanismos de fiscalização, a SEC terá livre acesso aos documentos relativos à gestão da CONTRATADA sempre que julgar necessário.

7.5. A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de seu recebimento, às solicitações de informações do supervisor do Contrato de Gestão e da Comissão de Avaliação.

7.6. Para fins de fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar à SEC, ao final de cada exercício financeiro a prestação de contas contendo, em especial, relatório de gestão, balanço e demonstrativos financeiros correspondentes, devendo ser elaborada em conformidade com o Contrato de Gestão e demais disposições normativas sobre a matéria.

7.6.1. A CONTRATADA deverá providenciar a publicação de síntese do relatório de gestão anual e do balanço financeiro correspondente no Diário Oficial do Estado e, de forma completa, em seu sítio eletrônico. 





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1192
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

CLÁUSULA OITAVA – DA SUPERVISÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

8.1. Entendem-se como supervisão as atividades de acompanhamento do presente Contrato de Gestão, que serão exercidas pela Superintendência de Leitura e Conhecimento da SEC, sem prejuízo da ação institucional dos órgãos de controle interno e externo do Governo do Estado.

8.2. Caberá ao supervisor acompanhar as atividades desenvolvidas no âmbito deste Contrato de Gestão, nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados alcançados.

8.3. Para a realização das atividades de acompanhamento e gestão, o supervisor deverá estabelecer práticas de monitoramento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agendamento de reuniões e encontros com os dirigentes da CONTRATADA.

8.4. São atribuições do supervisor:

- I. Consolidar e disponibilizar as informações a serem direcionadas à CONTRATADA e aos dirigentes da SEC, subsidiando a tomada de decisões;
- II. Informar aos dirigentes da SEC sobre quaisquer impropriedades verificadas, buscando sua correção tempestiva;
- III. Verificar a coerência e veracidade das informações prestadas pela CONTRATADA;
- IV. Acompanhar e avaliar a adequada utilização dos recursos e bens públicos destinados à CONTRATADA;
- V. Realizar, trimestralmente, a análise do cumprimento das metas por parte da CONTRATADA, solicitando todos os comprovantes necessários para validação do seu cumprimento, se for o caso;
- VI. Receber os relatórios de execução enviados pela CONTRATADA e encaminhá-los à Comissão de Avaliação;
- VII. Convocar as reuniões da Comissão de Avaliação e delas participar como representante da SEC, apresentando informações qualitativas sobre as ações realizadas pela CONTRATADA, sugestões e críticas;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1193
Rubrica	

- VIII. Elaborar, com base nas informações da reunião da Comissão de Avaliação, o relatório de cada período avaliatório, que deverá ser assinado e rubricado por todos os seus membros;
- IX. Recepcionar a prestação de contas, garantindo a sua conferência pormenorizada pelas áreas competentes e a sua análise pela Comissão de Avaliação.

8.5. A CONTRATADA deverá apresentar trimestralmente, ou a qualquer tempo quando solicitado, relatório de execução do Contrato de Gestão, apresentando comparativo específico das metas propostas e resultados alcançados, acompanhado dos respectivos demonstrativos financeiros e do inventário dos bens permitidos e adquiridos, além de outras informações consideradas necessárias.

8.5.1. O relatório de que trata o item acima deverá ser apresentado pela contratada em até 15 (quinze) dias após o término de cada período avaliatório trimestral e será objeto de relatório circunstanciado a ser produzido pelo Supervisor do Contrato de Gestão como condição necessária aos repasses financeiros acordados neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO

9.1. A Comissão de Avaliação, composta na forma do item 7.3, é responsável pela análise dos resultados e metas alcançados com a execução do presente Contrato de Gestão e será presidida pelo supervisor deste.

9.2. São atribuições da Comissão de Avaliação:

- I. Encaminhar ao Titular da SEC, semestralmente, relatório de acompanhamento, contendo comparativo das metas propostas com os resultados alcançados, bem como recomendações relativas à avaliação procedida, com base na análise dos relatórios trimestrais emitidos pela CONTRATADA;
- II. Encaminhar ao Titular da SEC, anualmente, relatório conclusivo sobre a avaliação procedida, com cópias para o Conselho Estadual de Cultura e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO EST.	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2</u>
Data	<u>26/02/13</u> Fls. <u>1</u>
Rubrica	

- III. Elaborar parecer conclusivo sobre a prestação de contas, aprovando-a ou reprovando-a e encaminhar ao Titular da SEC;e
- IV. Executar os demais atos necessários ao desempenho de suas atribuições.

9.3. A Comissão de Avaliação poderá solicitar aos órgãos da SEC ou à CONTRATADA os esclarecimentos que se fizerem necessários à realização de suas atividades.

9.4. As atividades da Comissão terão caráter prioritário e suas solicitações deverão receber atendimento imediato por parte da CONTRATADA.

9.5. A Comissão de Avaliação terá prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento das informações para a emissão de relatórios.

9.6. Sempre que necessário qualquer membro da Comissão de Avaliação poderá solicitar reuniões extraordinárias.

9.7. Em caso de empate nas deliberações da Comissão de Avaliação, caberá ao presidente o voto de desempate.

9.8. A Comissão de Avaliação poderá indicar, no relatório, a conveniência ou não da renovação do Contrato de Gestão.

9.9. A Comissão poderá solicitar o apoio de especialistas de notória e adequada qualificação nas áreas de conhecimento envolvidas nas ações previstas neste Contrato, como também em auditorias de desempenho.

9.10. Os responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato de Gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela CONTRATADA, dela darão ciência à Auditoria Geral, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual, Conselho Estadual de Cultura e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para as providências relativas aos respectivos âmbitos de atuação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1195
Rubrica	

10.1. As prestações de contas serão realizadas, anualmente, sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados financeiros da CONTRATADA do exercício imediatamente anterior.

10.2. A prestação de contas anual será instruída com as seguintes peças:

- I. Rol de responsáveis, com a identificação dos conselheiros e dirigentes da organização social;
- II. Relatório de gestão, contendo as atividades desenvolvidas pela organização social, bem como comparativo das metas e indicadores previstos no Contrato de Gestão com os respectivos resultados alcançados;
- III. Balanço patrimonial;
- IV. Demonstração de resultados do exercício;
- V. Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- VI. Demonstração de fluxo de caixa;
- VII. Relatório de execução orçamentária em nível analítico;
- VIII. Notas explicativas das demonstrações contábeis;
- IX. Inventário geral dos bens;
- X. Parecer da auditoria independente;
- XI. Pronunciamento do Conselho de Administração.

10.3. A CONTRATADA deverá encaminhar à SEC a prestação de contas anual no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término de cada exercício financeiro.

10.4. A Comissão de Avaliação terá prazo de 30 (trinta) dias para analisar a documentação encaminhada, aprovando-a, reprovando-a ou solicitando correções e esclarecimentos à CONTRATADA.

10.4.1. Caso a Comissão de Avaliação solicite correções ou esclarecimentos à CONTRATADA, esta deverá respondê-los em, no máximo, 10 (dez) dias, para que seja reexaminada a prestação de contas e emitido parecer em até 30 (trinta) dias.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2013</u>
Data	<u>26/02/13</u> Fls. <u>1196</u>
Rubrica	

10.5. Após a emissão do parecer conclusivo, a SEC deverá encaminhar a prestação de contas ao Conselho Estadual de Cultura e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias.

10.6. Caberá à CONTRATADA providenciar a publicação de síntese do relatório de gestão anual e do balanço no Diário Oficial do Estado e, de forma completa, em seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. O prazo de vigência do Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

11.2. A qualquer tempo, a Secretaria de Estado da Cultura e a Organização Social contratada poderão de comum acordo, rever os termos do Contrato de Gestão, desde que devidamente justificado e preservado o interesse público.

11.3 Em cada exercício, a Contratante, deverá, para subsidiar a elaboração da Proposta Orçamentária Anual da Secretaria de Estado de Cultura, convocar a Contratada com o objetivo de que sejam reexaminadas metas e indicadores, bem como os recursos orçamentários e financeiros envolvidos no Contrato de Gestão.

11.3.1 No início de cada exercício financeiro poderá ser celebrado Termo Aditivo contendo os ajustes decorrentes do reexame de que trata este item, entre outros necessários à melhoria da gestão.

11.4. O contrato de gestão poderá ser renegociado, com formalização mediante Termo Aditivo, podendo esta ocorrer, dentre outros, pelos seguintes motivos:

- a. recomendação constante de relatório da Comissão de Avaliação;
- b. ajuste de metas e revisão de indicadores;
- c. adequações ao plano de atividades;
- d. adequações a ajustes ou investimentos patrimoniais ou em bens móveis;
- e. adequação à Lei Orçamentária Anual;





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1197
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

- f. adequação a novas políticas de governo que inviabilizem a execução nas condições contratuais originalmente pactuadas; ou
- g. adequação a novos objetivos estabelecidos no Contrato de Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações previstas neste contrato de gestão, amora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Organização Social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato de Gestão, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80;

c) suspensão temporária do direito de participar de processos seletivos e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para participar de processos seletivos e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

12.2 A sanção prevista na alínea b, do item 12.1, poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1198
Rubrica	

12.3 A imposição das penalidades previstas no item 12.1 dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

12.4 As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) constatada a situação que enseja a aplicação de penalidade administrativa, a SEC notificará a CONTRATADA, explicitando a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso e, ainda, o local de entrega das razões de defesa;

b) a notificação será pessoal ou por correspondência com aviso de recebimento;

c) o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93;

d) a CONTRATADA comunicará à SEC as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo de seleção e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Apresentada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso da CONTRATADA que poderá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 8.666/93;

f) a partir da publicação da aplicação da penalidade no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido à Sra. Secretária de Estado de Cultura.





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1199
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

12.5. Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração Pública poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos à CONTRATADA, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

12.6. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da CONTRATADA, será realizada a cobrança judicial da diferença. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INTERVENÇÃO DO ESTADO

13.1. Observado os termos do artigo 38 do Decreto Nº 42.506, de 10 de junho de 2010, na hipótese de risco quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão, o Estado poderá assumir a execução dos serviços que foram transferidos, a fim de manter a sua continuidade.

13.2. A intervenção será feita por meio de decreto do Governador do Estado, que indicará o interventor e mencionará os objetivos, limites e duração, a qual não ultrapassará 180 (cento e oitenta) dias.

13.3. Decretada a intervenção, a SEC deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato respectivo, instaurar procedimento administrativo para apurar as causas determinantes da medida e definir responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

13.4. Cessadas as causas determinantes da intervenção e não constatada a responsabilidade dos gestores, a organização social retomará a execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DESQUALIFICAÇÃO E DA RESCISÃO

14.1. A SEC poderá proceder à desqualificação da CONTRATADA como Organização Social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas neste Contrato de Gestão, no Decreto Nº 42.506 de 10 de junho de 2010, na Lei Nº 5.498, de 07 de julho de 2009 ou ainda:





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1200
Rubrica	

- I. Utilizar de forma irregular os recursos públicos que lhe forem destinados;
- II. Incorrer em irregularidade fiscal ou trabalhista;
- III. Deixar de promover a manutenção dos imóveis públicos permitidos ou promover desvio de sua finalidade; e
- IV. Se houver alterações do Estatuto da CONTRATADA que impliquem modificações das condições de sua qualificação como Organização Social ou de execução do presente Contrato de Gestão.

14.1.1. A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da CONTRATADA, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

14.1.2. A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

14.1.3. A perda da qualificação como Organização Social importará a rescisão do Contrato de Gestão, sem direito à indenização à CONTRATADA.

14.2. A rescisão do Contrato de Gestão importará na devolução dos recursos não utilizados ou comprometidos com atividades em execução, no prazo de 60 dias, acrescidos do pagamento de multa de 5% (cinco por cento) sobre os recursos não utilizados ou comprometidos com atividades em execução;

14.2.1 O Contrato de Gestão poderá ser extinto por acordo entre as partes, desde que devidamente justificado.

14.2.2 Na hipótese de extinção por vontade das partes ou diante de ocorrência de circunstância superveniente que comprometa a validade do presente contrato de gestão e sua regular execução, o mesmo considerará-se resolvido, devendo cada parte arcar com o ônus da referida extinção.

14.3. Rescindido o Contrato de Gestão, e no prazo de até 90 (noventa) dias, processar-se-á a incorporação do patrimônio, dos legados e doações que foram destinados à CONTRATADA, bem





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	26.9/2013
Data	26 / 02 / 13 Fls. 4201
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades no âmbito do presente Contrato, ao patrimônio do Estado do Rio de Janeiro, ressalvados os bens e recursos pré-existentis ao Contrato de Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

15.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da CONTRATADA, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

15.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

16.1. É de responsabilidade da CONTRATADA:

a) arcar com os prejuízos que, em decorrência de ação dolosa ou culposa de seus agentes, vier a causar a terceiros ou a bens, móveis ou imóveis, e ao patrimônio histórico, artístico e cultural, ficando nesses termos obrigada a repará-los ou indenizá-los;

b) de forma integral, a contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes à sua atividade, ficando a mesma como única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e trabalhistas decorrentes, respondendo em juízo ou fora deste, de forma integral e exclusiva, isentando o Estado do Rio de Janeiro de quaisquer obrigações presentes e futuras;

c) arcar com os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, incluindo os decorrentes de acordo, dissídios e convenções coletivas oriundos da execução do contrato, sendo possível o CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento de tais encargos como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA, ficando o Estado isento de qualquer responsabilidade direta, solidária e/ou subsidiária;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2013</u>
Data	<u>26/02/13</u> Fls. <u>1202</u>
Rubrica	

d) arcar com qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente da sua atividade ou da utilização dos bens móveis ou imóveis públicos que lhes foram destinados, cabendo-lhe providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis.

Parágrafo Primeiro: O Estado do Rio de Janeiro não responderá civilmente, de forma direta, solidária e/ou subsidiária, por qualquer conduta ilícita ou danosa praticada pelos agentes da CONTRATADA, sendo desta a exclusiva e direta responsabilidade civil.

Parágrafo Segundo: A Organização Social CONTRATADA deverá encaminhar à Secretaria de Estado de Cultura, semestralmente, a relação de processos judiciais que figure como ré e que contenham pretensões indenizatórias, bem assim as decisões que lhes forem desfavoráveis e os valores das condenações.

Parágrafo Terceiro: Constatada a existência de reclamação trabalhista pleiteando débitos previdenciários oriundo da execução do Contrato de Gestão pela CONTRATADA, que venha a resultar a inclusão do Estado do Rio de Janeiro no polo passivo como responsável solidário ou subsidiário, será possível a CONTRATANTE reter, das parcelas vincendas, o montante correspondente dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

Parágrafo Quarto: Será possível a retenção de repasses de recursos à Organização Social contratada quando o Estado do Rio de Janeiro for demandado por condutas ilícitas e danosas praticadas por agentes da Organização Social no montante necessário à satisfação do débito, de modo a garantir o ressarcimento aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, Comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato de Gestão que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	<u>269/2013</u>
Data	<u>26/02/13</u> Fls. <u>1203</u>
Rubrica	

17.2. É vedada a cessão parcial ou total do Contrato de Gestão pela CONTRATADA sem autorização da SEC e sem que a cessionária cumpra os requisitos de qualificação e de celebração dos Contratos de Gestão previstos no Decreto No. 42.506, de 10 de junho de 2010.

17.3. É vedado à CONTRATADA qualquer tipo de participação em campanha de interesse político-partidário ou eleitoral.

17.4. A CONTRATADA não poderá firmar contrato com empresas ou instituições das quais façam parte seus dirigentes e sócios.

17.5. A CONTRATADA não poderá modificar a denominação do objeto (equipamento ou atividade) deste Contrato.

17.6. Será de competência exclusiva do Governador do Estado do Rio de Janeiro a indicação dos representantes do Poder Público que integram 40% (quarenta por cento) do Conselho de Administração da Organização Social contratada, que deverá proceder às respectivas posses de imediato.

17.7. A CONTRATADA fará publicar, em seu sítio eletrônico, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, sua Norma para Contratação de Obras e Serviços, Aquisição de Bens, Alienações e locação de espaços, que deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, com obrigatória realização de cotação prévia de preços no mercado.

17.7.1. Até a plena, rasa e integral aprovação e aplicação de sua Norma para Contratação de Obras e Serviços, Aquisição de Bens e Alienações, a SEC poderá efetuar pagamentos de determinadas despesas, cujos valores serão abatidos em parcelas a serem repassadas à CONTRATADA.

17.8. A CONTRATADA deverá contratar empresa de auditoria externa, idônea e independente, devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº E-18/001/	269/2013
Data	26/02/13 Fls. 1204
Rubrica	

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Cultura

17.9. Estando as partes de acordo, poderão ser sub-rogados direitos e obrigações contratuais atualmente em vigor junto à SEC, referente aos equipamentos culturais, objeto do presente Contrato de Gestão.

17.10. Caso as metas pactuadas não sejam alcançadas, a Secretaria de Estado de Cultura poderá exigir a restituição dos recursos correspondentes, ouvida previamente a Comissão de Avaliação.

17.11. Os anexos, com as respectivas observações e restrições, são partes integrantes e complementares do presente instrumento.

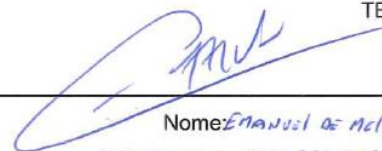
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.


Rio de Janeiro, 30 de dezembro 2013.


ADRIANA SCORZELLI RATTES
Secretária de Estado de Cultura


PEDRO SOTERO DE ALBUQUERQUE
Instituto de Desenvolvimento e Gestão IDG

TESTEMUNHAS:


Nome: Manuel de Melo Vieira
RG: 11325745-7 CPF: 324.095.107-59


Nome: VERA SCHREIBER
RG: 2.123.472 CPF: 936.764.609-06
ESP-SE

27



ANEXO B – Relatório de prestação de contas anual – 2015 – Bibliotecas Parque



RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

2015

BIBLIOTECAS PARQUE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - IDG



Sumário

1.	Apresentação	1
2.	Principais Dificuldades na Gestão do Contrato.....	2
3.	Conselheiros e Dirigentes IDG.....	4
4.	Metas	5
4.1	Objetivos de Atividades Fim.....	8
4.2	Objetivos de Cidadania.....	29
4.3	Objetivos de Gestão	31
4.4	Atividades – Cultural e Educativa	36
5.	Relatório Financeiro.....	48
6.	Entregas e Anexos.....	51



1. Apresentação

Este Relatório apresenta os resultados do segundo ano de trabalho do Instituto de Desenvolvimento e Gestão à frente da Rede de Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro, um programa do Governo do Estado coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura.

O Programa de Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro, foi implantado pelo Governo do Estado em 2010, com a abertura da Biblioteca de Manguinhos, inspirado no modelo de Parques Bibliotecas liderado com sucesso pela cidade de Medellín, Colômbia. Um programa pensado para aprofundar a relação entre educação, cultura e cidadania, em especial em regiões de alta vulnerabilidade social, focalizando a promoção da leitura e do amplo acesso ao conhecimento. A oferta de atividades múltiplas em equipamentos cuja arquitetura é parte integrante do impacto sócio-cultural nas comunidades, associado ao uso e ao acesso extensivo das tecnologias propõem um espaço de inovação e criatividade que associa participação comunitária com desenvolvimento sócio-cultural.

Sendo a educação de crianças e jovens, em especial no campo da promoção da leitura e da escrita, uma das mais importantes causas do país e do Rio de Janeiro, as Bibliotecas Parque priorizam em seus programas atividades de formação, estímulo e encantamento pelas diversas linguagens que promovem a leitura, o acesso ao texto - escrito, narrado, cantado e viralizado - e as formas lúdicas e poéticas de produção da escrita. Com esse intuito tem na rede de escolas públicas e privadas seu principal público, promovendo encontros, experiências, metodologias e técnicas que além de serem experimentadas nos espaços físicos das bibliotecas, possam servir de referência para uso nas escolas.

Outro elemento central no projeto das parques são as relações comunitárias que se dão através de um programa específico e do diálogo constante dos colaboradores com as redes locais promovendo articulações programáticas e de cultura cidadã.

Em 2015, o IDG deu continuidade ao trabalho já desenvolvido no primeiro ano de administração das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvendo programas para cada uma das áreas centrais de trabalho estabelecidas no Plano de Trabalho: Educação, desenvolvimento e participação comunitária, programação, comunicação, desenvolvimento institucional - e metodologias de gestão que consolidam a longo prazo os resultados do grande investimento feito pela sociedade fluminense nas bibliotecas parque.

O presente relatório tem como objetivo apresentar a performance física e financeira de acordo com as metas e orçamento estabelecidos para 2015 e os principais destaques do ano.



2. Principais Dificuldades na Gestão do Contrato

Com a pactuação do orçamento anual no valor de R\$ 20 milhões para o ano de 2015, abaixo dos R\$ 24 milhões necessários para a continuidade dos serviços nos moldes do definido no edital e conforme operado em 2014, foi necessário então uma readequação aos horários propostos para este ano e a partir de junho as Bibliotecas Estadual e de Niterói funcionaram de terça à sábado de 11:00h às 19:00h e as Bibliotecas da Rocinha e Manguinhos de terça à sábado de 10:30h às 18:30h.

Neste ano de 2015 ressaltamos como principal impacto a realização dos objetivos e desafios traçados para o ano o não cumprimento dos prazos e valores dos repasses financeiros previstos por parte da Secretaria de Estado de Cultura. Todo o planejamento para o ano foi realizado com base nos valores acordados, porém até o mês de novembro de 2015 o repasse total contabilizava o valor de R\$ 9.545.761,00 (nove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais) representando 47% do valor total previsto para o ano acordado em R\$ 20.083.000,00 (vinte milhões e oitenta e três mil reais). Em função deste grande descompasso no fluxo e volume financeiros, a realização plena do plano de trabalho ficou comprometida.

O IDG, parceiro desta Secretaria, não mediu esforços para a manutenção da operação das unidades mesmo tendo recebido menos da metade dos recursos, seguiu atendendo os usuários das bibliotecas até o final de 2015. Porém, foi necessário realizar novamente uma redução nos horários de funcionamento nas Bibliotecas Parque de Manguinhos e Rocinha e o fechamento temporário das Bibliotecas Parque Estadual e Parque de Niterói no período de 25/11 à 30/11. Onde, nesta ocasião, o IDG não possuía recursos em caixa sequer para pagamento de impostos, salários ou benefícios para seus funcionários, resultando na assinatura de aviso prévio dos 141 funcionários da Rede de Bibliotecas Parque.

O Fundo de Reserva Legal, constituído para que a Organização Social possa ter condições de honrar suas obrigações trabalhistas em caso de desmobilização total de seus funcionários, foi utilizado na operação das unidades com o intuito de manter as atividades e a abertura das Bibliotecas ao público. O IDG manteve as portas abertas até onde pôde, acreditando no projeto e no empenho da Secretaria de Estado de Cultura em reverter o quadro de atrasos nos repasses.

No final do mês de novembro, a fim de possibilitar a retomada do funcionamento regular das Bibliotecas, a Prefeitura do Rio de Janeiro se comprometeu a custear durante 13 meses (dezembro de 2015 à dezembro de 2016) a manutenção das Bibliotecas Parque Estadual, Rocinha e Manguinhos com o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) mensais reconhecendo a importância destes equipamentos para a sociedade e reafirmando sua parceria com o Governo do Estado do Rio. A Prefeitura de Niterói, imbuída da mesma motivação, comprometeu-se em realizar o primeiro repasse no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para pagamentos de passivos, o segundo repasse no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) referentes a despesas do mês de dezembro de 2015 e mais doze parcelas em 2016 no valor de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).



Somados os valores repassados pela Secretaria do Estado de Cultura juntamente com as Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro e de Niterói, as Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro receberam o montante total no valor de R\$ 11.295.761,00 (onze milhões, duzentos e noventa e cinco mil e setecentos e sessenta e um reais), cerca de 52% do valor previsto para o ano de 2015.

A solução apresentada pelas Prefeitura proporcionou a reabertura das Bibliotecas, e a manutenção do quadro de funcionários atual, porém não foi suficiente para resolver o passivo financeiro constituído em 2015 ficando em aberto até o momento o montante de R\$ 4.059.655,85 (quatro milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) reconhecidos pela Secretaria através do ofício SSPG/SEC nº73, que devem ser repassados pelo Governo do Estado a fim de realizarmos o acerto financeiro como uma série de fornecedores, atender a totalidade das obrigações contratuais do período e realizar as intervenções com foco em manutenção corretiva em diversas áreas de todas as unidades. Porém, em avaliação posterior da SEC sobre a composição deste passivo, ficou acordado que o valor referente ao fundo rescisório legal provisionado de R\$ 1,6 milhões estava em duplicidade com o orçamento previsto no plano de trabalho de 2016. Neste caso, o valor repactuado do passivo 2015 passou a ser de R\$ 2.557.747,78 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos).

Mesmo com todos os problemas apresentados durante o ano, tivemos um ótimo desempenho perante às metas estabelecidas. Fruto de muito trabalho além da grande dedicação apresentada pelas equipes das Bibliotecas Parque.



3. Conselheiros e Dirigentes IDG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Frederico Galvão de Arruda – Presidente

João Moreira Salles

Paulo Bicalho

Paulo Hermann Jobim

Isis Bruno

Olga Maria Esteves Campista

Vilma Guimarães

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Piquet – Diretor Executivo

Alexandre Fernandes Filho – Diretor de Projetos

Henrique Oliveira – Diretor de Operações e Finanças

Vinícius Capillé – Diretor de Planejamento e Gestão



4. Metas

Em cumprimento ao disposto na cláusula décima do Contrato de Gestão nº 002/2013, apresenta-se o relatório de Prestação de Contas Anual referente ao segundo ano do contrato (2015) desta Organização Social, no qual descrevem-se as metas alcançadas pelo IDG para as Bibliotecas Parque, documentos financeiros, contábeis e patrimoniais, bem como as demais peças solicitadas no referido contrato.

O contrato de gestão, dentre outras diretrizes, aponta direcionadores de resultados esperados no formato de metas contratuais, as quais descreveremos brevemente neste capítulo. Apresentamos o desempenho dos indicadores e metas além das atividades desenvolvidas pelo IDG para estes equipamentos culturais durante o ano de 2015.

Neste segundo ano de gestão, tivemos muitos desafios para que pudéssemos cumprir as metas estabelecidas. Devido ao comprometimento de todas as equipes das Bibliotecas Parque e graças ao trabalho constante e incansável, grandes parcerias foram formadas durante o ano, como por exemplo: A Biblioteca Parque de Niterói desenvolveu parceria com o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) através dos cursos de extensão abordando questões da atualidade, do universo da história e áreas afins. A Biblioteca de Manguinhos, através de parcerias com a Fiocruz oferece aulas de Espanhol e Pintura de Painéis em afresco no hall do Cineteatro. A Biblioteca Parque Estadual também formou parcerias de sucesso, que trouxeram belos frutos para a Biblioteca. Através de parceria com o Consulado Argentino, foi possível oferecer para o público a exposição da Mafalda, atraindo mais de 52 mil pessoas só no mês de setembro. A Biblioteca Parque da Rocinha em parceria com o SESI oferece aulas de Inglês, cursos de Bolo e Confeitagem com três turmas funcionando simultaneamente.

Vale ressaltar que, mesmo com todas as dificuldades deste segundo ano de gestão, os equipamentos serviram à sociedade com ambientes propícios ao desenvolvimento da leitura, aprendizado e cultura. Temos a certeza do sucesso já alcançado bem como do potencial deste projeto.

A fim de facilitar a visualização dos grupos de metas, foram inseridos os quadros de metas originais inserindo ao lado colunas com o realizado parcial e total além do indicador de variação, quanto o resultado se apresenta em relação à meta proposta.

Diante do cenário crítico vivido durante o ano de 2015, incluindo atrasos nos repasses, não cumprimento dos valores financeiros acordados, redução nos horários de atendimento das unidades da Rocinha e de Manguinhos e até o fechamento temporário das unidades Estadual e de Niterói, todo o planejamento elaborado para a realização das metas propostas no Plano de Trabalho apresentado à Secretaria de Cultura do Estado foi comprometido e precisou ser revisado.

Após reuniões com a Secretaria de Cultura do Estado e o reconhecimento do passivo de 2015 assumido pelo IDG em função do não repasse do Estado chegou-se ao montante de R\$ 15,5 milhões como a referência de repasse do referido ano. Este valor representa uma redução de 23% sobre o valor



Bibli
oteca
ARQUE

acordado no plano de trabalho original, redução esta que serviu de referência para a repactuação de algumas metas no patamar de 25%, como pode ser visto no quadro abaixo:

Metas repactuadas para 2015							
#	Tipo de Meta	Objetivo	Indicador	Fórmula	Unidade	Meta Plano de Trabalho 2015	Meta repactuada 2015
2	Atividade Fim	Garantir empréstimos de acervo e demais itens da Biblioteca	Número de empréstimos do acervo	= total de empréstimos do acervo no ano	BPN	16.416	12.312
					BPM	10.000	7.500
3	Atividade Fim	Atrair visitantes às Bibliotecas	Número de visitantes	= total de visitantes por ano	BPE	450.000	337.500
					BPR	75.000	56.250
5	Atividade Fim	Manter atendimento ao público escolar	Número de escolas atendidas em visitas guiadas	quantidade de escolas atendidas em visitas guiadas	BPN	100	73
					BPM	32	24
7	Atividade Fim	Garantir a atualização do acervo	Quantidade de acervo adquirido (sem periódicos)	= Total de itens acervo adquirido exceto periódicos	BPE	1.920	1.440
					BPN	960	720
					BPR	960	720
					BPM	960	720
8	Atividade Fim	Cumprir a política de Acervo aprovada pelo Conselho de Administração	Política de Acervo cumprida	= Política de Acervo Cumprida	BPE	90%	67%
					BPN	90%	67%
					BPR	90%	67%
					BPM	90%	67%
12	Cidadania	Garantir atualização do acervo voltado para leitores especiais	Itens de acervo especial para Pessoa com Deficiência	= Total de acervo voltado para PCD	BPE	940	705
					BPM	1.450	1.044
13	Cidadania	Possuir funcionários habilitados na linguagem de sinais	Funcionários habilitados na linguagem de sinais	= Quantidade de funcionários por turno disponíveis habilitados na	BPE	6	3



Biblioteca
Parque

				linguagem de sinais			
15	Gestão	Garantir agilidade na disponibilização ao público de itens de acervo	Tempo Médio entre o recebimento de itens novos e a disponibilização final para uso	Total intervalo em dias entre recebimento e disponibilização dos itens do acervo / número de itens	BPE	7 dias úteis	10 dias úteis
					BPN	7 dias úteis	10 dias úteis
					BPR	7 dias úteis	10 dias úteis
					BPM	7 dias úteis	10 dias úteis
16	Gestão	Garantir abertura ao público das Bibliotecas	Número de dias de funcionamento ao público	= Total de dias de abertura ao público no ano	BPE	303	245
					BPN	268	245
					BPR	268	245
					BPM	303	245

Observações em relação ao resultado das metas:

Os valores em cada trimestre não são cumulativos. Considerado para efeito de cálculo o previsto e realizado dentro do trimestre, exceto para o indicador 12 - *Itens de acervo especial para Pessoa com Deficiência*, o qual refere-se ao quantitativo total de itens de acervo disponibilizados nas unidades para Pessoas com Deficiência (PCD).

A Biblioteca Parque Alemão não será considerada na análise uma vez que ainda não está sob a administração do IDG.

N/A – Não se Aplica

Todas as evidências relacionadas aos indicadores deste relatório estão contidas no DVD em anexo.

4.1 Objetivos de Atividades Fim

São as metas relacionadas diretamente à atividade-fim da organização e medem sua capacidade de alcançar índices adequados na prestação de serviços.

#	Tipo de Meta	Objetivo	Indicador	Fórmula	Unidade	Meta anual	Meta Anual - ano 02				Acumulado	% em relação a meta
							1o TRI	2o TRI	3o TRI	4o TRI		
1	Atividade Fim	Formar base de usuários cadastrados nas Bibliotecas	Número usuários cadastrados no ano	= total de usuários cadastrados no ano	BPE	10.000	5.322	9.512	4.690	2.832	22.356	223,56%
					BPN	2.700	1.206	2.293	1.008	463	4.970	184,07%
					BPR	1.800	693	1.155	649	383	2.880	160,00%
					BPM	1.950	697	1.653	1.136	574	4.060	208,21%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Atividade Fim	Garantir empréstimos de acervo e demais itens da Biblioteca	Número de empréstimos do acervo	= total de empréstimos do acervo no ano	BPE	45.000	17.367	17.313	19.446	15.030	69.156	153,68%
					BPN	12.312	4.012	3.678	4.725	2.625	15.040	122,16%
					BPR	8.000	2.644	1.779	2.307	1.645	8.375	104,69%
					BPM	7.500	1.637	1.984	2.411	2.858	8.890	118,53%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3	Atividade	Atrair visitantes às	Número de	= total de visitantes	BPE	337.500	101.199	69.617	125.279	127.343	423.438	125,46%



INSTITUTO
DE DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO

Biblio
teca
PARQUE

Fim	Bibliotecas	visitantes	por ano	BPN	78.000	25.286	22.189	24.009	17.962	89.446	114,67%	
				BPR	56.250	13.572	15.594	19.128	17.574	65.868	117,10%	
				BPM	90.000	17.275	18.174	31.453	46.347	113.249	125,83%	
				OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
4	Atividade Fim	Manter atendimento ao público escolar	Número de alunos atendidos em visitas guiadas	quantidade de alunos atendidos em visitas guiadas	BPE	2400	564	2031	1629	1167	5.391	224,63%
					BPN	2000	275	930	328	728	2.261	113,05%
					BPR	640	0	629	986	348	1.963	306,72%
					BPM	640	234	440	249	490	1.413	220,78%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPE	120	16	73	65	48	202	168,33%
5	Atividade Fim	Manter atendimento ao público escolar	Número de escolas atendidas em visitas guiadas	quantidade de escolas atendidas em visitas guiadas	BPN	73	11	27	12	23	73	100%
					BPR	32	0	25	26	12	63	196,88%
					BPM	24	3	5	8	9	25	104,17%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPE	70%	74%		73%	73%	104,75%	
6	Atividade Fim	Captar a percepção dos visitantes, a partir da realização da pesquisa, sobre acervo, programações, instalações e serviços	Percentual de visitantes satisfeitos em relação a acervo, programações, instalações e serviços	= (total de visitantes satisfeitos com o acervo, programações, instalações e serviços / total de usuários entrevistados)x100	BPN	70%	79,6%		82%	81%	115,73%	
					BPR	70%	84%		75%	80%	113,57%	
					BPM	70%	87%		83%	85%	121,23%	
					OS	N/A	N/A		N/A	N/A	N/A	
					BPE	70%	74%		73%	73%	104,75%	

Rua Araújo Porto Alegre, 70, sala 1.109, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20030-015
Tel: +55 (21) 2532-2661

7	Atividade Fim	Garantir a atualização do acervo	Quantidade de acervo adquirido (sem periódicos)	= Total de itens acervo adquirido exceto periódicos	BPE	1.440	0	0	112	52	165	11,46%
					BPN	720	108	0	24	37	169	23,47%
					BPR	720	156	62	10	65	295	40,97%
					BPM	720	65	32	28	50	175	24,31%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
8	Atividade Fim	Cumprir a política de Acervo aprovada pelo Conselho de Administração	Política de Acervo cumprida	= Política de Acervo Cumprida	BPE	67%	58%	31%	86%	87%	66%	98,26%
					BPN	67%	58%	52%	76%	63%	62%	93,03%
					BPR	67%	58%	59%	78%	87%	71%	105,47%
					BPM	67%	58%	58%	49%	65%	57%	85,57%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
9	Atividade Fim	Implantar e manter em funcionamento o Portal das Bibliotecas	Portal das Bibliotecas implantados e em funcionamento	= Portal implantado e em funcionamento	BPE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	1	0	0	0	0	0	0
10	Atividade Fim	Garantir a disponibilidade da rede de internet (com e sem fio) ao público	Rede (internet com e sem fio) disponível ao público	= tempo de funcionamento da rede com 90% da banda disponível / período analisado	BPE	90%	98%	97%	99%	100%	98,39%	109,33%
					BPN	90%	99%	100%	94%	100%	98,33%	109,26%
					BPR	90%	97%	100%	63%	97%	89,06%	98,95%
					BPM	90%	100%	100%	89%	100%	97,25%	108,06%
					OS							

Rua Araújo Porto Alegre, 70, sala 1.109, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20030-015
Tel: +55 (21) 2532-2661

10

11	Atividade Fim	Garantir a utilização de recurso com programação e acervo	Percentual mínimo de gastos com programação e acervo	= (total dos custos e despesas com programação e acervo / total de despesas e custos) x 100	OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	20%	42%	47%	40%	34%	41%	205%

Rua Araújo Porto Alegre, 70, sala 1.109, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20030-015
Tel: +55 (21) 2532-2661

11

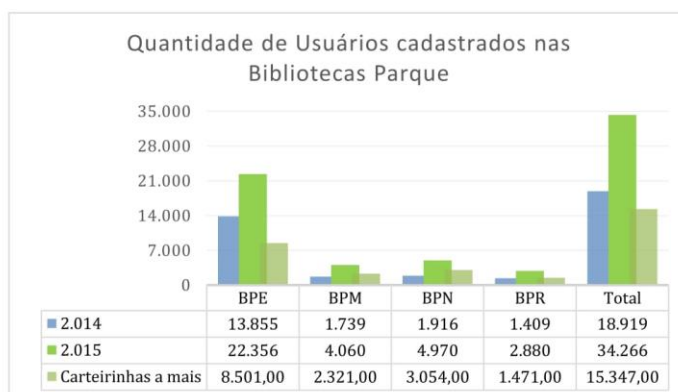


Comentários:

Objetivo 01 – Formar base de usuários cadastrados nas Bibliotecas

A meta para cadastro de usuários nas Bibliotecas foi alcançada já no segundo trimestre de 2015. A performance deste indicador permaneceu sólida durante os demais trimestres, garantindo assim o bom desempenho da meta para todo o ano. A prática contínua das Bibliotecas em oferecer e vincular a inscrição do usuário nas participações das atividades nas unidades e implementação de diversas atividades desenvolvidas para atração do público, como por exemplo exposições, cursos, cinema, teatro, clube de leitura, entre outras atividades, fez com que ampliássemos em **81%** o número de carteirinhas emitidas para todas as BPs no ano de 2015.

BP	2014	2015	Carteirinhas a mais	Crescimento
BPE	13.855	22.356	8.501,00	61%
BPM	1.739	4.060	2.321,00	133%
BPN	1.916	4.970	3.054,00	159%
BPR	1.409	2.880	1.471,00	104%
Total	18.919	34.266	15.347,00	81%





Objetivo 02 – Garantir empréstimos de acervo e demais itens da Biblioteca

No 2º Trimestre do ano foi identificado que em um cenário restritivo, onde houve redução dos horários e dias de atendimento, bem como a suspensão da aquisição de acervo e periódicos devido à falta de recursos financeiro, o número de empréstimos de acervo sofreu forte impacto em seu desempenho.

Esperava-se que com a retomada na aquisição de acervo e periódicos a partir do 3º trimestre, fosse possível elevar os resultados deste indicador para os últimos meses do ano ainda que na média eles estivessem dentro da meta. Diversas ações foram realizadas constantemente, porém vários fatores ocorreram no 4º Trimestre e impossibilitaram um melhor desenvolvimento do indicador de empréstimos:

- ✓ Bibliotecários dedicados ao atendimento devido ao quadro de funcionários reduzido;
- ✓ Falta de repasse interrompendo a aquisição de novos itens de acervo;
- ✓ Fechamento das unidades da BPE e BPN, e redução de horário no funcionamento da BPM e BPR entre os dias 25/11 e 30/11;
- ✓ Interrupção de empréstimos para a realização do inventário de acervo;

Mesmo com as dificuldades encontradas durante o ano de 2015, o indicador de empréstimos obteve um alto aumento em relação ao ano de 2014, apresentando um crescimento de 80% para a rede de Bibliotecas Parque.

BP	2014	2015	Empréstimos a mais	Crescimento
BPE	35.891	69.156	33.265,00	93%
BPM	5.214	8.890	3.676,00	71%
BPN	11.383	15.040	3.657,00	32%
BPR	4.024	8.375	4.351,00	108%
Total	56.512	101.461	44.949,00	80%



Biblioteca
Parque



Objetivo 03 – Atrair visitantes às Bibliotecas

A visitação da Biblioteca Parque Estadual apresentou bom desempenho mesmo com o forte impacto sofrido no 2º Trimestre devido à redução de horas e dias de abertura da Biblioteca. Algumas visitas escolares previstas para a parte da manhã tiveram de ser desmarcadas e usuários do período pós horário comercial (a partir das 18h) também tiveram seu acesso restrito a 30 minutos (horário de funcionamento durante o período de redução/restrição das 11h às 18:30).

No segundo semestre do ano a Biblioteca recebeu cerca de 252 mil pessoas, com a exposição “Mafalda na Sopa”, a exposição “Um pouquinho de Holanda”, a mostra “60 soluções frente às mudanças climáticas”. Além das exposições, diversas atividades foram produzidas pela equipe da BPE, recebendo cerca de 423 mil visitantes durante o ano de 2015.

Em 2015 a Biblioteca Parque da Rocinha recebeu cerca de 66 mil visitantes. Diversas atividades foram desenvolvidas para a unidade como “Cursos de Bolo e Confeitagem”, atendimentos SEBRAE, Yoga na Lage, “Mostra de Teatro e Dança”, entre outras atividades.

A Bibliotecas de Manguinhos alcançou a meta estabelecida e recebeu em 2015 cerca de 113 mil pessoas. Diversas ações foram realizadas para atração do público até a Biblioteca, tais como sessões gratuitas de cinema, além de atividades como “Varal dos Sonhos”, “Li e gostei”, atividades musicais e atividades para o dia das crianças no Cineteatro Eduardo Coutinho.

A Biblioteca de Niterói também apresentou um bom desempenho para este indicador, recebendo cerca de 90 mil pessoas. Diversas ações e parcerias foram realizadas para que esta meta fosse



alcançada. Durante o ano de 2015 foram realizadas uma série de seminários, além de parcerias com o Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e cursos para o público jovem e adulto ministrados pelo SESC, entre outras parcerias.

Mesmo com as dificuldades encontradas durante o ano de 2015, o indicador de visitantes obteve um alto aumento em relação ao ano de 2014, apresentando um crescimento de 31% para a rede de Bibliotecas Parque.

BP	2014	2015	Visitantes a mais	Crescimento
BPE	306.256	423.438	117.182	38%
BPM	87.100	111.934	24.834	29%
BPN	75.723	89.446	13.723	18%
BPR	57.444	65.868	8.424	15%
Total	526.523	690.686	164.163	31%





Objetivo 04 – Número de alunos atendidos em visitas guiadas

No ano de 2015 todas as Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro alcançaram a meta definida de alunos atendidos em visitas guiadas.

A partir do 2º Trimestre todas as unidades intensificaram os esforços para atender ao indicador e receber com planejamento adequado e de acordo com o novo horário de funcionamento.

Objetivo 05 – Número de escolas atendidas em visitas guiadas

A Biblioteca Parque Estadual superou a meta estabelecida para o ano. Foram intensificadas forças para que pudéssemos atrair mais estudantes para a unidade. A sua localização em meio ao centro do Rio de Janeiro, seu acervo, diversidade de espaços e atividades culturais gera uma maior atração por partes das escolas se comparado com as demais unidades.

A Biblioteca Parque da Rocinha elaborou um plano de atendimento à alunos e ações educativas com mais escolas a partir do segundo trimestre de 2015.

A BPR é a biblioteca que mais resultado vem produzindo na relação com escolas básicas, aquelas sediadas na comunidade da Rocinha e entorno. Influencia a formação de professores e mediadores de leitura através dos encontros de educação e dos cursos e oficinas que promove, dos clubes de leitura e das parcerias de acesso ao livro por meio digital que articulou desde o início de suas atividades.

Com o lançamento em 2015 do Programa de Bibliotecas Infantis das Parque, a BPR saiu na frente na implantação das atividades propostas para pequenos leitores. Elaborou um Projeto Político-Pedagógico que hoje dialoga com a rede de escolas da comunidade apoiando as suas iniciativas extraescolares, a instalação e a curadoria de salas de leitura em salas de aula, os empréstimos de livros direcionados para os projetos literários realizados anualmente por cada escola, as ações lúdicas de aproximação do pequeno leitor com o universo do livro.

As unidades de Niterói e Manguinhos intensificaram os esforços para atender ao indicador, porém a questão de transporte até as Bibliotecas ainda é preocupante. Frequentemente a informação que obtemos ao entrar em contato com as escolas é que não há transporte disponível para conduzir os alunos até as unidades, gerando impacto nesta meta.

A Biblioteca de Manguinhos sofre constantemente com os conflitos e operações policiais existentes no território, pois afetam diretamente a frequência da unidade, não só para o público escolar como para o público espontâneo. Não são poucas as vezes que as escolas usam como justificativa para não estarem presentes, o fato de temerem pela segurança dos alunos e optarem por se manterem dentro da escola. Há casos inclusive da própria escola fechar as portas, interrompendo sua rotina de aulas, em nome da proteção à integridade dos alunos e funcionários. Nota-se que de 2014 para 2015 houve um aumento desses episódios na área de Manguinhos.



Conforme solicitado no 2º Relatório circunstanciado sobre a execução do Contrato de Gestão SEC nº 002/2013, em 01 de outubro de 2015, segue na relação de evidências deste relatório a listagem completa de escolas atendidas pela Rede de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro.

Objetivo 06 – Captar a percepção dos visitantes a partir da realização de pesquisa sobre acervo, programações, instalações e serviços

No ano de 2015, por falta de recursos financeiros, não foi possível a contratação de uma empresa terceirizada para a realização da Pesquisa de Satisfação das Bibliotecas Parque. Porém, o entendimento do IDG é de que é fundamental o mapeamento de nossos usuários/visitantes tanto com relação ao seu perfil quanto à suas preferências e insatisfações. Por este motivo, foi elaborado um modelo de formulário de acordo com a necessidade de cada biblioteca. A pesquisa ainda que realizada com recursos humanos próprios não diminui sua relevância para as tomadas de decisão da gestão das unidades, muito pelo contrário, auxilia e aproxima as bibliotecas de seus usuários.

O formulário utilizado contempla os seguintes itens:



<p>1) Sexo: ()M ()F</p> <p>2) Idade:</p> <p>Até 10 / 11 a 15 / 16 a 20 / 21 a 30 / 31 a 40 / 41 a 50 / 51 a 59 / Mais de 60</p> <p>3) Escolaridade:</p> <p>Sem instrução / Fundamental/ Médio incompleto / Médio completo / Superior incompleto / Superior completo / Pós-graduação</p> <p>4) Frequência na BPE:</p> <p>Diária / 1 vez por semana / 2 vezes por semana / 3 vezes / apenas aos sábados</p> <p>5) Serviço mais utilizado:</p> <p>Empréstimo / Internet / DVDteca / Cursos / Consulta a livros, quadrinhos, etc.</p> <p>6) Frequência de empréstimos por mês:</p> <p>0 / 1 – 2 / 4 – 6 / mais de 7</p> <p>7) Avaliação das dependências:</p> <p>Muito boas / Boas / Regulares / Ruins / Não sabe responder</p> <p>8) Avaliação do atendimento:</p> <p>Muito boas / Boas / Regulares / Ruins / Não sabe responder</p>	<p>9) Avaliação do café:</p> <p>Muito boas / Boas / Regulares / Ruins / Não sabe responder</p> <p>10) Avaliação da programação cultural:</p> <p>Muito boas / Boas / Regulares / Ruins / Não sabe responder</p> <p>11) Avaliação internet:</p> <p>Muito boas / Boas / Regulares / Ruins / Não sabe responder</p> <p>12) Avaliação Acervo:</p> <p>Muito boas / Boas / Regulares / Ruins / Não sabe responder</p> <p>13) Nota geral para a biblioteca:</p> <p>0 / 1 / 2 / 3 / 4 / 5</p> <p>14) Turno preferido:</p> <p>Manhã / Tarde / Noite</p> <p>15) Acompanha a biblioteca nas redes sociais:</p> <p>Sim / Não</p> <p>16) O que mais procura na programação:</p> <p>Cursos / Teatro / Shows / Cinema / Exposições / Seminários e palestras / Lançamentos literários / Atividades para crianças</p>
---	---

Para o cálculo deste indicador foram consideradas as respostas assinaladas “Bom” e “Muito Bom” para cada um dos itens: Acervo, Atendimento, Dependências, Programação Cultural e Internet.

Foram realizadas duas pesquisas de satisfação durante o ano de 2015 para cada Biblioteca Parque do Estado, contabilizando o total de 2005 formulários respondidos. A média de Satisfação geral do público que frequenta os equipamentos culturais é de 80%.



Biblioteca Parque Estadual:

Média de Satisfação geral – 73%

1º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	73%	23%	96%
ATENDIMENTO	68%	30%	97%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	36%	33%	69%
INTERNET	24%	32%	56%
ACERVO	45%	37%	82%
CAFÉ	17%	25%	42%
Média Geral BPE	44%	30%	74%

2º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	70%	26%	96%
ATENDIMENTO	70%	27%	97%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	33%	35%	68%
INTERNET	21%	33%	54%
ACERVO	48%	34%	81%
CAFÉ	19%	23%	42%
Média Geral BPE	43%	30%	73%

Biblioteca Parque de Manguinhos:

Média de Satisfação geral – 85%

1º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	37%	58%	96%
ATENDIMENTO	44%	51%	96%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	21%	57%	78%
INTERNET	16%	63%	78%
ACERVO	40%	46%	86%
Média Geral BPM	32%	55%	87%

2º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	41%	53%	94%
ATENDIMENTO	43%	54%	97%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	26%	56%	82%
INTERNET	16%	47%	63%
ACERVO	25%	56%	80%
Média Geral BPM	30%	53%	83%

Biblioteca Parque de Niterói:

Média de Satisfação geral – 81%

**1º Semestre:**

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	60%	30%	90%
ATENDIMENTO	68%	28%	95%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	33%	39%	71%
INTERNET	30%	36%	66%
ACERVO	31%	45%	76%
Média Geral BPN	44%	36%	80%

2º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	77%	18%	95%
ATENDIMENTO	76%	21%	97%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	42%	27%	69%
INTERNET	44%	23%	67%
ACERVO	54%	32%	85%
Média Geral BPN	58%	24%	82%

Biblioteca Parque da Rocinha:

Média de Satisfação geral – 80%

1º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	28%	64%	92%
ATENDIMENTO	49%	51%	100%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	23%	54%	77%
INTERNET	13%	62%	74%
ACERVO	26%	51%	77%
Média Geral BPR	28%	56%	84%

2º Semestre:

AVALIAÇÕES	MUITO BOM	BOM	TOTAL
DEPENDÊNCIAS	41%	43%	84%
ATENDIMENTO	38%	55%	93%
PROGRAMAÇÃO CULTURAL	35%	32%	68%
INTERNET	17%	38%	55%
ACERVO	34%	40%	75%
Média Geral BPR	33%	42%	75%

Objetivo 07 – Garantir a atualização do acervo

A atualização do acervo da Rede de Bibliotecas Parque foi fortemente impactado devido ao contingenciamento de recursos proveniente da não execução dos repasses acordados.

Nos dois primeiros trimestres do ano não houve aquisição de acervo. Os itens adquiridos para as BPs neste período são compras remanescentes de pedidos de 2014 que tiveram sua entrega retardada para abril.



Em Setembro as Bibliotecas Parque voltaram a rotina de aquisição de acervo. Neste período foram adquiridos cerca de 174 itens. Porém as aquisições de novos itens para o acervo foram suspensas novamente no último trimestre por questões financeiras. No último trimestre de 2015 foram adquiridos cerca de 128 títulos, somando uma aquisição de 204 itens.

Total de itens adquiridos para o ano de 2015 é de 803.

Para fins de cálculo deste indicador pela Comissão de Avaliação, sugerimos que seja ponderado todos os problemas de repasse vividos ao longo deste ano e já narrado em tópicos anteriores de forma que o não cumprimento desta meta não tem relação com o desempenho do IDG na gestão, mas sim com o enorme impacto financeiro motivado pela falta de repasse do Estado.

Objetivo 08 – Cumprir a Política de Acervo aprovada pelo Conselho de Administração

No ano de 2015, analisando o percentual alcançado em cada mês em contraste com a meta estipulada de 67%, identifica-se que neste ano a meta não foi alcançada nas unidades de Manguinhos, Niterói e Estadual. Foram dois os principais fatores que influenciaram o não cumprimento das ações. O primeiro deles foi a suspensão da verba de compra de novos títulos para o acervo. Todas as 17 ações previstas, pelo menos 3, dependiam de aporte financeiro para acontecer.

- ✓ Validar a chegada de periódicos;
- ✓ Fazer pedido de compra de acervo para as BPs semanalmente;
- ✓ Definir e Contratar empresa coletora de lixo reciclável, imprestável para as bibliotecas de acordo com os critérios estabelecidos, que tenha como missão a sustentabilidade.

No segundo semestre, foi realizada uma revisão no plano de atividades previsto na Política de Acervo para adequá-lo à realidade de recursos e tempo disponível.

Conforme descrito no Relatório circunstanciado sobre a execução do Contrato de Gestão SEC nº 002/2013, de 30 de novembro, a Política de Acervo deverá ser aprimorada pela SEC (por meio da Superintendência de Leitura e do Conhecimento) e pelo IDG, a fim de apurar os entendimentos e melhor qualificar a comunicação entre objetivos e diretrizes.

Uma nova versão da Política de Acervo já está orientando as atividades do ano de 2016, inclusive com aprovação da Superintendência de Livro e Leitura da Secretaria Estadual de Cultura.

Para fins de cálculo deste indicador pela Comissão de Avaliação, sugerimos que seja ponderado todos os problemas de repasse vividos ao longo deste ano e já narrado em tópicos anteriores de forma que o não cumprimento desta meta não tem relação com o desempenho do IDG na gestão, mas sim com o enorme impacto financeiro motivado pela falta de repasse do Estado.



Objetivo 09 – Implantar e manter em funcionamento o Portal das Bibliotecas

A primeira etapa do projeto de desenvolvimento do Portal que consiste em mapear o perfil do público-alvo das quatro Bibliotecas Parque para identificar suas características e necessidades já estava concluída, quando no mês de março em função das medidas restritivas orçamentárias o projeto necessitou ser interrompido. No mês de julho retomamos o desenvolvimento do site, o Portal já estava em sua última etapa de desenvolvimento, o de programação, quando o serviço foi interrompido novamente por falta de pagamentos, inviabilizando o cumprimento do prazo de entrar no ar ainda em 2015. A empresa informa que será preciso 45 dias de trabalho para fazer a primeira entrega (site principal) a partir do momento em que os pagamentos devidos forem efetuados. A entrega final (hotsites específicos de cada BP ligados ao portal) será feita 30 dias após o site principal.

Para fins de cálculo deste indicador pela Comissão de Avaliação, sugerimos que seja ponderado todos os problemas de repasse vividos ao longo deste ano e já narrado em tópicos anteriores de forma que o não cumprimento desta meta não tem relação com o desempenho do IDG na gestão, mas sim com o enorme impacto financeiro motivado pela falta de repasse do Estado.

Objetivo 10 – Garantir a disponibilidade da rede de internet (com e sem fio) ao público

Dados informados conforme o Relatório da Oi (concessionária responsável pelo link de internet). Para a real avaliação do link e sua disponibilidade de rede nas bibliotecas internamente, será necessário a instalação de sistema informatizado/automatizado de controle de dados, sistema este não previsto para ser implantado pelo IDG pois não está contemplado no orçamento do Contrato de Gestão.

No 3º Trimestre do ano houve uma descontinuidade no serviço devido ao encerramento do contrato estabelecido entre SEC e Oi. A transição de contratos impactou neste indicador:

Em 16 de junho de 2015 o IDG solicitou à concessionária Oi, por meio de Ofício, a troca de titularidade dos circuitos da BPM e BPR, a qual garantiu que o serviço seria realizado. Logo, o IDG assumiria as despesas de tais circuitos.

A Secretaria de Estado de Cultura encerrou o contrato com a Oi, tendo em vista que o contrato tinha outros circuitos de outros equipamentos, e a Oi alegou que o IDG precisaria solicitar um novo circuito para cada unidade, pois o IDG não poderia ser considerado cliente Governo e sim Empresarial. Assim fizemos, porém como BPM e BPR encontram-se em áreas de risco, não foi possível a ativação dos circuitos rapidamente. Logo, a Organização Social contratou o serviço, mas infelizmente a concessionária Oi não o realizou com a brevidade esperada.

No entanto, apesar das dificuldades encontradas no período apontado, este indicador obteve bom desempenho durante os demais trimestres do ano, cumprindo assim a meta estabelecida.



Objetivo 11 – Percentual mínimo de gastos com programação e acervo

Para este indicador, consideramos que os serviços oferecidos na Rede de Bibliotecas Parques são essencialmente desenvolvidos por pessoas, funcionários do IDG, e, portanto, representando um custo de Pessoal envolvido nas atividades e serviços oferecidos ao público. O custo pessoal endereça partes dos gastos despendidos com programação e acervo conforme prevê a meta.

Cálculo do Indicador: $(\text{Custo de pessoal que atua na atividade fim} + \text{Custos com acervo, conteúdo, publicidade e curadoria}) / \text{Despesas totais} * 100$

O indicador apresentou bom desempenho durante os 4 trimestres, cumprindo assim a meta estabelecida para o ano de 2015.

4.2 Objetivos de Cidadania

Compreende os objetivos e metas que promovem a difusão e o acesso democrático dos serviços públicos executados pela organização às diferentes parcelas da população.

#	Tipo de Meta	Objetivo	Indicador	Fórmula	Unidade	Meta anual	Meta Anual - ano 02				Acumulado	% em relação a meta
							1o TRI	2o TRI	3o TRI	4o TRI		
12	Cidadania	Garantir atualização do acervo voltado para leitores especiais	Itens de acervo especial para Pessoa com Deficiência	= Total de acervo voltado para PCD	BPE	705	702	702	702	760	760	107,80%
					BPN	570	469	469	526	571	571	100,18%
					BPR	160	88	88	106	170	170	106,25%
					BPM	1.044	880	1.398	1.054	1.054	1.054	100,96%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
13	Cidadania	Possuir funcionários habilitados na linguagem de sinais	Funcionários habilitados na linguagem de sinais	= Quantidade de funcionários por turno disponíveis habilitados na linguagem de sinais	BPE	3	1	1	1	1	1	33,3%
					BPN	2	2	3	3	3	3	150,00%
					BPR	2	2	2	2	2	2	100,00%
					BPM	2	0	0	2	2	4	200,00%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
14	Cidadania	Garantir colocação de funcionários com deficiência	Funcionários com deficiência	Quantidade de funcionários com deficiência	BPE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	2%	0,6%	0,6%	1,1%	1,4%	0,94%	46,75%



Comentários:

Objetivo 12 – Garantir atualização do acervo voltado para leitores especiais

O total de acervo voltado para leitores especiais alcançou os patamares de meta previsto para o ano, tendo como principal fonte as doações. Este cenário foi fruto da dificuldade financeira vivida durante o ano de 2015 impossibilitando a aquisição de títulos. Para 2016, com a nova política de acervo, excluímos a possibilidade das doações contribuírem para o atingimento desta meta, sendo exclusivamente mensurada pelas aquisições realizadas diretamente pelo IDG.

Objetivo 13 – Possuir funcionários habilitados na linguagem de sinais

As Bibliotecas de Manguinhos, Niterói e Rocinha já possuem a quantidade de funcionários habilitados na linguagem de sinais (libras). A Biblioteca Parque Estadual ainda não alcançou este indicador. Conforme informado nos relatórios de gestão anteriormente enviados, a Biblioteca possui um profissional capacitado em libras para realizar treinamentos junto à equipe de educação. Entretanto, em função do reduzido quadro de pessoal e escala de trabalho, não foi possível realizar formações com esta finalidade.

No final de 2015 firmamos uma parceria junto a CIELO, que tem como principal objetivo as questões referentes à acessibilidade. Acreditamos que com este apoio conseguiremos em 2016 cumprir não somente a meta de funcionários habilitados em linguagem de sinais para a Biblioteca Parque Estadual, como realizar uma série de atividades associadas ao tema de acessibilidade em todas as unidades.

Objetivo 14 – Garantir colocação de funcionários portadores de necessidades especiais

Em se tratando de público específico e levando em consideração que para a ocupação das vagas se faz necessário o mínimo do atendimento aos requisitos técnicos de cada uma, encontramos dificuldades no atendimento a esta meta. Por vezes, nos deparamos com a dificuldade do candidato em locomoção (a cidade oferece muitas barreiras de acessibilidade) e/ou o candidato prefere manter seu benefício de remuneração garantido pelo governo a registrar carteira de trabalho.

A BPE possui um Auxiliar de Atendimento e um Comprador portadores de necessidades especiais. Os processos seletivos em aberto e todas as vagas disponíveis continuam priorizando os candidatos com deficiência.

4.3 Objetivos de Gestão

As metas dizem respeito à gestão da organização e medem a eficiência de suas ações, sendo, desta forma, importantes para a profissionalização dos serviços prestados. Trata-se de indicadores econômicos-financeiros, de organização interna e as metas de capacitação de recursos próprios.

#	Tipo de Meta	Objetivo	Indicador	Fórmula	Unidade	Meta anual	Meta Anual - ano 02				Acumulada	% em relação a meta
							1o TRI	2o TRI	3o TRI	4o TRI		
15	Gestão	Garantir agilidade na disponibilização ao público de itens de acervo	Tempo Médio entre o recebimento de itens novos e a disponibilização final para uso	Total intervalo em dias entre recebimento e disponibilização dos itens do acervo / número de itens	BPE	10 dias úteis	0	0	9	4	7	130,00%
					BPN	10 dias úteis	11	0	10	10	10	100,00%
					BPR	10 dias úteis	5	0	5	7	6	140,00%
					BPM	10 dias úteis	2	1	7	7	4	160,00%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
16	Gestão	Garantir abertura ao público das Bibliotecas	Número de dias de funcionamento ao público	= Total de dias de abertura ao público no ano	BPE	245	70	62	66	58	256	104,49%
					BPN	245	69	61	66	49	245	100,00%
					BPR	245	69	61	66	60	256	104,49%
					BPM	245	72	58	64	55	249	101,63%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
17	Gestão	Aprovar	Plano aprovado até	Plano aprovado até	BPE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

	planejamento anual do Programa de Atividades	a data definida	o mês de setembro de cada ano	BPN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
				BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
18	Gestão	Atender de forma célere solicitações, e resolver problemas identificados através da Ouvidoria	Tempo médio de resposta da ouvidoria	= total (data de resposta - data de entrada na ouvidoria) / total de ouvidorias	BPE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	1	-	-	-	1	1	100,00%
19	Gestão	Manter inventário do acervo atualizado	Inventariar acervo anualmente	Acervo inventariado anualmente	BPE	1	0	0	0	1	1	100,00%
					BPN	1	0	0	0	1	1	100,00%
					BPR	1	0	0	0	1	1	100,00%
					BPM	1	0	0	0	1	1	100,00%
					OS	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	Gestão	Garantir mínimo de pessoal atuando na atividade FIM das bibliotecas	Percentual de pessoal que atua na atividade FIM das bibliotecas	= (total de funcionários que atuam na atividade FIM das bibliotecas / total de funcionários) x 100	BPE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPN	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPR	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					BPM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
					OS	60%	84%	80%	77%	76%	79,09%	131,8%



Comentários:

Objetivo 15 – Garantir agilidade na disponibilização ao público de itens de acervo

O indicador obteve um bom desempenho para as unidades da Rede de Bibliotecas Parque que alcançaram a meta estabelecida para o ano.

A Biblioteca Parque de Niterói obteve mais dificuldades com a realização deste indicador, pois com um cenário reduzido, somente foi possível atender o prazo de catalogação nos 10 dias previstos. A BPN conta somente com duas bibliotecárias em suas instalações.

Objetivo 16 – Garantir abertura ao público das Bibliotecas

A partir do segundo trimestre de 2015 houve redução nos dias de abertura das Bibliotecas por conta de quadro de funcionários reduzidos e atrasos nos repasses. Foi necessário então uma readequação aos horários propostos para este ano e desde junho o indicador está sendo realizado de acordo com os novos horários estabelecidos para as Bibliotecas, conforme a seguir:

BPN:

Até 14 de abril - Horário 10:00 / 19:00 horas de terça a domingo inclusive feriados.

Junho: 23/06 - Horário 11:00h / 19:00h de terça à sábado, inclusive feriados.

BPR:

Até 14 de abril - Horário 10:00h / 18:00h de terça a domingo.

Junho: 23/06 - Horário 11:00h / 18:30h de terça à sábado.

BPM:

Até 14 de abril - Horário 10:00 / 19:00 horas de terça a domingo.

Junho: 23/06 - Horário 11:00h / 18:30h de terça à sábado.

BPE:

Até 14 de abril - Horário 10:00 / 20:00 horas de terça a domingo inclusive feriados.

Junho: 23/06 - Horário 11:00h / 18:30h de terça à sábado, inclusive feriados.

Porém, em vista dos acontecimentos que marcaram o ano de 2015, as Bibliotecas obtiveram um bom desempenho e alcançaram a meta estabelecida para o ano.

Objetivo 17 – Aprovar planejamento anual do programa de atividades



No Ofício DPG 022/2015 protocolado em 05/11/15, solicitávamos prorrogação para entrega do Plano de Trabalho para início de dezembro, mas, como já elucidado anteriormente, novembro foi um mês crítico, culminando na redução de horário de funcionamento das Bibliotecas da Rocinha e de Manguinhos e no fechamento da Biblioteca de Niterói e Parque Estadual, culminando numa nova equação de repasse e em um novo orçamento para o próximo ano.

Visto isso, o IDG solicitou através do Ofício 025, protocolado em 14/12/15 que fosse alterada a entrega do Plano de Trabalho, postergando-a para o dia 31/01/2016, pois de acordo com o cenário apresentado para os próximos 12 meses, seria necessária uma revisão orçamentária e readequação das metas propostas para o ano de 2016.

O pedido de postergação de prazo foi aceito pela Secretaria de Cultura do Estado e o Planejamento Anual das Atividades para o ano de 2016 foi entregue e protocolado em 29/01/2016.

Objetivo 18 – Atender de forma célere solicitações, e resolver problemas identificados através da Ouvidoria

Não houveram ocorrências provenientes da Ouvidoria no período de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2015.

Todos os canais de comunicação das Bibliotecas Parque possuem o link de acesso dos usuários à Ouvidoria:

- Site das Bibliotecas Parque: <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/#fale-conosco>
- Facebook BPE, Facebook BPM, Facebook BPN e Facebook BPR

O tempo médio de resposta para as perguntas realizadas via Facebook são de 25 minutos.

Além do meio digital, os links para a Ouvidoria da Secretaria de Cultura também estão disponíveis nas caixas de sugestões nos balcões de atendimento das Bibliotecas.

Objetivo 19 – Manter inventário de acervo atualizado

Os inventários do acervo das Bibliotecas Parque de Manguinhos, Niterói e Rocinha para o ano de 2015 foram realizados no mês de dezembro conforme estabelecido pela Política de Acervo da rede de Bibliotecas Parque e encaminhados a esta Secretaria no último Relatório de Gestão trimestral de 2015.

Conforme informamos através do Ofício 023/2015 protocolado em 05/11/2015, a Biblioteca Parque Estadual precisou apresentar uma alternativa ao inventário por conta dos problemas apresentados nas etiquetas de RFID. Em levantamento realizado em 450 livros, os bibliotecários da unidade identificaram



que 301 itens apresentavam “tags” de RFID inoperantes, ou seja, 68% dos livros analisados. Sendo assim, o erro nas etiquetas inviabiliza o inventário com a biblioteca aberta. Tendo em vista o aumento de público nos últimos meses, fechar a biblioteca neste momento não seria aconselhável, pois tal ação causaria um impacto negativo.

Com a alternativa apresentada por esta Secretaria em gerar os relatórios no Sistema Alexandria e irmos realizando os acertos pendentes gradativamente, foi realizada uma atualização da base a partir da baixa de todos os livros emprestados com atrasos superiores a 365 dias. O inventário foi gerado através do sistema após a baixa dos itens com atraso superior a 365.

Objetivo 20 – Garantir mínimo de pessoal atuando no atendimento aos usuários das Bibliotecas

Considerados colaboradores que atuam diretamente no atendimento ao usuário das BPs e diretamente ligados a atividade FIM. Cargos contabilizados: Bibliotecário, Recepcionista, Auxiliares de Programação, Acervo, Atendimento, Educativo, Assessores de Relações Comunitárias, Mediador Social, Educador, Estagiários, Coordenadores área Fim, Gerentes de Conteúdo, Acervo e Comunicação, Diretores das BPs e Gerencias Geral, Técnico Audiovisual, Analista de Comunicação.

Cálculo do Indicador = (Total de funcionários que atuam na atividade fim / total de funcionários) *100

4.4 Atividades – Cultural e Educativa

Segue abaixo os quadros comparativos entre as atividades planejadas e realizadas para os 4 Trimestres de 2015.

Programação BPE 2015:

PROGRAMAÇÃO CULTURAL		BPE 1° TRI	BPE 2° TRI	BPE 3° TRI	BPE 4° TRI
Meta 1 Exposições	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	1	0
	Realizado Trim.	1	0	3	2
	Porcentagem	100%	100%	300%	200%
Meta 2 Ciclos	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	1	0
	Realizado Trim.	1	0	2	0
	Porcentagem	100%	-	200%	-
Meta 3 Seminários, Debates e Palestras	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	1	0
	Realizado Trim.	1	1	5	2
	Porcentagem	100%	100%	500%	200%
Meta 4 Palavra Lab	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	1	1	1	1
	Realizado Trim.	1	0	1	0
	Porcentagem	100%	-	100%	-
Meta 5 Estúdio de Gravação - Curso de Trilhas	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	1	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 6 Curso de Literatura	Meta Anual	15			
	Planejado Trim.	4	3	4	4
	Realizado Trim.	1	0	0	0
	Porcentagem	25%	0%	0%	-
Meta 7 Saraus e Leituras Dramatizadas	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	2	3	4	1
	Realizado Trim.	2	0	4	1
	Porcentagem	100%	0%	100%	100%
Meta 8 Sarauzinho e Encontro com	Meta Anual	2			

Autor (infantil)	Planejado Trim.	0	1	0	1
	Realizado Trim.	0	1	5	0
	Porcentagem	-	-	400%	0%
Meta 9 Lançamentos Literários	Meta Anual	6			
	Planejado Trim.	0	2	2	2
	Realizado Trim.	0	2	1	1
	Porcentagem	-	100%	50%	50%
Meta 10 Era Uma vez	Meta Anual	100			
	Planejado Trim.	25	24	27	24
	Realizado Trim.	40	15	21	15
	Porcentagem	160%	63%	78%	63%
Meta 11 Programação Musical	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	3	3	3	1
	Realizado Trim.	9	4	3	1
	Porcentagem	300%	133%	100%	100%
Meta 12 Mostras de Filmes	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	0	1	2	1
	Realizado Trim.	0	1	3	4
	Porcentagem	-	100%	150%	400%
Meta 13 Programa Editorial (para todas mas centralizado na BPE)	Meta Anual	5			
	Planejado Trim.	0	2	1	2
	Realizado Trim.	0	1	0	1
	Porcentagem	-	50%	0%	0%
Meta 14 Programa Biblioteca Infantil (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	1	0	0
	Realizado Trim.	0	1	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 15 Programa de Formação Teatral/Escola de Manguinhos	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 16 Programa de Desenvolvimento Comunitário (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 17 Circulação Teatral	Meta Anual	36			
	Planejado Trim.	12	6	15	3



Biblio
teca
PARQUE

	Realizado Trim.	12	0	29	1
	Porcentagem	100%	-	193%	33%
Meta 18 Programa de Acessibilidade (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		202			
Total Atividades Planejadas do trimestre		50	47	63	42
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		68	26	77	28
Total %		136%	55%	122%	67%

PROGRAMA EDUCATIVO - Atividades Regulares	BPE	BPE	BPE	BPE	
Meta 19 Visitas Mediadas para escolas	Meta Anual	120			
	Planejado Trim.	30	30	30	30
	Realizado Trim.	16	73	65	48
	Porcentagem	53%	243%	217%	160%
Meta 20 Visitas Mediadas para Públicos Específicos	Meta Anual	70			
	Planejado Trim.	14	21	21	14
	Realizado Trim.	29	11	14	16
	Porcentagem	207%	52%	67%	114%
Meta 21 Bibliolab (curso de extensão, palestras, workshops, oficinas, aulas- espêtáculo, master-classes)	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	1	1	0
	Realizado Trim.	11	1	1	3
	Porcentagem	1100%	100%	100%	300%
Meta 22 Atividades de Apoio Escolar / Encontros com Professores(1 por bimestre)	Meta Anual	6			
	Planejado Trim.	1	2	2	1
	Realizado Trim.	0	2	3	0
	Porcentagem	0%	100%	150%	0%
Meta 23 Cine Manguinhos - Sessão Escola	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		198			
Total Atividades Planejadas no Trimestre		45	54	54	45
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		56	87	83	67
Total %			161%	154%	149%



Bibli
oteca
ARQUE

Programação BPM 2015:

PROGRAMAÇÃO CULTURAL		BPM 1º TRI	BPM 2º TRI	BPM 3º TRI	BPM 4º TRI
Meta 1 Exposições	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	0	1
	Realizado Trim.	1	1	1	1
	Porcentagem	100%	100%	100%	100%
Meta 2 Ciclos	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	0	1
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 3 Seminários, Debates e Palestras	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	0	2	0
	Realizado Trim.	5	5	7	3
	Porcentagem	500%	500%	350%	300%
Meta 4 Palavra Lab	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 5 Estúdio de Gravação - Curso de Trilhas	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 6 Curso de Literatura	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 7 Saraus e Leituras Dramatizadas	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	2	2	3	3
	Realizado Trim.	0	11	8	2
	Porcentagem	0%	550%	267%	67%
Meta 8 Sarauzinho e Encontro com Autor (infantil)	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	1	1
	Realizado Trim.	2	1	2	1
	Porcentagem	200%	100%	200%	100%
Meta 9 Lançamentos Literários	Meta Anual	4			

	Planejado Trim.	0	1	1	2
	Realizado Trim.	0	0	0	2
	Porcentagem	-	-	-	200%
Meta 10 Era Uma vez	Meta Anual	100			
	Planejado Trim.	25	25	25	25
	Realizado Trim.	49	42	41	20
	Porcentagem	196%	168%	164%	80%
Meta 11 Programação Musical	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	1	1	1	1
	Realizado Trim.	3	3	5	5
	Porcentagem	300%	300%	500%	500%
Meta 12 Mostras de Filmes	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	1	1	2	0
	Realizado Trim.	1	3	2	8
	Porcentagem	100%	300%	100%	800%
Meta 13 Programa Editorial (para todas mas centralizado na BPE)	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 14 Programa Biblioteca Infantil (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1
	Realizado Trim.	0	0	0	1
	Porcentagem	-	-	-	100%
Meta 15 Programa de Formação Teatral/Escola de Manguinhos	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	0	1	1
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	0%	0%
Meta 16 Programa de Desenvolvimento Comunitário (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	1	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	0%	-	-
Meta 17 Circulação Teatral	Meta Anual	36			
	Planejado Trim.	10	8	8	10
	Realizado Trim.	4	3	3	10
	Porcentagem	40%	38%	38%	100%
Meta 18 Programa de Acessibilidade (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1



Bibliotecária
ARQUE

	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		172			
Total Atividades Planejadas do trimestre		42	39	44	47
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		65	69	69	53
Total %		155%	177%	157%	113%

PROGRAMA EDUCATIVO - Atividades Regulares		BPM	BPM	BPM	BPM
Meta 19 Visitas Mediadas para escolas	Meta Anual	32			
	Planejado Trim.	2	10	9	11
	Realizado Trim.	2	3	4	4
	Porcentagem	100%	30%	44%	36%
Meta 20 Visitas Mediadas para Públicos Específicos	Meta Anual	8			
	Planejado Trim.	2	2	2	2
	Realizado Trim.	1	1	2	2
	Porcentagem	50%	50%	100%	100%
Meta 21 Bibliolab (curso de extensão, palestras, workshops, oficinas, aulas-espetáculo, master-classes)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 22 Atividades de Apoio Escolar / Encontros com Professores(1 por bimestre)	Meta Anual	6			
	Planejado Trim.	0	1	3	2
	Realizado Trim.	0	3	6	7
	Porcentagem	-	300%	200%	350%
Meta 23 Cine Manguinhos - Sessão Escola	Meta Anual	18			
	Planejado Trim.	3	3	3	9
	Realizado Trim.	3	3	3	4
	Porcentagem	100%	100%	100%	44%
Total Meta Anual		65			
Total Atividades Planejadas no Trimestre		7	16	17	25
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		6	10	15	17
Total %		86%	63%	88%	68%



Bibli
oteca
ARQUE

Programação BPN 2015:

PROGRAMAÇÃO CULTURAL		BPN 1º TRI	BPN 2º TRI	BPN 3º TRI	BPN 4º TRI
Meta 1 Exposições	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	0	1
	Realizado Trim.	1	1	1	1
	Porcentagem	100%	100%	100%	100%
Meta 2 Ciclos	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	0	0	2
	Realizado Trim.	0	0	0	1
	Porcentagem	-	-	-	50%
Meta 3 Seminários, Debates e Palestras	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	1	0
	Realizado Trim.	2	3	12	8
	Porcentagem	200%	400%	1200%	100%
Meta 4 Palavra Lab	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 5 Estúdio de Gravação - Curso de Trilhas	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 6 Curso de Literatura	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 7 Saraus e Leituras Dramatizadas	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	2	3	3	2
	Realizado Trim.	8	6	10	8
	Porcentagem	400%	200%	333%	100%
Meta 8 Sarauzinho e Encontro com Autor (infantil)	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	2	0	0
	Realizado Trim.	0	3	0	0
	Porcentagem	-	150%	-	-
Meta 9 Lançamentos Literários	Meta Anual	4			



INSTITUTO
DE DESENVOLVIMENTO
E GESTÃO

Biblio
teca
PARQUE

	Planejado Trim.	1	1	1	1
	Realizado Trim.	2	1	0	1
	Porcentagem	200%		-	100%
Meta 10 Era Uma vez	Meta Anual	70			
	Planejado Trim.	15	15	15	25
	Realizado Trim.	28	30	16	25
	Porcentagem	187%	200%	107%	100%
Meta 11 Programação Musical	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	0	1	0	3
	Realizado Trim.	0	1	0	3
	Porcentagem	-	100%	-	100%
Meta 12 Mostras de Filmes	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	3	5	7
	Porcentagem	-	300%	500%	100%
Meta 13 Programa Editorial (para todas mas centralizado na BPE)	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 14 Programa Biblioteca Infantil (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	1	0
	Realizado Trim.	0	0	1	0
	Porcentagem	-	-	100%	-
Meta 15 Programa de Formação Teatral/Escola de Manguinhos	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 16 Programa de envolvimento Comunitário (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	1	0
	Realizado Trim.	0	0	1	0
	Porcentagem	-	-	300%	-
Meta 17 Circulação Teatral	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 18 Programa de Acessibilidade (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1



Biblio
teca
ARQUE

	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		99			
Total Atividades Planejadas do trimestre		20	22	22	35
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		41	48	46	54
Total %		205%	218%	209%	100%

PROGRAMA EDUCATIVO - Atividades Regulares		BPN	BPN	BPN	BPN
Meta 19 Visitas Mediadas para escolas	Meta Anual	100			
	Planejado Trim.	12	34	24	30
	Realizado Trim.	11	27	12	24
	Porcentagem	92%	79%	50%	80%
Meta 20 Visitas Mediadas para Públicos Específicos	Meta Anual	30			
	Planejado Trim.	5	5	10	10
	Realizado Trim.	0	3	3	2
	Porcentagem	-	60%	30%	20%
Meta 21 Bibliolab (curso de extensão, palestras, workshops, oficinas, aulas-espetáculo, master-classes)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	1	0
	Realizado Trim.	3	9	19	22
	Porcentagem	-	500%	1900%	4100%
Meta 22 Atividades de Apoio Escolar / Centros com Professores(1 por bimestre)	Meta Anual	6			
	Planejado Trim.	0	2	2	2
	Realizado Trim.	0	4	1	0
	Porcentagem	-	200%	50%	0%
Meta 23 Cine Manguinhos - Sessão Escola	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		137			
Total Atividades Planejadas no Trimestre		17	41	37	42
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		14	43	35	48
Total %		82%	105%	95%	165%



Bibli
oteca
ARQUE

Programação BPR 2015:

PROGRAMAÇÃO CULTURAL		BPR 1º TRI	BPR 2º TRI	BPR 3º TRI	BPR 4º TRI
Meta 1 Exposições	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	0	1
	Realizado Trim.	1	1	0	1
	Porcentagem	100%	100%	-	100%
Meta 2 Ciclos	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 3 Seminários, Debates e Palestras	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	1	0	1
	Realizado Trim.	0	5	3	4
	Porcentagem	-	500%	300%	400%
Meta 4 Palavra Lab	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 5 Estúdio de Gravação - Curso de Trilhas	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 6 Curso de Literatura	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 7 Saraus e Leituras Dramatizadas	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	3	2	2	3
	Realizado Trim.	3	2	2	1
	Porcentagem	100%	100%	100%	33%
Meta 8 Sarauzinho e Encontro com Autor (infantil)	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	0	2	0
	Realizado Trim.	0	0	2	1
	Porcentagem	-	-	100%	100%
Meta 9 Lançamentos Literários	Meta Anual	4			



Bibli
oteca
ARQUE

Programação BPR 2015:

PROGRAMAÇÃO CULTURAL		BPR 1º TRI	BPR 2º TRI	BPR 3º TRI	BPR 4º TRI
Meta 1 Exposições	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	1	0	0	1
	Realizado Trim.	1	1	0	1
	Porcentagem	100%	100%	-	100%
Meta 2 Ciclos	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 3 Seminários, Debates e Palestras	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	1	0	1
	Realizado Trim.	0	5	3	4
	Porcentagem	-	500%	300%	400%
Meta 4 Palavra Lab	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 5 Estúdio de Gravação - Curso de Trilhas	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 6 Curso de Literatura	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 7 Saraus e Leituras Dramatizadas	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	3	2	2	3
	Realizado Trim.	3	2	2	1
	Porcentagem	100%	100%	100%	33%
Meta 8 Sarauzinho e Encontro com Autor (infantil)	Meta Anual	2			
	Planejado Trim.	0	0	2	0
	Realizado Trim.	0	0	2	1
	Porcentagem	-	-	100%	100%
Meta 9 Lançamentos Literários	Meta Anual	4			

	Planejado Trim.	1	1	1	1
	Realizado Trim.	0	0	0	1
	Porcentagem	-	-	-	100%
Meta 10 Era Uma vez	Meta Anual	70			
	Planejado Trim.	10	30	20	10
	Realizado Trim.	2	62	14	4
	Porcentagem	20%	207%	70%	40%
Meta 11 Programação Musical	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	1	1	1	1
	Realizado Trim.	3	1	1	0
	Porcentagem	300%	100%	100%	0%
Meta 12 Mostras de Filmes	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	0	1	2	1
	Realizado Trim.	0	1	5	4
	Porcentagem	-	100%	250%	400%
Meta 13 Programa Editorial (para todas mas centralizado na BPE)	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 14 Programa Biblioteca Infantil (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	1	0
	Realizado Trim.	0	0	1	0
	Porcentagem	-	-	100%	-
Meta 15 Programa de Formação Teatral/Escola de Manguinhos	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Meta 16 Programa de Desenvolvimento Comunitário (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	1	0	0
	Realizado Trim.	0	1	0	0
	Porcentagem	-	100%	-	-
Meta 17 Circulação Teatral	Meta Anual	36			
	Planejado Trim.	9	9	9	9
	Realizado Trim.	5	2	1	5
	Porcentagem	56%	22%	11%	56%
Meta 18 Programa de Acessibilidade (1 programa replicado nas 4 unidades)	Meta Anual	1			
	Planejado Trim.	0	0	0	1



	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		137			
Total Atividades Planejadas do trimestre		25	46	38	28
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		14	75	29	21
Total %		56%	163%	76%	75%

PROGRAMA EDUCATIVO - Atividades Regulares		BPR 1º TRI	BPR 2º TRI	BPR 3º TRI	BPR 4º TRI
Meta 19 Visitas Mediadas para escolas	Meta Anual	32			
	Planejado Trim.	0	10	12	10
	Realizado Trim.	0	25	26	12
	Porcentagem	-	250%	217%	120%
Meta 20 Visitas Mediadas para Públicos Específicos	Meta Anual	10			
	Planejado Trim.	0	6	3	1
	Realizado Trim.	0	44	15	8
	Porcentagem	-	733%	500%	800%
Meta 21 Bibliolab (curso de extensão, palestras, workshops, oficinas, aulas-espetáculo, master-classes)	Meta Anual	4			
	Planejado Trim.	0	0	0	4
	Realizado Trim.	0	0	0	9
	Porcentagem	-	-	-	225%
Meta 22 Atividades de Apoio Escolar / Encontros com Professores(1 por bimestre)	Meta Anual	6			
	Planejado Trim.	0	2	2	2
	Realizado Trim.	0	1	1	2
	Porcentagem	-	50%	50%	100%
Meta 23 Cine Manguinhos - Sessão Escola	Meta Anual	0			
	Planejado Trim.	0	0	0	0
	Realizado Trim.	0	0	0	0
	Porcentagem	-	-	-	-
Total Meta Anual		52			
Total Atividades Planejadas no Trimestre		0	18	17	17
Total de Atividades Realizadas no Trimestre		0	70	42	31
Total %		-	389%	247%	182%



5. Relatório Financeiro

✓ Analítico Orçamento x Realizado:

Relatório de Receitas / Despesas / Investimentos (Consolidado Econômico) Período: Ano 2015 (Janeiro à Dezembro)

COMPETÊNCIA		CONSOLIDADO 2015
1 - Demonstração das Receitas Realizadas (R\$)		
Receitas		15.351.341,62
Repasses - Contrato de Gestão Governo do Estado	-	9.545.761,00
Repasses - Contrato de Gestão Prefeitura Rio de Janeiro		1.500.000,00
Repasses - Contrato de Gestão Prefeitura Niterói		250.000,00
Receitas Operacionais		245.534,72
Receitas Financeiras		198.293,92
Outras Receitas		62.776,98
Saldo Fundo Rescisório Legal 2014		981.368,88
Saldo de Receitas 2014		2.567.606,12
2 - Demonstração das Despesas Realizadas (R\$)		
Despesas		16.661.387,90
Pessoal		8.569.836,50
RH	Salários, Encargos e Benefícios	8.569.836,50
Operacional		1.883.316,13
Operacional	Utilidades	1.120.285,21
	Manutenção Geral	6.560,57
	Obras e Reformas	2.873,28
	TI Tecnologia da Informação	204.782,55
	Materiais Diversos	335.300,11
	Seguros	90.484,21
	Despesas Contingenciais	629,06

(a)



	Despesas com Acervo	122.401,14	
Viagens e Deslocamentos Total		70.761,60	
Viagens e Deslocamentos	Viagens	45.758,06	
	Deslocamentos	25.003,54	
Serviços Terceirizados		5.905.690,26	
Serviços Terceirizados	Assessorias Técnicas e Estratégicas	772.315,87	
	Eventos	256.122,83	
	Manutenção	2.418.417,61	
	Publicidade e Comunicação	121.862,47	
	Serviços Gerais	2.336.971,48	
Gestão Empresarial		7.415,90	
Gestão Empresarial	Documentação Legal	7.415,90	
Serviços Financeiros, Taxas e Contribuições		53.614,75	
Serviços Financeiros, Taxas e Contrib.	Serviços Financeiros, Taxas e Contribuições	53.614,75	
Depreciação e Amortização		170.752,76	
Depreciação e Amortização	Depreciação	99.202,88	
	Amortização	71.549,88	
SALDO (Receitas - Despesas)		-1.310.046,28	
PASSIVO 2015			
Total Passivo 2015		1.099.449,58	
Passivo fornecedores não contabilizado	Saldo passivo fornecedores	1.006.431,75	
	Outros Passivos	21.269,75	
Dissídio Bibliotecários	Dissídio Bibliotecários	71.748,08	
SALDO		-2.409.495,86	(b)
Fundo Rescisório Legal 2015		0,00	(c)

Nota:

(a) Saldo de 2014 correspondente ao valor de saldo apresentado no balancete analítico de 01/01/2016 à 31/12/2015



- (b) O saldo negativo corresponde às contas não pagas no período. Por se tratar de um relatório por competência, há despesas lançadas porém ainda pendentes de pagamento.
- (c) Ao final do ano, com a falta de repasse pelo Estado do Rio, o fundo foi totalmente utilizado.



6. Entregas e Anexos

Com o intuito de cumprir a cláusula 10 do Contrato de Gestão SEC 002/2013, firmado entre a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto de Desenvolvimento e Gestão para a Gestão das Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, apresentamos as seguintes peças, conforme indicado no item 10.2 do referido contrato:

- I. Rol de responsáveis, com a identificação dos conselheiros e dirigentes da organização social (Capítulo 3 deste relatório);
- II. Relatório de gestão, contendo as atividades desenvolvidas pela organização social, bem como comparativo das metas e indicadores previstos no Contrato de Gestão com os respectivos resultados avançados (Capítulo 4 deste relatório);
- III. Balanço Patrimonial (Documento em anexo);
- IV. Demonstrativo de resultados do exercício (Documento em anexo);
- V. Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Página 5 do Relatório de Auditoria Independente);
- VI. Demonstração de fluxo de caixa (Página 7 do Relatório de Auditoria Independente);
- VII. Relatório de execução orçamentária em nível analítico (Capítulo 5 deste relatório)
- VIII. Notas explicativas das demonstrações contábeis (Página 8 do Relatório de Auditoria Independente);
- IX. Inventário geral dos bens (entregue e protocolado em 04/03/2016 através do Ofício DPG 006/2016 – em anexo.);
- X. Parecer da auditoria independente (Documento em anexo).
- XI. Pronunciamento do Conselho de Administração encontra-se pendente e será entregue após reunião do Conselho de Administração do IDG que será realizada nesse segundo semestre do ano.